

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PATRICIA DE ALMEIDA FEITOSA

**A INTERIORIZAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A IMPLANTAÇÃO
DO CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE**

VITÓRIA
2013

PATRICIA DE ALMEIDA FEITOSA

**A INTERIORIZAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A IMPLANTAÇÃO
DO CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Gilda Cardoso de Araújo.

VITÓRIA
2013

F311i Feitosa, Patricia de Almeida, 1973-
A interiorização dos Institutos Federais : um estudo de caso
sobre a implantação dos campus Venda Nova do Imigrante. / Patricia
de Almeida Feitosa. -- 2013.
150f. : il.; 30 cm.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Gilda Cardoso de Araújo.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Vitória, 2013.
Inclui bibliografia.

1. Implementação de política pública – Educação. 2. Institutos
Federais – Interiorização. I. Araújo, Gilda Cardoso de. II.
Feitosa, Patricia de Almeida. III. Título.

CDD 22 – 373.24

PATRICIA DE ALMEIDA FEITOSA

**A INTERIORIZAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: UM ESTUDO DE CASO
SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: ____ de _____ de 2013.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Gilda Cardoso de Araújo
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Orientadora

Prof. Dr. Erineu Foerste
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Prof Dr. Antônio Henrique Pinto
Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Antônio Carlos Feitosa (*in memoriam*) e Ruth de Almeida Feitosa, pelo amor incondicional, pelo exemplo de força e dedicação, pelas boas lembranças que me proporcionam todos os dias.

Aos irmãos de sangue e alma Fábio e Fabricio (*in memoriam*), meus amores, minha luz, minha vida.

A minha filha, Gabriela, meu amor, minha alegria, minha paz, minha vida.

AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros agradecimentos:

Aos meus pais que tão pouco estudaram, mas foram meus grandes mestres na vida, pois me ensinaram o valor da luta, da persistência, da responsabilidade, da humildade, do companheirismo, da família, do amor.

Às minhas tias Rosa, Ana Selma, Íris; ao meu tio Antônio (*tio Toninho*), aos meus primos-irmãos Alexandre e Ana Paula por toda a força que sempre me dispensaram.

Aos amigos e familiares que, com imenso carinho, cuidaram do meu pai e da minha filha para que eu conseguisse trabalhar e estudar.

Ao amigo Aloísio Carnielli pela confiança e incentivo proporcionados durante toda a trajetória da minha pesquisa.

À minha orientadora, professora Gilda Cardoso de Araújo, pela acolhida ao meu projeto de pesquisa e pelas colaborações indispensáveis.

Aos professores Regina e Irineu pelas preciosas contribuições conferidas no meu exame de qualificação.

Ao diretor, aos coordenadores, servidores e estudantes do campus pesquisado pela acolhida ao meu projeto de pesquisa.

Aos amigos Adriana, Brisa, Graça, João, Luíz Fernando, Marcelo e Moramey que muito contribuíram, por meio de diálogos, informações e sugestões, disponibilizando conhecimento e tempo para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa.

Aos professores, servidores e alunos do PPGE, que direta ou indiretamente contribuíram na realização deste estudo e pela oportunidade de convivência e amadurecimento constante, o meu muito obrigada.

À UFES e ao IFES pela oportunidade.

“Cabe, [...], afirmar uma concepção de educação básica (fundamental e média) pública, laica, unitária, gratuita e universal, centrada na ideia de direito subjetivo de cada ser humano. Uma educação plurilateral, tecnológica ou politécnica, formadora de sujeitos autônomos e protagonistas da emancipação humana.”

(Saundêncio Frigotto, 2005)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Localização geográfica dos campi do Ifes.....	32
Mapa 2 - Mapa das microrregiões de gestão administrativa do estado do Espírito Santo	38
Mapa 3 - Mapa da Microrregião Sudoeste Serrana.....	43
Mapa 4 - Limites administrativos do município de Venda Nova do Imigrante.....	47
Fotos 1 e 2 - Primeira audiência pública do Cefetes para criação do campus Venda Nova do Imigrante.....	64
Fotos 3 e 4 - Aula inaugural do campus Venda Nova do Imigrante.....	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução de matrículas do Ifes 2008-2011.....	33
Gráfico 2 - Gênero dos alunos e das alunas.....	73
Gráfico 3 - Auto-declaração étnico racial.....	73
Gráfico 4 - Faixa etária.....	74
Gráfico 5 - Procedência de localidade.....	74
Gráfico 6 - Procedência escolar.....	75
Gráfico 7 - Vínculo empregatício.....	75
Gráfico 8 - Número de pessoas residentes na mesma casa.....	76
Gráfico 9 - Renda familiar.....	76
Gráfico 10 - Questão 1: idade.....	85
Gráfico 11 - Questão 2: gênero.....	86
Gráfico 12 - Questão 3: moram com os pais.....	86
Gráfico 13 - Questão 4: cidade na qual moram.....	87
Gráfico 14 - Questão 5: área de procedência.....	87
Gráfico 15 - Questão 6: auto-declaração em relação raça/etnia.....	88
Gráfico 16 - Questão 7: sistema de ensino já estudado.....	88
Gráfico 17 - Questão 8: acesso a internet.....	89
Gráfico 18 - Questão 9: quantidade de pessoas na residência.....	89
Gráfico 19 - Questão 10: renda familiar.....	90
Gráfico 20 - Questão 11: nível de instrução do pai.....	90
Gráfico 21 - Questão 12: situação empregatícia do pai.....	91
Gráfico 22 - Questão 13: nível de instrução da mãe.....	91
Gráfico 23 - Questão 14: situação empregatícia da mãe.....	92
Gráfico 24 - Questão 15: conhecimento sobre a implantação do campus Venda Nova do Imigrante.....	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de matrículas iniciais da Educação Básica do Estado do Espírito Santo - 2010.....	41
Quadro 2 - Perfil Regional Sudoeste Serrana: Microrregião Administrativa 4.....	44
Quadro 3 - Número de matrículas iniciais da Educação Básica da Microrregião Sudoeste Serrana - 2010.....	45
Quadro 4 - Atividades Econômicas no município de Venda Nova do Imigrante.....	48
Quadro 5 - Número de matrículas do município de Venda Nova do Imigrante.....	49
Quadro 6 - Cursos ofertados e quantitativos de matrículas do campus VNI (2010 - 2012).....	67
Quadro 7 - Quadro de servidores (2012).....	68
Quadro 8 - Renda familiar das classes sociais da população capixaba.....	99

LISTA DE SIGLAS

AFEPOL – Associação da Festa da Polenta
ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPED – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDES – Centro de Estudos Educação & Sociedade
CEFETES – Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo
CNE – Conselho Nacional de Educação
CONAE – Conferência Nacional de Educação
CRA – Coordenadoria de Registros Acadêmicos
CGP – Coordenadoria de Gestão de Pessoas
EAF – Escola Agrotécnica Federal
E-TEC Brasil – Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil
ETFs – Escolas Técnicas Federais
ETEFES – Escola Técnica Federal do Espírito Santo
FG – Função Gratificada
GEIA – Gerência de Informação e Avaliação
IFTs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IF's – Institutos Federais
IFES – Instituto Federal do Espírito Santo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves
INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PROATER – Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
RETTA – Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas
SCIELO – Scientific Electronic Libraty Online
SEDU – Secretaria de Estado de Educação
SEE – Subgerência de Estatísticas Educacionais
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFRRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
VNI – Venda Nova do Imigrante

RESUMO

Esta pesquisa possui como objeto de estudo, a implantação do campus Venda Nova do Imigrante, criado por meio da interiorização do Instituto Federal do Espírito Santo, à luz da análise da implementação da Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. A investigação ocorreu por meio de um estudo de caso que teve como principal objetivo analisar as implicações sociais da implementação desse ordenamento legal em nível regional e local. Para isso, foram analisadas legislações e documentos institucionais, realizadas entrevistas e aplicados questionários. Os resultados desta pesquisa apontaram como principais desafios enfrentados: a autorização para a construção do campus, a busca por um terreno adequado para a sua construção, a aquisição de materiais e equipamentos para os laboratórios e a falta de pessoal (docentes e técnico-administrativos); e, quanto as principais possibilidades de desenvolvimento social foram identificadas: os cursos oferecidos estão em consonância com a vocação econômica regional e local; há a possibilidade de fixação de egressos dos cursos na região; o campus tem atendido estudantes, em quase sua totalidade, oriundos das escolas públicas; além de expandir, consideravelmente, a oferta de vagas de nível médio da região.

Palavras-chave: Implementação de política pública. Institutos Federais. Interiorização. Desenvolvimento social.

ABSTRACT

This research aims the study of the implementation of the *Venda Nova do Imigrante* campus. It has been created by the interiorization project of the *IFES – Instituto Federal do Espírito Santo* according to the federal law number 11.892 from December 29, 2008. The investigation happened through a case observation. It focused on the analysis of social implications of the implementation of this legal ordering in a regional and social level. Interviews and questionnaires were used as tools to collect these data. As well as the analysis of laws and institutional documents. The results of this research showed the following challenges: the authorization for the construction of the campus, the demand for the appropriate land used for the construction of the campus, the purchase of materials and equipments for the laboratories, and also the lack of personnel (faculty and administration). Considering the main social development possibilities were identified the following issues: courses offered are in line with regional and local economic vocation; there is the possibility of fixation of graduates of the courses on the region; most of the students in the campus have come from public schools and, the campus substantially increased the number of high school vacancies in the region.

Keywords: Implementation of public policy. Federal institutes. Interiorization. Social development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 O PERCURSO HISTÓRICO DA EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS	21
1.1 Relações políticas, econômicas e sociais decorrentes da criação dos Institutos Federais.....	21
1.2 A Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008: finalidades e características.....	29
1.3 O Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes: da criação à interiorização.....	31
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	37
2.1 O Estado do Espírito Santo: características econômicas e sociais.....	37
2.2 A Microrregião Sudoeste Serrana.....	41
2.3 O município de Venda Nova do Imigrante.....	46
3 OS PERCUSOS DA PESQUISA	50
3.1 Revisão de bibliográfica.....	51
3.2 O método.....	59
3.3 O processo político de implantação do campus Venda Nova do Imigrante.....	61
3.4 O caso: o processo <i>in loco</i> da implantação do campus Venda Nova do Imigrante.....	65
4 A COLETA DE DADOS	71
4.1 O perfil socioeconômico dos estudantes do campus Venda Nova do Imigrante.....	72
4.2 As entrevistas.....	77
4.2.1 Implantação do campus Venda Nova do Imigrante.....	78
4.2.2 Desafios.....	80
4.2.3 Possibilidades.....	81
4.3 Os questionários.....	84
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	97
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	104

REFERÊNCIAS	107
APÊNDICES	113
Apêndice A – Carta de Informação e Autorização.....	114
Apêndice B – Termo de Consentimento Esclarecido.....	115
Apêndice C – Questões para as entrevistas.....	116
Apêndice D – Questionários socioeconômico-cultural.....	119
Apêndice E – Fotos da estrutura física e dos laboratórios do campus Venda Nova do Imigrante.....	125
ANEXOS	132
Anexo A – Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.....	133
Anexo B – Questionário socioeconômico.....	147
Anexo C – Organograma do campus Venda Nova do Imigrante- 2012.....	148
Anexo C – Matriz Curricular do Curso Técnico Integrado em Agroindústria.....	149
Anexo D – Matriz Curricular do Curso Técnico Integrado em Agroindústria.....	150

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira tem presenciado a implementação de uma política educacional que se justifica na necessidade de expansão de instituições especializadas em educação profissional como forma de contribuir com significativas mudanças sociais da população. Para tanto, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC) investe na criação e na expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's), aumentando, consideravelmente, a oferta de vagas nessas instituições.

A presente pesquisa foi orientada pela seguinte questão: como se deu o processo de implantação do campus Venda Nova do Imigrante (VNI) e como tem sido a sua contribuição para o desenvolvimento social, conforme disposto em seu ordenamento legal?

Diante disso, a investigação possuiu como objeto de estudo, a implantação do campus VNI, criado por meio da interiorização do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), à luz da análise da implementação da Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (ANEXO A).

O interesse pela temática, em estudo, emerge diante da experiência profissional obtida pela autora ao participar efetivamente dos processos de implantação da Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) Cachoeiro de Itapemirim (2004-2007) e do campus VNI (a partir de 2008), desde a organização do espaço físico até a definição dos cursos que seriam implantados. A escolha pelo campus VNI se dá devido à possibilidade de realização de estudo de caso sobre o seu processo de implantação, uma vez que o mesmo se configura em atual ambiente de trabalho da pesquisadora.

Na tentativa de esclarecer o meu papel no processo de implantação do campus VNI, para que o leitor deste trabalho reconheça de qual lugar estou realizando o presente estudo, torna-se indispensável se fazer uma descrição detalhada deste ambiente.

Ingressei, por meio de concurso público, no Ifes, no ano de 2004, no qual ainda se denominava Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Cefetes), na Uned Cachoeiro de Itapemirim, no cargo de Técnico em Assuntos Educacionais.

Minha nomeação foi realizada com o interesse institucional de captar recursos humanos para iniciar o processo de implantação da Uned. Anteriormente à minha nomeação, o Diretor Geral do Cefetes, já tinha disponibilizado outros três servidores, para atuarem na implantação, dentre eles, o servidor responsável por todo processo o qual se tornou diretor da Uned.

Cabe ressaltar que, antes da minha nomeação no Cefetes (agosto de 2004), fui servidora efetiva do município de Cachoeiro de Itapemirim e por trabalhar diretamente com a Secretária Municipal de Educação, fui colocada à disposição, a pedido do então Diretor Geral do Cefetes, no período de junho de 2004 até a efetivação da nomeação. Acredito que esse fato tenha contribuído para que minha socialização com a instituição e com os demais servidores do Cefetes, que já se encontravam comprometidos com a implantação da Uned, ocorresse de forma mais acelerada.

Em 2006 fui nomeada Gerente de Ensino da Uned Cachoeiro de Itapemirim, ficando responsável pela estrutura administrativa e pedagógica e, em 2009, para a função Gerente de Ensino do campus VNI, que em 2011 transformou-se em Diretoria de Ensino.

Nesse cenário, o estudo da implantação do campus VNI se justifica pela necessidade de analisarmos as possibilidades de desenvolvimento social proposto pela Lei 11.892/08, apontadas na subseção 2.2, com o objetivo de verificarmos as possíveis implicações deste ordenamento legal em nível local. Ruz Perez (2010, p.1183) afirma que o estudo sobre a implementação de uma política poderia resultar numa melhoria das suas formulações, já que “pode-se dizer que os estudos de políticas tornaram-se ferramentas imprescindíveis para governos elaborarem políticas públicas”.

Dessa forma, este trabalho propôs investigar a efetivação de uma política educacional tendo como suporte de análise a legislação (Lei nº 11.892/08) e sua implementação e, ainda, utilizando como instrumento desta análise o objeto de sua efetivação (a implantação do campus VNI), com o objetivo de verificarmos as possíveis interações que se estabelecem entre as ações governamentais e a sociedade, no que concerne às políticas educacionais.

Assim, o objetivo principal neste trabalho foi o de analisar as implicações políticas e sociais da implementação da Lei nº 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008, por meio da interiorização do Ifes – campus Venda Nova do Imigrante.

São objetivos específicos:

- a) Compreender as relações historicamente construídas entre educação profissional, políticas e desenvolvimento econômico e social no estado do Espírito Santo e no Brasil;
- b) Realizar um estudo de caso do processo de implantação do campus VNI;
- c) Conhecer os principais desafios políticos e sociais da interiorização do Ifes e
- d) Apontar as possibilidades e perspectivas de desenvolvimento social a partir da implantação do campus VNI.

É interessante ressaltar que este estudo poderá, ainda que timidamente, corroborar com os estudos relacionados à implementação de políticas. Ruz Perez (2010, p.1184) chama a atenção para o fato de que “as gerações de pesquisas de implementação que se acumularam demonstram resultados em pelo menos dois aspectos: melhor entendimento do que significa a implementação e sua variação através do tempo, das políticas e das unidades de governo [...]”.

Diante do quadro apresentado, alguns questionamentos permeiam este cenário, como por exemplo: como tem ocorrido em âmbito local e regional o processo de implementação da Lei nº 11.892/08? O processo de implantação *in loco* do campus VNI tem se relacionado com as questões sociais dos indivíduos e da região? Em que medida esta política de educação profissional realmente é capaz de criar uma relação mais estreita entre a educação e o desenvolvimento social do indivíduo e da sociedade na qual ele está inserido?

Na tentativa de respondermos essas questões, buscamos realizar um estudo de caso da implantação do campus VNI, analisando desde o seu processo implantação até a realidade socioeconômica da região a qual pertence e dos estudantes que nele se inseriram. Procuramos então, por meio da verificação de documentos oficiais, revisão bibliográfica, registros de arquivo e análise de entrevistas e questionários,

em anexos, capturar pistas que nos levassem ao entendimento real das condições deste campus em efetivar as propostas legais.

O sentido de desenvolvimento social proposto neste trabalho não se baseia na concepção capitalista de educação para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro¹, conforme enfatiza um recente discurso governamental, destacado por Arruda (2010, p.134 apud SILVA, 2007, p.3):

Tomemos por exemplo o discurso do Presidente Lula no lançamento do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), no qual assevera que o Programa é fruto da reflexão política de que melhorando a educação poder-se-ia resolver todos os problemas do Brasil. O presidente enfatiza que a melhoria da qualidade do ensino não está atrelada exclusivamente à liberação de verbas, mas também à mobilização da sociedade “em prol de um ensino público transformador e de qualidade”.

O que se propôs investigar foram as possíveis relações entre a proposta da Lei nº 11.892/08, com o desenvolvimento social dos indivíduos por ela alcançados, como por exemplo, se a interiorização do Ifes veio acompanhada da consolidação do direito à educação básica com qualidade, se o acesso está sendo garantido combatendo a desigualdade no acesso a bens públicos e se a permanência está colocada em pauta.

De acordo com o que foi apontado nesta “INTRODUÇÃO”, a pesquisa foi estruturada da seguinte forma: no **capítulo 1**, “O PERCURSO HISTÓRICO DA EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS”, delinear-se-iam alguns pressupostos teóricos, as partes que edificaram e unificaram essa pesquisa, constituindo-se em três subseções.

No **capítulo 2**, intitulado “CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO”, os aspectos sociais e econômicos relacionados à economia local e regional, a divisão territorial e a educação no estado do Espírito Santo, são abordados delimitando-se em outras três subseções.

Sequencialmente, no **capítulo 3**, são apresentados os “PERCURSOS DA

¹ FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

PESQUISA”, no qual se discorre sobre os procedimentos metodológicos empregados para embasar o estudo, arrolando-se em quatro subseções.

No **capítulo 4**, expõem-se os dados coletados, que se intitula “A COLETA DOS DADOS”, dividido em seis subseções. Em seguida, no **capítulo 5**, sob o título de “DISCUSSÃO DOS RESULTADOS”, promoveu-se a análise dos dados, que permitiu a ancoragem entre os desafios e as perspectivas sociais inerentes da implantação do campus em estudo.

Em busca de conclusões sobre a presente investigação, no **capítulo 6** delineiam-se as “CONSIDERAÇÕES FINAIS”. Nesta seção são expostas as constatações da pesquisa, assim como questões que podem ser exploradas em futuros estudos. Almeja-se que tais considerações se tornem instrumento de críticas e que propiciem outras discussões em prol de outras construções da área estudada.

Por fim, estrutura-se o corpo de “REFERÊNCIAS” que embasaram a pesquisa, seguidas pelos “ANEXOS” e os “APÊNDICES”, utilizados para a execução da mesma.

1 O PERCURSO HISTÓRICO DA EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

O desafio que se apresenta nos faz acreditar que este estudo não poderia se estabelecer apenas por meio de uma análise atual, isso significa que, primeiramente, precisamos embarcar rumo a conceitos e a relações historicamente construídas entre educação, política e desenvolvimento social nas literaturas e legislações brasileiras, na tentativa de compreendermos como se dá esse processo na atualidade, para, então, analisarmos as interfaces destas relações. A respeito de trazermos a historicidade para esta questão Frigotto (2012, p.118) argumenta que

qualquer que seja o objeto de análise no campo das ciências humanas e sociais que se queira tratar no plano da historicidade, vale dizer, no campo das contradições, mediações e determinações que o constituem, implica necessariamente toma-lo na relação inseparável entre o estrutural e o conjuntural. Por outra parte, implica tomar o objeto de análise não como um fator, mas como parte de uma totalidade histórica que o constitui, onde se estabelecem as mediações entre o campo da particularidade e sua relação com uma determinada universalidade.

Assim, a proposta deste capítulo é a de realizarmos uma breve retrospectiva histórica de algumas iniciativas governamentais voltadas à educação profissional no Brasil, com o objetivo de compreendermos as relações legais historicamente construídas entre educação, política e desenvolvimento social focando, entretanto, a análise, no contexto social no qual se desenvolveu a educação profissional, nas legislações que deram origem aos IF's e em estudos correlacionados, a fim de, subsidiar a presente pesquisa.

1.1 Relações políticas, econômicas e sociais decorrentes da criação dos Institutos Federais.

O Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou 19 (dezenove) Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais de todos os estados brasileiros e na cidade de Campos de Goytacases-RJ, onde nasceu, o então presidente Nilo Peçanha representou a institucionalização da educação profissional no Brasil, pois, até então, a educação profissional desenvolvia-se por meio de interesses pessoais e políticos isolados. Nesse contexto Cunha (2000, p.7) afirma que

[...] se no tempo do Império e nos primeiros anos do regime republicano as iniciativas estatais encontraram sempre paralelo nos empreendimentos privados, em especial nas sociedades que mantinham liceus de artes e ofícios, a segunda década da Primeira República assentou a marca sinalizadora para as décadas seguintes: a criação de escolas profissionais pelo Governo Federal – a começar com a importante rede de escolas de aprendizes artífices, criada em 1909 – e pelo Governo Estadual paulista.

O objetivo primeiro deste Decreto, pelo menos o que está nele explícito, foi o de atender a população das cidades no que concerne ao oferecimento de educação para o trabalho, para os menores entre 10 e 13 anos de idade, pertencentes às camadas populares, desprovidos do mínimo de recurso para a sua sobrevivência e sujeitos às contravenções legais:

Considerando:

que o aumento [sic] constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias [sic] os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da lueta [sic] pela existência [sic]:

que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável [sic] preparo técnico [sic] e intelectual, como faze-los [sic] adquirir hábitos [sic] de trabalho profícuo [sic], que os afastara [sic] da ociosidade ignorante, escola do vício [sic] e do crime;

que é um dos primeiros deveres do Governo da República [sic] formar cidadãos [sic] úteis [sic] à Nação:

Decreta: [...] (BRASIL, 1909).

Para além do interesse do governo em preparar mão-de-obra para atender ao desenvolvimento industrial no Brasil, estava presente também o interesse das classes dirigentes em solucionar as questões sociais, geradas pelo progresso industrial, que se faziam presente no Brasil de 1909, como por exemplo, as greves operárias, que estavam cada vez mais articuladas. Cunha (2000a, p. 94) chama atenção para a relação entre as questões econômicas e sociais que envolviam o ensino profissional à época:

[...] Só a indústria poderia resolver os problemas econômicos que afligiam o Brasil, pois só ela seria capaz de propiciar o desenvolvimento das forças produtivas, estabilizar a economia e levar o progresso a todas as regiões.

Ademais, o ensino profissional era entendido como um poderoso instrumento para a solução da “questão social”. Mesmo com a intensificação dos conflitos sociais, os industrialistas brasileiros diziam que o estado deveria cogitar do ensino obrigatório antes mesmo de instituir leis sociais.

Por meio da Lei Federal nº 378, de 13 de janeiro 1937, as Escolas de Aprendizes e Artífices foram transformadas em Liceus Profissionais e, em 10 de novembro de 1937, a Constituição brasileira trata, de forma inédita, em seu artigo 129, do ensino profissional:

Art. 129 [...] O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando instituto de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escola de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1937).

Presenciava-se, nesta década, o declínio da exportação cafeeira e a aceleração da indústria, mesmo que de forma ainda bem modesta. Essa realidade econômica se constituiu em uma das alavancas que impulsionaram o governo da época em reconhecer na Constituição a educação profissional, como afirma Rodrigues (1987, p. 16):

Só a partir do desenvolvimento industrial no Brasil (ocorrido tardiamente após 1930) é que a educação escolar passou a receber enfoques mais diretamente vinculados às exigências da sociedade, agora encarada como determinadora de novos rumos históricos. [...]

Em decorrência, o Decreto Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, se constitui num marco decisório para o futuro da educação profissional no Brasil. Em seu art.18 permitia que as Escolas de Aprendizes e Artífices oferecessem a formação profissional em nível equivalente ao do secundário, formalizando o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país, o que autorizava os alunos formandos dos cursos técnicos a ingressarem no ensino superior, com a restrição de apenas poderem realizar cursos equivalentes à sua formação técnica. Esse Decreto transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, conforme pode ser observado:

Art. 18 A articulação dos cursos no ensino industrial, e de cursos deste ensino com outros cursos, far-se-á nos termos seguintes:

I - os cursos de formação profissional do ensino industrial se articularão entre si de modo que os alunos possam progredir de um a outro segundo a sua vocação e capacidade;

II - os cursos de formação profissional do primeiro ciclo estarão com o ensino primário, e os cursos técnicos, com o ensino secundário de primeiro ciclo, de modo que se possibilite um recrutamento bem orientado;

III - é assegurada aos portadores de diploma conferido em virtude conclusão de curso técnico a possibilidade de ingresso em estabelecimento superior, para matrícula em curso diretamente relacionado com o curso técnico concluído, verificada a satisfação das condições de preparo, determinadas pela legislação competente. (BRASIL. Decreto-lei nº 4.073, 1942).

Entre os anos de 1948 a 1956 surgiram as Escolas Agrotécnicas Federais (EAF's) de Santa Tereza, Alegre e Colatina (atualmente nomeada como campus Itapina), que se especializaram na oferta de cursos voltados para as áreas de agricultura e agropecuária, e mais recentemente, a partir de 1997, diversificaram para as áreas de zootecnia, agroindústria, agroturismo, dentre outras, na tentativa de atender as demandas locais e regionais.

Por meio da Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, mais tarde regulamentada pelo Decreto nº 47.038, de 16 de novembro do mesmo ano, as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em Autarquias² com o nome de Escolas Técnicas Federais (ETF's), numa época, como já mencionado anteriormente, onde o governo brasileiro assumiu o processo de formação de mão-de-obra necessária para sustentar o crescimento industrial. O art. 3º do referido Decreto, que trata dos conceitos fundamentais do ensino industrial, evidencia a preocupação governamental em estreitar os laços entre a educação, o trabalho e a indústria:

Art. 3º O ensino industrial deverá atender:

² O termo autarquia possui sua origem na noção de poder próprio e relaciona-se ao desenvolvimento do processo de administração do Estado quando da atribuição de personalidade jurídica a alguns serviços de interesse estatal ou da coletividade, mantendo-se, porém o controle sobre a execução, ou seja, a administração direta. A autarquia administrativa é instituída por lei, tornando-se entidade auxiliar e descentralizadora da administração pública, possuindo patrimônio constituído de recursos próprios e autonomia para se organizar conforme as necessidades do serviço que devem executar. [...] É importante ressaltar que as autarquias são entes administrativos autônomos, mas não são autonomias, pois não podem legislar para si, devem seguir as leis instituídas pela entidade que a criou. (SANTOS, 2009, p. 18).

1. Aos interesses do trabalhador, realizando a sua preparação profissional e a sua formação humana.
 2. Aos interesses das empresas, nutrindo-as, segundo as suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão de obra.
 3. Aos interesses da nação, promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura.
- Art. 4º O ensino industrial, no que respeita à preparação profissional do trabalhador, tem as finalidades especiais seguintes:
1. Formar profissionais aptos ao exercício de ofícios e técnicas nas atividades industriais.
 2. Dar a trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e a produtividade.
 3. Aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados.
 4. Divulgar conhecimentos de atualidades técnicas.
- [...]. (BRASIL. Decreto nº 47.038, 1959).

Em 8 de dezembro de 1994, mediante a Lei Federal nº 8.948³, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet's). Nesta Lei, em seu art. 3º (parágrafo 5º) verificamos as possibilidades de participação, abertas pelo governo, para a participação do setor produtivo na gestão dos estabelecimentos de ensino profissional, o que significa que este setor passou a contar com o poder de opinar e até mesmo decidir na escolha dos cursos que seriam ofertados, de acordo com os seus próprios interesses, além de condicionar a expansão dos Cefet's ao interesse do setor produtivo:

A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (Incluído pela Lei nº 9.649, de 1998).

Em 17 de abril 1997, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 2.208, inibiu a oferta de ensino médio integrado ao ensino técnico, baseado na concepção de reformadores que afirmavam que as vagas ofertadas pelas escolas técnicas estavam sendo ocupadas por estudantes das classes médias, que se privilegiavam

³ A Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971, que modifica a estrutura do ensino, por meio da compulsoriedade da profissionalização, em todo o ensino de 1º e 2º grau e a Lei nº 7044, de 18 de outubro de 1982, que revoga essa compulsoriedade não são tratadas neste trabalho por entendermos que as mesmas não estão diretamente relacionadas com a expansão da educação profissional no Brasil.

de um ensino médio gratuito e de qualidade que garantia a aprovação no vestibular. Dessa forma, acreditava-se que as vagas da educação profissional seriam ocupadas apenas pelos alunos das classes populares, o que não se concretizou⁴.

No Decreto Federal nº 5.224, de 1º de outubro de 2004, que dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica, em seu capítulo I, art. 2º, percebe-se a contínua utilização da educação profissional no atendimento aos interesses do capital, sendo reduzida a uma ferramenta econômica:

Art. 2º Os CEFET têm por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos produtivos e serviços, em estreita relação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada. (BRASIL, 2004).

Ainda, no mesmo Decreto, capítulo II, art. 3º (incisos VI, XII) que trata das características e objetivos, observa-se mais evidentemente o interesse legal em fazer com que a educação profissional esteja bem próxima, ou seja, compromissada com os interesses da economia e dos setores privados, além de realçada uma intencionalidade em promover uma educação profissional que possua características de praticidade e flexibilidade:

VI- oferta de formação especializada em todos os níveis de ensino, levando em consideração as *tendências do setor produtivo e do desenvolvimento tecnológico*;
[...]
X- desenvolvimento do processo educacional que favoreça, de modo permanente, a *transformação do conhecimento em bens e serviços*, em benefício da sociedade;
[...]
XII- integração das ações educacionais com as expectativas da sociedade e as *tendências do setor produtivo*. (BRASIL, 2004, grifo nosso).

Apesar de observamos na legislação o enfoque mercadológico e o interesse que se estabelecem entre as políticas educacionais e os setores produtivos, ainda, na

⁴ ARRUDA, Maria da Conceição Calmon. Escolas Técnicas Federais: escolas de elites ou instituições que formam para o trabalho? **Revista Retta**, Seropédica, v. 1, n. 1, p. 125-141, jan./jun. 2010.

mesma legislação encontramos no art. 4º, que tratam dos objetivos, o interesse em atender demandas sociais como: o desenvolvimento de tecnologias que beneficiem a sociedade, o estímulo ao desenvolvimento do pensamento reflexivo e a geração de trabalho e renda de acordo com as potencialidades locais e regionais.

O Decreto Federal nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que revogou o Decreto 2.208/97, apesar de retomar a possibilidade da oferta de ensino médio integrado ao ensino técnico, continua a permitir que o ensino técnico seja ofertado concomitantemente (para quem já concluiu o ensino fundamental e esteja cursando o ensino médio) ou de forma subsequente (após conclusão do ensino médio), ou seja, a separação entre ensino médio e educação profissional ainda persiste.

Essa dualidade de interesses, ou seja, essa continuidade em colocar a educação profissional a margem da educação básica, não permitindo a total integralização entre a educação propedêutica e a profissional, configura-se numa tradição política em atender legalmente aos interesses econômicos do setor produtivo, como vimos nas legislações que deram origem aos IF's. Contudo, observamos que as legislações sempre procuram mascarar as verdadeiras intenções políticas com artigos, incisos ou parágrafos que, pelo menos aparentemente, possibilitam o atendimento às demandas sociais, já que, conforme Moura (2010, p. 875) "muitas ações que se apresentam como voltadas ao atendimento dos interesses das classes populares, na verdade, ao serem submetidas a uma análise mais rigorosa revelam-se contrárias a esses interesses".

A esse respeito Brandão (2010, p.67-68) enfatiza as recentes alterações das Diretrizes e Bases da Educação (LDB):

Recentemente, em 16 de julho de 2008, foram realizadas modificações na LDB/1996, através da Lei 11.741. O Congresso Nacional aprovou alterações na LDB visando 'redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica'. Essas alterações foram amplamente divulgadas pela imprensa em geral, e pelo MEC em particular, como sendo uma mudança na educação no país. Compreendemos que, de fato, as alterações incorporam na LDB, ou seja, através do poder legislativo, o que o poder Executivo, o governo Lula, já havia regulamentado através de decretos. Mas, a importância da aprovação desta Lei pelo Congresso Nacional está, por um lado, no fato de legitimar esta regulamentação como sendo aceita pelos 'representantes da sociedade'. Por outro lado, a modificação na LDB ocorre durante o

processo de formulação de outro projeto para a Rede Federal, os IFT's, onde a 'educação profissional técnica de nível médio' seria novamente alçada ao centro do ensino que constitui esta Rede.

Diante do exposto, mesmo sendo objetivo deste capítulo apresentar, de forma breve e resumida, a história da criação e expansão dos IF's, acredito ser de suma importância ressaltar a alteração sofrida na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a LDB e trata a educação como um instrumento capaz de alcançar as diversas representações humanas, nos mais distintos espaços.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (LDB, 2010).

Nesta mesma Lei observamos a separação entre o capítulo II que trata Da Educação Básica e o capítulo III, que trata Da Educação Profissional. Neste último enfatizo o art. 39, que trata a educação profissional como uma modalidade de ensino capaz de desenvolver nos indivíduos as aptidões para a vida produtiva, comprovando-se assim, mais uma vez, a necessidade política de se afirmar, por meios legais, as relações que se estabelecem entre educação profissional, sociedade e desenvolvimento.

Atualmente, esses capítulos da LDB foram profundamente alterados pela Lei Federal nº 11.741, de 16 de julho de 2008⁵, que incorporou ao Capítulo II, que trata Da Educação Básica a Seção IV-A, com os arts. 36A-36D, que trata Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o Capítulo III que passou a ter o título "Da Educação Profissional e Tecnológica". Assim, a educação profissional técnica de nível médio, além de passar a compor a educação básica, também está inserida no Capítulo III.

O fato de a educação profissional ter sido tratada à margem da educação básica na LDB, de 1996, simbolizava o interesse político na manutenção da divisão de classes,

⁵ Lei nº 11.741/2008 - Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

subsidiada pelas políticas educacionais, que mantinham o objetivo de separar a classe trabalhadora da elite dirigente do país, permitindo que a educação profissional se transformasse numa ferramenta que “adestra para o mercado”, conforme ressaltado por Frigotto (2007, p.1136).

Ao compor a educação básica, na nova organização da LDB, a educação profissional passou a ter o compromisso de consolidar os ensinamentos do ensino propedêutico ao ensino profissional, contribuindo, a meu ver, para uma formação humana mais ampla, capaz de englobar os vários papéis e responsabilidades da vida social. Cabe investigarmos agora se esta modificação legal conseguirá ser capaz de promover ações educacionais condizentes com o cenário social brasileiro, que sofre, por exemplo, com a falta de empregos melhores remunerados, como já previa Frigotto (2007, p.1148):

Se efetivamente se garante, em médio prazo, a educação básica dentro da concepção da politécnica⁶ ou da tecnologia universal, a formação profissional terá uma outra qualidade e significará uma possibilidade de avanço nas forças produtivas e no processo de emancipação da classe trabalhadora. Neste percurso, julgamos importante que a política pública de formação profissional se vincule às políticas de emprego e renda.

Há necessidade, contudo, de permanecermos atentos ao fato de que a alteração da LDB, por meio da Lei nº 11.741/2008, não significou o fim da dicotomia entre educação propedêutica e educação profissional, já que o Capítulo III, que trata DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, permaneceu, mesmo que também alterado pela mesma Lei.

1.2 A Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008: finalidades e características.

A Lei Federal nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia engloba 38 (trinta e oito) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's); a

4 Politecnia diz respeito ao ‘domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno’. (SAVIANI, 2003, apud FRIGOTT; CIVATTA; RAMOS, 2005, p. 35).

Universidade Federal do Paraná; os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais.

Na mesma Lei, em seu art. 6º (incisos I, II e IV), que trata das finalidades e características dos Institutos Federais (IF's), nos deparamos, mais especificamente, com o interesse governamental em atender demandas sociais:

Art. 6º. Os Institutos Federais têm por finalidades e características:
I - ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
[...]
IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
[...]. (BRASIL, 2008).

No que concerne aos seus objetivos, a Lei traz explícito no art. 7º (incisos III e V) o interesse em garantir que a educação profissional seja capaz de propiciar o desenvolvimento socioeconômico, além de garantir a emancipação do cidadão que se situa na área de atuação dos IF's, como: ofertar cursos em diferentes níveis, sendo técnico de nível médio integrado, concomitantes e subsequentes para alunos em idade regular e para jovens e adultos; licenciaturas, tecnólogos, bacharelados, engenharias, pós-graduação (*stricto sensu* e *lato sensu*), além de realizar pesquisas e projetos de extensão que estimulem o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

As finalidades e objetivos citados expõem uma política educacional que organiza a oferta de educação profissional, além de colocá-la como mecanismo capaz de criar um ambiente social propício ao desenvolvimento social, por meio da melhoria das condições sociais do indivíduo, e também, capaz de permitir o desenvolvimento das regiões nas quais, esta mesma política se concretiza. É mediante esse cenário que o Ifes dá início ao seu processo de interiorização.

1.3 O Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes: da criação à interiorização.

O Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) foi criado em 1909 e regulamentado em 1910 como Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo. Em 1937, se transformou em Liceu Industrial de Vitória. Em 1942, passou a ser conhecido como Escola Técnica de Vitória, e em 1965, passou a ser denominada Escola Técnica Federal do estado do Espírito Santo (Etfes).

Em 1993, foi inaugurada a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (Uned), localizada na cidade de Colatina, norte do estado e, em 1999, a Etfes foi transformada no Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet).

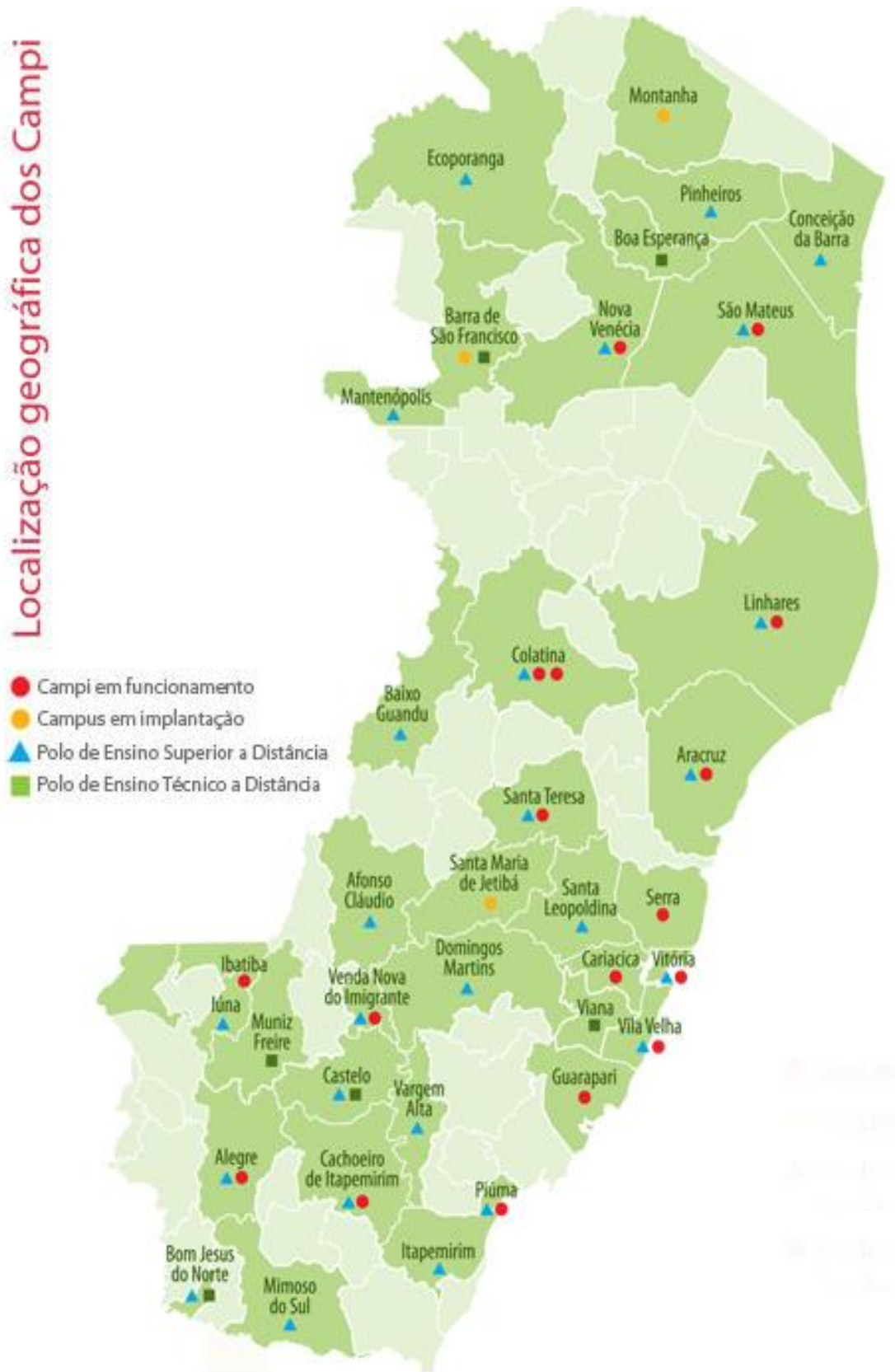
Em 2001, foram iniciadas as atividades na Uned Serra e, em 2005, a Uned Cachoeiro de Itapemirim entrou em funcionamento. Em 2006, duas novas Unidades iniciaram suas atividades: a Uned São Mateus e a Uned de Cariacica. Em 2008, foram inauguradas outras três Unidades de Ensino, sendo: Aracruz, Linhares e Nova Venécia.

Em dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892, as Unidades de Ensino do Cefetes e as Escolas Agrotécnicas de Alegre, Colatina e Santa Teresa foram integralizadas em uma estrutura única: o Instituto Federal do Espírito Santo. Juntamente com as Unidades de Ensino Descentralizadas do Cefetes foram denominadas campi.

Em 2010 os campi de Venda Nova do Imigrante, Guarapari e Piúma entraram em funcionamento e no ano de 2011 foram os campi Ibatiba e Vila Velha que iniciaram suas atividades.

Atualmente, o Ifes é composto por 17 (dezessete) campi em funcionamento e 3 (três) em fase de completa implantação, ou seja, ainda não possuem nenhuma estrutura física em condições de funcionamento, além de Polos de Educação a Distância, conforme demonstra o mapa de localização geográfica, a seguir.

Mapa 1 - Localização geográfica dos campi do Ifes

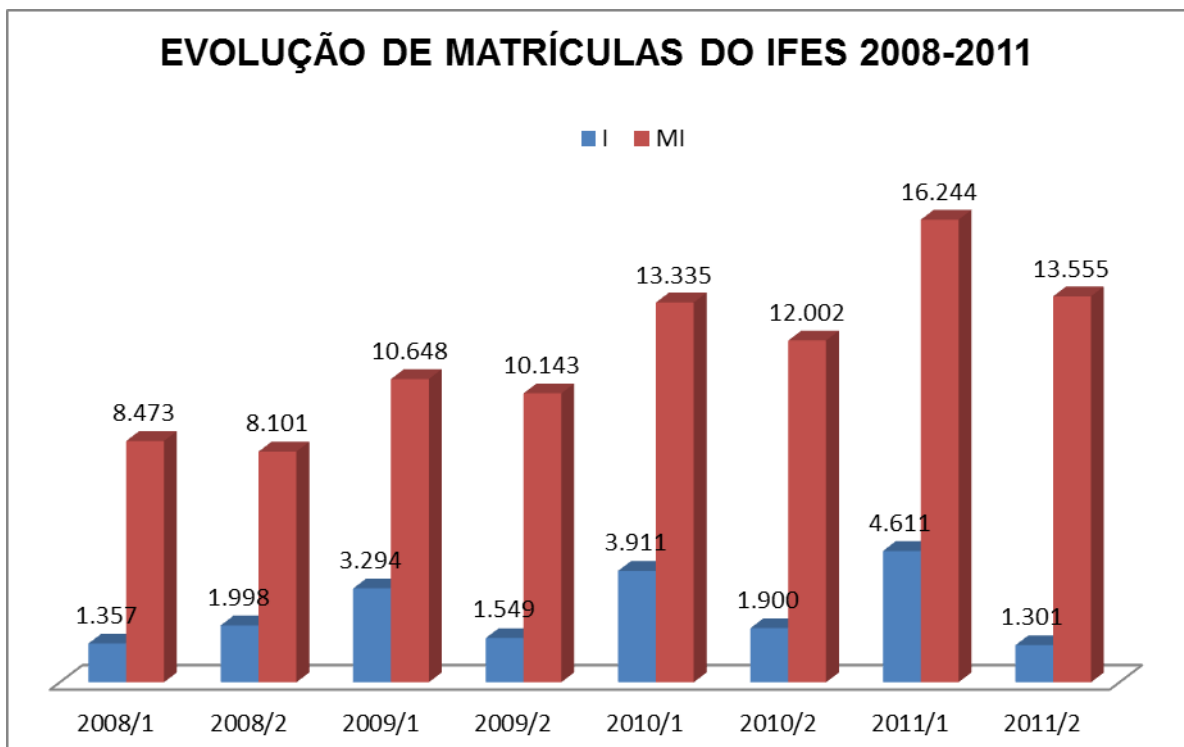


Fonte: Instituto Federal do Espírito Santo (site institucional www.ifes.edu.br)

Até o ano de 2008, antes da promulgação da Lei nº 11.892, o Ifes contava com 9 (nove) campi em funcionamento, sendo eles: Vitória, Serra, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Cariacica, Aracruz, Linhares e Nova Venécia. Apesar dos campi Alegre, Itapina e Santa Tereza (antigas Escolas Agrotécnicas), em 2008, ainda não estarem inseridas no Instituto, incluímos, para fins deste estudo, os dados referentes às suas matrículas iniciais e as matrículas de alunos ingressantes.

O gráfico abaixo demonstra a evolução das matrículas no Ifes, nos cursos presenciais técnicos de nível médio, de graduação e pós-graduação, entre os anos de 2008/1 e 2011/2, respectivamente, nos primeiros e segundos semestres de cada ano. A cor vermelha indica os números das matrículas iniciais (MI - matrículas renovadas pelos (as) alunos (as) no início dos períodos Letivos) e a cor azul representa o número de matrículas de alunos ingressantes (I - matrículas efetuadas pelos (as) candidatos (as) aprovados em Processo Seletivo).

Gráfico 1 - Demonstrativo da evolução das matrículas no Ifes



Fonte: Dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional do Ifes (PRODI)

Nota: elaborado pela autora

No primeiro semestre do ano de 2008 o Ifes contava com nove unidades (Vitória,

Colatina, Itapina, Santa Tereza, Alegre, Serra, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus e Cariacica), totalizando 1.357 matrículas de ingressantes. No segundo semestre, do mesmo ano, com mais três Unidades em funcionamento (Aracruz, Linhares e Nova Venécia) contabilizou 1.998 matrículas de ingressantes, resultando num aumento de 47% destas matrículas.

Em 2010, no primeiro semestre, iniciaram suas atividades mais duas Unidades (Venda Nova do Imigrante e Guarapari). Neste período o Ifes contava com 3.911 matrículas de ingressantes, aumentando 188% estas matrículas, em relação ao primeiro semestre de 2008.

No início do ano de 2011, com mais três Unidades em funcionamento, o campus Piúma (iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010) e os campi Ibatiba e Vila Velha (iniciaram suas atividades no primeiro semestre de 2011), ingressaram no Ifes 4.611 alunos, o que correspondeu, em média, a um aumento de 17% de matrículas de ingressantes, em relação ao primeiro semestre de 2010.

Conforme os dados apresentados observa-se que entre o primeiro semestre de 2008, com nove unidades em funcionamento, e o primeiro semestre de 2011, com mais oito unidades em funcionamento, houve um aumento de 240% de matrículas de ingressantes e 92% de matrículas iniciais. O fato do crescimento do número das matrículas iniciais não acompanharem o crescimento do número de matrículas de ingressantes pode representar o resultado de evasões e reprovações, pois apesar do número de estudantes que ingressam no Ifes ter aumentado substancialmente, o mesmo não ocorreu com o número de estudantes que renovaram suas matrículas semestralmente ou anualmente.

Ressalta-se, porém, que os campi em funcionamento, criados após a promulgação da Lei nº 11.892/08, ainda estão em fase de implantação, ou seja, ainda não alcançaram os 1200 (um mil e duzentos) estudantes previstos, contudo, diante do panorama que se apresenta torna-se necessário o enfrentamento de questões relacionadas à expansão do Ifes e, conseqüentemente, da elevação do número de alunos na instituição, o que significa enfrentar questões como a evasão e a reprovação.

Conforme Exposição de Motivos – EM Interministerial nº 00178/2011/MP/MEC

(BELCHIOR; HADDAD, 2011) enviada a Presidenta da República, em 15 de agosto de 2011, os campi pertencentes aos Institutos Federais terão capacidade para atender 1.200 (um mil e duzentos) estudantes cada, e os que ofertam cursos nas áreas de agropecuária deverão contar com 60 (sessenta) professores e 50 (cinquenta) técnico-administrativos, e os que ofertam cursos nas demais áreas deverão contar com 60 (sessenta) professores e 45 (quarenta e cinco) técnicos-administrativos.

De acordo com dados fornecidos pelo Instituto, o Ifes possui, em média, 1.093 (hum mil e noventa) professores efetivos, 122 (cento e vinte e dois) docentes substitutos e 1.122 (hum mil cento e vinte e dois) técnico-administrativos, distribuídos em seus 17 campi e na Reitoria⁷.

No que concerne às suas obrigações, de acordo com a Lei nº 11.892, art. 7º e 8º, os Ifes deve ofertar, educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados e educação de jovens e adultos. Também se constitui numa das suas obrigações à oferta de 20% de suas vagas para os cursos de licenciatura. Sobre a oferta de cursos de licenciatura Arruda (2010.a, p. 2) adverte:

E apesar de metade das vagas dos Institutos Federais ser destinada à educação profissional de nível básico e médio, a tendência é que estes institutos assumam uma identidade diversa das de suas instituições de origem. Um exemplo disso é a obrigatoriedade legal que reserva 20% de suas vagas para a oferta de licenciaturas. A criação de cursos de licenciatura em instituições tradicionalmente vinculadas à educação profissional de nível médio se articula com o diagnóstico governamental de carência de professores em determinadas áreas e da dificuldade em se alcançar a meta de universalização do ensino médio sem que esta carência seja sanada.

Além destes, podem ser ofertados cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores; cursos de graduação em nível de tecnologia, bacharelados e engenharias; cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. O Ifes também deverá desenvolver, conforme sua legislação, atividades de extensão e realizar pesquisas aplicadas capazes de contribuir para o desenvolvimento local e regional. Nesse sentido Pacheco (2001, p. 21) diz que:

⁷ Dados fornecidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas do Ifes.

Atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania constitui um das finalidades dos Institutos Federais. Para tanto, é necessário um diálogo vivo e próximo dessas instituições com a realidade local e regional, buscando a compreensão de seus aspectos essenciais, ou seja, do que existe de universal nessa realidade. Deve-se considerar que local e universal não existem como antítese, não expressam necessariamente oposição de ideias, um não existe em detrimento do outro, mas por vezes se justapõem, permeiam-se, complementam-se e separam-se. Institutos Federais.

Isso significa que a responsabilidade social proposta a partir do surgimento dos IF's caracteriza-se, principalmente, pelas possibilidades de contribuição no desenvolvimento das potencialidades locais e regionais, estando elas, no âmbito econômico e ou social, estimulando a sociedade na busca de uma realidade sustentável.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Dado os objetivos específicos desse trabalho, torna-se importante apresentar, nas subseções que seguem esse segundo capítulo, o contexto econômico e social que abarca a presente pesquisa, com o objetivo de identificarmos onde se ambientam as possibilidades e perspectivas de desenvolvimento social que poderiam se instalar a partir da interiorização do Ifes.

2.1 O estado do Espírito Santo: características econômicas e sociais.

Localizado na região Sudeste o estado do Espírito Santo possui uma área territorial de 46.095.538 Km² e tem como limites o oceano Atlântico a leste, o estado da Bahia a norte, o estado de Minas Gerais a oeste e o estado do Rio de Janeiro a sul. Sua capital é o município de Vitória.

O Espírito Santo possui um complexo portuário que agrupa seis portos (porto de Vitória, Tubarão, Praia Mole, Porto de Ubu e Portocel) por onde circulam, aproximadamente, 25% das mercadorias que entram e saem do Brasil e 12% da receita cambial nacional. O crescimento das exportações via Espírito Santo supera o país⁸.

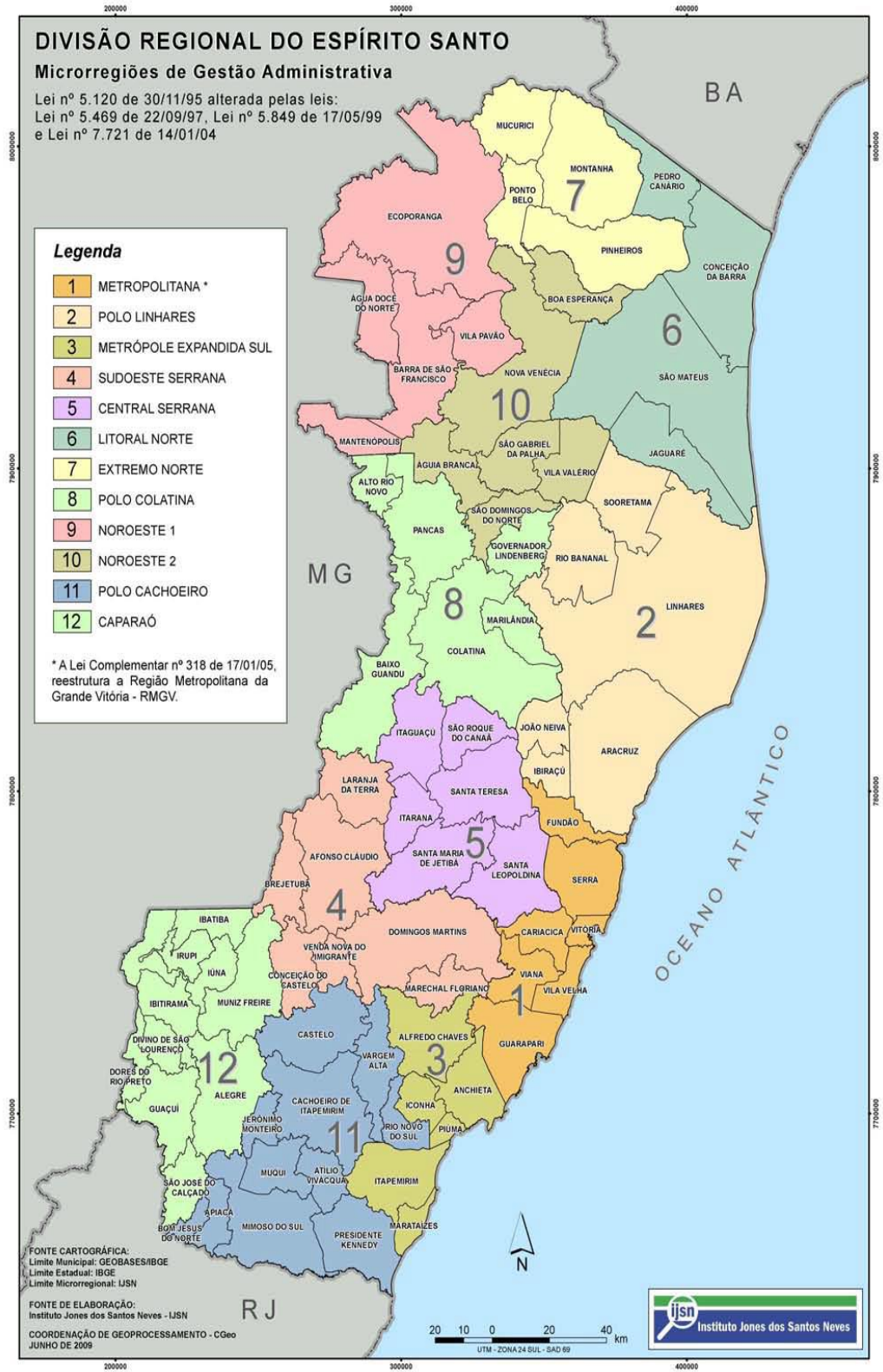
O estado é formado por 78 (setenta e oito) municípios, agrupados em 10 (dez) microrregiões administrativas e possui 3.514.592 (três milhões, quinhentos e quatorze mil e quinhentos e noventa e dois habitantes), conforme amostra do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - Censo 2010⁹).

Segue o mapa que demonstra a divisão regional administrativa do estado.

⁸ Informações retiradas do site: www.sindimares.com.br

⁹ Fonte: IBGE-Censo 2010 Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=es>

Mapa 2 - Mapa das microrregiões de gestão administrativa do estado do Espírito Santo



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (site institucional www.isjn.gov.br)

A economia do estado do Espírito Santo é bastante diversificada, voltada, principalmente, para os setores do agronegócio, agroturismo, alimentos e bebidas, celulose, indústria metalmeccânica, indústria moveleira, mineração e siderurgia, petróleo e gás natural, rochas ornamentais e vestuário.

Quanto ao crescimento, conforme dados do IJSN¹⁰, o estado do Espírito Santo foi o que mais cresceu na região Sudeste, em 2010, saindo da posição de pior desempenho econômico em 2009 para o melhor desempenho econômico regional e segundo melhor do país, apresentando, em 2010, o PIB *per capita* de R\$ 23.379, mantendo-se na sexta posição no ranking nacional.

No que se refere ao crescimento econômico e social, o Governo do estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Economia e Planejamento lançou, no ano de 2006, o “Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025”¹¹. O documento trata de uma agenda desenvolvida pelo estado, com a colaboração e participação da sociedade, por meio de algumas instituições como, Petrobrás, Movimento Espírito Santo em Ação e os setores produtivos capixabas. (ESPÍRITO SANTO 2025, 2006).

Por meio do “Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025”, pode-se conhecer com profundidade o processo histórico de desenvolvimento socioeconômico do estado, bem como os principais desafios futuros a serem superados. O Plano deu origem aos seguintes documentos: “Onde Estamos: Análise Retrospectiva, Panorama Atual e Cenários para o Futuro do Espírito Santo”; “Onde Queremos Chegar: O Espírito Santo em 2025” e “Como Vamos Chegar Lá: A Construção do Futuro”.

O documento apresenta as possibilidades e perspectivas quanto ao crescimento econômico do estado, apontando que

[...] são grandes as potencialidades com as quais o estado se defronta, como a disponibilidade de uma base logística de alta capacidade; segmentos econômicos de competitividade nacional e internacional (mineração, siderurgia, celulose, petróleo, agricultura em diversificação e arranjos produtivos locais); abundância de recursos minerais (petróleo e gás, rochas ornamentais); ativos ambientais de alto valor (lagoas de Linhares, Caparaó, Pedra Azul

¹⁰ Dados retirados do site: www.ijsn.es.gov.br – Produto Interno Bruto (PIB) Espírito Santo - 2010

¹¹ Disponível em: <<http://www.espiritosanto2025.com.br/>>

etc); estrutura fundiária equilibrada, com milhares de pequenas propriedades produtivas; uma “janela demográfica” favorável; diversidade étnica e cultural; e posição geográfica favorável em face da dinâmica de globalização. (ESPÍRITO SANTO 2025, 2006, p. 36).

Mas, também encontramos no documento as fragilidades e deficiências que o estado experimenta nas áreas de gestão, de insegurança pública, na estagnação de desenvolvimento de tecnologias, na distribuição desigual de renda, dentre outros.

A Macrorregião Metropolitana possui uma elevada concentração de investimentos e as maiores receitas orçamentárias. Nas regiões do interior, apesar dos reduzidos investimentos é possível visualizarmos um cenário propício ao desenvolvimento econômico e social dos seus cidadãos e do local/região no qual estão inseridos. No que concerne a distribuição de renda no estado, Franklin (2011, p.1) adverte que:

[...] não obstante o patente processo de desenvolvimento pelo qual o estado tem passado, as desigualdades regionais apresentadas dentro do Espírito Santo são enormes e vêm aumentando na última década. Em 2000, a região Metropolitana do estado, que abrange sete dos 78 municípios (ocupando 5% da área total do estado), representava um total de 59,8% do PIB estadual, enquanto as regiões do Extremo Norte e Noroeste se destacavam por serem as menos significativas, sendo responsáveis por 1,1% e 1,4% respectivamente. Em 2007, a participação da região Metropolitana aumentou para 64,6%, uma ampliação de 4,8 pontos percentuais, enquanto as outras duas regiões citadas mantiveram sua participação constante. Somente a capital (com uma população de pouco mais de 9% do total do estado) é responsável por 31,5% do PIB estadual (contra 28,7% em 2000).

Quanto à distribuição da população, o estudo realizado pela Coordenação de Estudos Sociais e pela Coordenação de Estudos Territoriais do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN, 2011), que considerou a taxa de crescimento da população do Espírito Santo em relação ao quantitativo da população brasileira, identificou que o estado situa-se na 15ª posição, o que representa 1,8% da população brasileira, com um aumento de 13,5% em relação à população registrada em 2000.

No campo educacional, verificamos que o estado, em 2010, possuía 3.516 (três mil quinhentos e dezesseis) estabelecimentos de Educação Básica e Educação Profissional e um total de 914.181 (novecentos e quatorze mil e cento e oitenta e um) matrículas.

No que se refere ao Ensino Fundamental, Médio e Profissional regulares, o quadro a

seguir apresenta o quantitativo de alunos por etapa escolar, no ano de 2010.

Quadro 1 - Número de matrículas iniciais da Educação Básica do estado do Espírito Santo

Rede	Matrículas Iniciais - Ensino Regular - 2010		
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional
Estadual	126.626	109.618	3.089
Municipal	352.880	141	-
Federal	-	3.864	4.597
Privada	61.251	18.193	14.602
Total	540.757	131.816	22.288

Fonte: Censo Escolar - 2010 - Sedu/GEIA/SEE. Disponível em: www.educacao.es.gov.br

Nota: elaborado pela autora

Ainda, conforme Censo 2010, o estado possuía 181.921 habitantes entre 15 e 17 anos. Pelo que o quadro apresenta, em média, 72% desses habitantes estavam cursando o Ensino Médio, contudo, faz-se necessário um olhar atencioso ao número total de matrículas do Ensino Fundamental em relação ao número de matrículas iniciais do Ensino Médio, que corresponde, em média, a apenas 24% das matrículas iniciais do Ensino Fundamental.

Em relação à Educação Profissional, os números apresentados representam habitantes de faixas etárias diversas, já que a Educação Profissional de Nível Médio pode ser ofertada nas formas de Ensino Profissional Integrado ao Ensino Médio, Concomitante ou Subsequente, conforme prevê a Lei Federal nº 11.741/2008¹².

2.2 A Microrregião Sudoeste Serrana

Considerando que o campus em estudo situa-se no município de Venda Nova do Imigrante e que a proposta desta pesquisa permeia as questões relacionadas ao desenvolvimento social regional, torna-se relevante ressaltarmos algumas das questões socioeconômicas que permeiam essa região.

A Microrregião Sudoeste Serrana é composta pelos municípios de Afonso Cláudio,

¹² Lei referente à profissionalização, que modifica a LDB (BRASIL. Lei nº 11.741, de julho de 2008).

Brejetuba, Conceição de Castelo, Domingos Martins, Laranja da Terra, Marechal Floriano e Venda Nova do Imigrante que juntos, possuem 132.069¹³ (cento e trinta e dois mil e sessenta e nove) habitantes.

As principais fontes econômicas da região estão concentradas nas atividades agropecuárias e no agroturismo (comércio de produtos caseiros nas propriedades rurais). Nos municípios de Afonso Cláudio, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Marechal Floriano e Venda Nova do Imigrante predomina-se o cultivo do café, frutas e hortaliças, enquanto a pecuária, nos municípios de Brejetuba e Laranja da terra se configura num forte potencial econômico.

Apresentamos, a seguir, mapa da microrregião Sudoeste Serrana.

¹³ Fonte: IBGE – Censo 2010.

Mapa 3 - Mapa da Microrregião Sudoeste Serrana



Fonte: IJSN, 2009

Apesar da economia desta microrregião ser basicamente constituída pela agropecuária e pelo agroturismo, o quadro abaixo demonstra que a atividade de prestação de serviço também se configura numa atividade significativa para a região.

Quadro 2 - Perfil Regional Sudoeste Serrana: Microrregião Administrativa 4

Atividades Agrupadas	%
Atividades agropecuárias	65,55
Atividades industriais	7,11
Comércio e reparação	7,18
Atividades de prestação de serviço	19,80
Atividades mal especificadas	0,36

Fonte: IJSN, 2009

Em relação ao número de habitantes, a microrregião apresentou uma taxa de crescimento populacional de 0,58%, de 2000 a 2010, a terceira menor taxa do estado¹⁴.

Quanto ao panorama educacional, verificou-se que, em 2010, 20.673 (vinte mil seiscentos e setenta e três) alunos foram matriculados no Ensino Fundamental, 4.802 (quatro mil oitocentos e dois) alunos foram matriculados no Ensino Médio. O quadro abaixo faz um demonstrativo desta situação.

¹⁴ IBGE - Estimativa de Populações Residentes 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/default.shtm>>. Acesso em: 5 jul. 2011.

Quadro 3 - Número de matrículas iniciais da Educação Básica da Microrregião Sudoeste Serrana - 2010.

Municípios	Matrículas Iniciais - Ensino Regular - 2010		
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional
Afonso Cláudio	4.287	981	56
Brejetuba	2.544	521	-
Conceição de Castelo	1.804	322	-
Domingos Martins	5.129	1.008	54
Laranja da Terra	1.444	397	8
Marechal Floriano	2.146	599	-
Venda Nova do Imigrante	3.319	974	40
Total	20.673	4.802	158
Total	20.673	4.802	158

Fonte: Censo Escolar - 2010 - Sedu/GEIA/SEE. Disponível em: www.educacao.es.gov.br

Nota: quadro elaborado pela autora

Ao visualizarmos o número de matrículas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio expostos no quadro 3, verificamos que, em média, o número de matrículas iniciais do Ensino Médio representa 23% das matrículas iniciais do Ensino Fundamental. Isso pode significar que esta microrregião tem corroborado, consideravelmente, em números, com a descontinuidade dos estudos dos jovens no contexto tanto no contexto estadual (apresentado na subseção 3.1), quanto no brasileiro, já que “atualmente mais de 50% dos jovens de 15 a 17 anos ainda não atingiram esta etapa da Educação Básica e milhões de jovens com mais de 18 anos e adultos não concluíram o Ensino Médio”¹⁵.

Em relação às matrículas iniciais da Educação Profissional de nível médio do estado, as referentes às da microrregião Sudoeste Serrana, em 2010, representam, em média, 0,7% dessas matrículas.

¹⁵ Parecer CNE/CEB Nº 5/2011. Publicado no D.O.U. em 24 jan. 2012, Seção 1, p.10. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16368&Itemid=66. Acesso em: 20 abr. 2012.

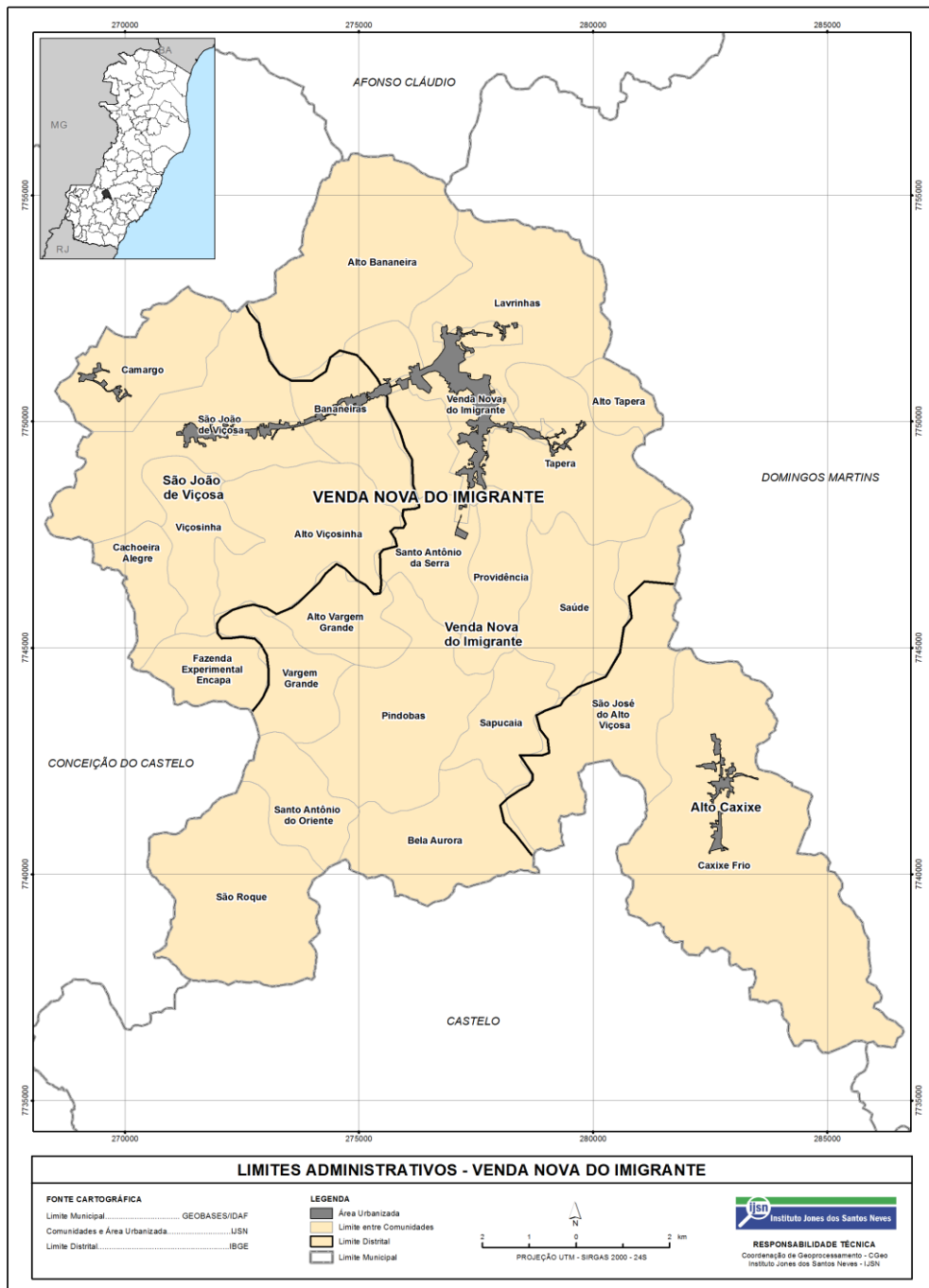
2.3 O município de Venda Nova do Imigrante.

Emancipado em 06 de maio de 1988, por meio da Lei Municipal Nº 4.069, o município de Venda Nova do Imigrante possui como principal característica a sua colonização, realizado por imigrantes italianos. Outra importante característica do município são as ações do voluntariado¹⁶, comprovadas pela participação da comunidade na realização de festas e nas organizações comunitárias, como a reconhecida Festa da Polenta, na qual, segundo a Associação Festa da Polenta (AFEPOL), parte do lucro arrecadado na festa é destinado a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e ao Hospital Municipal Padre Máximo.

Segue abaixo mapa do município de Venda Nova do Imigrante, no qual também se podem visualizar os municípios limítrofes.

¹⁶ INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. Governo do Estado do Espírito Santo. Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – PROATER – 2011-2013. Disponível em: incaper.es.gov.br/proater

Mapa 4 - Limites administrativos do município de Venda Nova do Imigrante



Fonte: IJSN, 2009. Disponível em: www.ijsn.es.gov.br

Atualmente, o município de Venda Nova do Imigrante é composto pela Sede do município e pelos distritos de São João de Viçosa e Caxixe. Diversas comunidades também compõem o município, sendo: Tapera, Alto Tapera, Lavrinhas, Bananeiras, Alto Bananeiras, Camargo, Viçosinha, Cachoeira Alegre, Alto Viçosinha, Alto Colina, Providência, Alto Providência, Sapucaia, São José do Alto Viçosa, Bela Aurora, Santo Antônio do Oriente, São Roque, São João de Viçosa e Caxixe Frio.

Vargem Grande, Pindobas, Santo Antônio do Oriente e São Roque. O município faz divisa com os municípios de Afonso Cláudio, Castelo, Conceição de Castelo e Domingos Martins.

A agroindústria é umas das principais fontes de economia, por meio da fabricação e comercialização de produtos como café arábica, queijos, doces, biscoitos, geleias, socol, embutidos, vinhos, aguardentes, dentre outros, além da agricultura de produtos orgânicos como café, frutas, hortaliças. Em 2000, esse setor empregou 43,6% da população (IJSN, 2009), contudo a maior parte do PIB municipal concentra-se no setor de comércio e serviços, já que este setor está relacionado ao agronegócio, conforme demonstra quadro abaixo:

Quadro 4 - Atividades Econômicas no município de Venda Nova do Imigrante

Atividades econômicas predominantes	PIB municipal %
Agropecuária	21,34
Indústria	12,52
Comércio e Serviço	66,14

Fonte: IJSN. 2009. Disponível em: www.ijsn.es.gov.br

O município também oferece o serviço de turismo rural que engloba inúmeros hotéis, pousadas, restaurantes, sítios que comercializam os produtos do agroturismo, sendo estas atividades realizadas, em sua maioria, em propriedades de base familiar, e ainda artesanatos¹⁷.

O Sebrae-ES (2007), descreve a implantação do Agroturismo no Espírito Santo no início da década de 1990, ocorrido inicialmente na região serrana, em especial, em Venda Nova do Imigrante, região esta privilegiada pela facilidade do acesso, proximidade da capital, clima e topografia favoráveis e rica expressão cultural. (PEREIRA; RIBEIRO, 2011, p. 79).

Sozinho, o município de Venda Nova do Imigrante possui 20.447 habitantes¹⁸. Conforme pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Venda Nova do Imigrante ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 8º lugar (0,780), no

¹⁷ Disponível em: <<http://agroturismovendanova.com.br/site/index.aspx>>

ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000)¹⁹. Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Quanto ao setor educacional, em 2010, as matrículas do município de Venda Nova do Imigrante se apresentavam conforme quadro abaixo:

Quadro 5 – Número de matrículas do município de Venda Nova do Imigrante

Modalidade de Ensino	Nº de Matrículas
Educação Infantil	918
Ensino Fundamental Regular	3.319
Ensino Fundamental - EJA	164
Ensino Médio Regular	716
Ensino Médio - EJA	136
Educação Profissional de Nível Médio	159
Educação Profissional - EJA	40

Fonte: Dados retirados do Censo Escolar (2010) - SEDU/GEIA/SEE²⁰

Nota: Elaborado pela autora

Ressalta-se, conforme demonstra o quadro, que o número de estudantes matriculados no Ensino Médio regular do município correspondia a 21% do número de alunos e alunas matriculados no Ensino Fundamental, situação também característica do estado do Espírito Santo e do país (conforme apresentado nas subseções 3.1 e 3.2).

¹⁸ Disponível em: <<http://agroturismovendanova.com.br/site/index.aspx>>

¹⁹ O Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil está disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=66&Itemid=143>

²⁰ Censo Escolar 2010 - SEDU/GEIA/SEE. Disponível em: http://www.sedu.es.gov.br/web/censo_2011_ref.htm

3 OS PERCUSOS DA PESQUISA

Neste estudo, partimos do princípio de que as políticas públicas voltadas para a expansão da educação profissional no Brasil são pouco exploradas e analisadas. A partir desta premissa, investigamos as implicações políticas e sociais da implementação da Lei Federal nº 11.892/08, no estado do Espírito Santo, por meio do estudo da interiorização do Ifes, realizando um estudo de caso do processo de implantação do campus Venda Nova do Imigrante, a fim de verificarmos suas possibilidades de participação no desenvolvimento social.

Dessa forma, após termos brevemente estabelecido as relações historicamente construídas entre educação profissional e desenvolvimento social no Brasil e identificarmos as principais características econômicas e sociais do estado do Espírito Santo procuramos analisar os desafios da política de interiorização do Ifes, por meio do estudo do processo de implantação do campus VNI, bem como verificar as possibilidades e perspectivas de desenvolvimento social decorrentes desta implantação.

Haja vista a diversidade de estudos na área de educação profissional, para desenvolver o presente trabalho tornou-se indispensável que delimitássemos o tema. Assim, mesmo reconhecendo o fato de que uma política não se configura numa medida isolada de um governo, procuramos, prioritariamente, abordar as questões relacionadas à educação profissional e à sociedade a partir do segundo mandato do Governo Lula, tendo em vista que foi neste período que se promulgou a Lei nº 11.892/08.

Realizamos então uma revisão bibliográfica, principalmente, por meio de uma busca ao banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, no site da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (dissertações e teses 2006-2010), no site da Scientific Electronic Libraty Online - Scielo e nas publicações da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED e da Associação Nacional de Política e Administração da Educação - ANPAE, com o objetivo de localizar e analisar trabalhos que abordassem diretamente a criação e a interiorização dos IF's e, devido à escassa produção científica, buscamos por pesquisas que, de alguma forma, se aproximavam do

objeto de estudo.

Para efeito de qualidade da análise, dividimos as pesquisas encontradas em duas categorias de análise: educação profissional, trabalho e sociedade; e educação profissional e as políticas de expansão dos Institutos Federais.

Além disso, foram realizadas leituras e análises de legislações e de textos de estudiosos como Arruda (2010), Brandão (2010), Ciavatta (2005), Cunha (1991), Frigotto (2005), Freitag (1984), Otranto (2011), Ramos (2005), dentre outros, indispensáveis ao planejamento, delimitação e conclusão desta pesquisa.

3.1 Revisão Bibliográfica.

Os trabalhos que integraram a categoria educação profissional, trabalho e sociedade focavam nas relações de interesse entre educação profissional e mercado de trabalho, colocando, na maioria das vezes, a primeira como garantia da segunda.

A pesquisa de Deborah Maria Stefanini (2008) buscou verificar as expectativas de alunos que ingressaram no curso técnico de uma escola técnica do estado de São Paulo. Para isso foram considerados a situação social, econômica e cultural na qual conviviam e também a de seus familiares.

A pesquisadora verificou que o ensino técnico, para os sujeitos envolvidos na pesquisa, significava mais o prolongamento dos estudos do que a busca por uma qualificação profissional, tendo em vista o discurso que quanto mais escolarização possui o indivíduo, maiores se tornam as chances de conseguir os melhores postos de trabalho e, conseqüentemente, de ascensão social.

Este estudo possibilitou o entendimento de que o ensino técnico tem se constituído numa segunda opção para os que não conseguem o benefício de cursar um curso superior.

A pesquisa de Jamilda Alves Rodrigues Bento (2009) “O Ifes e a implementação de políticas públicas de inclusão social: o caso da educação de jovens e adultos” tratou do processo de desenvolvimento do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e

Adultos-PROEJA no IFES. A principal contribuição desta pesquisa para o estudo em questão é o enfoque dado à educação profissional como uma oportunidade de jovens e adultos, que não tiveram educação escolar em idade regular, conseguirem ascensão social, seja por meio do aprendizado de uma profissão, seja pela possibilidade de retorno e de acesso a uma educação integral.

Chama a atenção ainda, o fato de a pesquisadora advertir que mesmo cumprindo legalmente seu papel ao ofertar educação profissional a jovens e adultos, a evasão, a repetência e a discriminação têm se feito presente à grande maioria dos alunos que ingressaram nestes cursos. Neste contexto a relação entre a oferta de educação profissional e sua função social se encontram dilaceradas.

O estudo de Vera Lúcia dos Santos (2009) “Políticas do Governo Federal para o ensino profissionalizante no Espírito Santo: a transformação da ETFES em Cefetes e as mudanças na prioridade de atendimento ao jovem e adulto” procurou analisar as relações historicamente construídas entre as políticas educacionais do Ifes, voltadas para a educação profissional e o desenvolvimento da economia de mercado no Espírito Santo. A pesquisa demonstrou a relação entre a trajetória das instituições profissionais criadas a partir do Decreto 7.566, de 1909 e o seu principal papel no desenvolvimento socioeconômico do estado, o de formar mão-obra-qualificada.

O estudo se constituiu numa macro análise, baseada nas relações entre a educação profissional, nas legislações relacionadas, e em conceitos filosóficos acerca de política, trabalho e educação profissional.

A pesquisa de Silvana Colares Lúcio de Souza (2010) “A Contribuição da educação profissional para a inserção dos alunos no mercado de trabalho da microrregião do extremo Sul Catarinense. Caso Ifet campus Sombrio” trata de uma investigação que procurou verificar a inserção de alunos egressos no mercado de trabalho, utilizando como referencial teórico concepções acerca das questões relacionadas ao trabalho e mercado de trabalho, ao mercado de trabalho juvenil e ao ensino agrícola no Brasil, mais especificamente em Santa Catarina. Para tanto, a pesquisadora fez uso de questionários e entrevistas.

A pesquisa apresentou como um dos papéis sociais da educação profissional o ingresso dos alunos no mercado de trabalho, já que ao oferecer educação

profissional à população ao entorno do campus, gera-se uma expectativa de inserção social por parte da população, pelo simples fato de possuir acesso a mesma.

O trabalho de Sônia Maria Tonial (2010) “A trajetória profissional dos alunos egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - campus Sertão” possui grande proximidade do trabalho de Silvana, acima apresentado. A pesquisadora procurou demonstrar a necessidade de integrar a realidade pedagógica do campus Sertão com as demandas de trabalho que existem na região, tratando a educação profissional ofertada pelo campus como a principal responsável pela inserção e pela manutenção dos egressos nos postos de trabalho.

O estudo de Ana Lúcia Silvestre (2010) “A influência da educação profissional na trajetória pessoal e profissional dos egressos do curso técnico em agropecuária: um estudo de caso do Ifsuldeminas - campus Machado” aborda a inserção de estudantes do curso técnico em agropecuária em postos de trabalhos relacionados ou não com a formação técnica, permitindo assim, um entendimento crítico dos efeitos da educação integral.

A pesquisadora contemplou uma abordagem sobre as transformações políticas, econômicas e sociais que nortearam a história do ensino agropecuário e a sua relação com a formação de profissionais para o campo, contribuindo assim para o entendimento acerca da educação profissional e o seu público, num âmbito social, numa perspectiva de formação de profissionais para um determinado setor, no caso por ela estudado, o setor agropecuário.

De forma geral, os trabalhos referentes a esta categoria trouxeram apenas uma das dimensões da educação profissional, a de favorecer a ascensão social do indivíduo, por meio de sua alocação num posto de trabalho. E, quanto à relação entre o ser humano consigo mesmo e o seu meio social? Frigotto (2005, p.13) afirma que:

para entender a dimensão criadora de vida do trabalho e as formas históricas que ele tem assumido, é crucial responder não à pergunta genérica: – O que é o ser humano?; mas: – Como se produzem socialmente os seres humanos? Na compreensão histórica que temos do ser humano, caracterizamo-lo fundamentalmente por uma tripla dimensão: é individualidade – Joana, Paula, João, Antônio etc.; é natureza – constituído e dependente de ar, água, comida, ferro,

cálcio vitaminas, sais etc. –; e é ser social – produz a sua individualidade e natureza em relação aos demais seres humanos. [...]

De outro lado, os trabalhos que fizeram parte desta categoria permitiram que evidenciássemos que a educação profissional tem muito a contribuir para a melhoria da renda do indivíduo, pois o auxilia na procura de novos postos de trabalho. Contudo, deve-se considerar que a educação profissional proposta na atualidade, pela Lei nº 11.892/08, também propõe uma aprendizagem significativa, capaz de estreitar os caminhos entre a realidade do aluno e o saber teórico, podendo assim, fazê-lo contribuir para o desenvolvimento da sociedade na qual está inserido.

Os trabalhos que integraram a segunda categoria de análise, educação profissional e as políticas de expansão dos Institutos Federais, investigaram as políticas de educação profissional desenvolvidas e praticadas na atualidade, enfocando suas contribuições e suas contradições para o desenvolvimento de uma educação profissional capaz de fortalecer e valorizar a formação integral e a escolha profissional do indivíduo, bem como as relações que se constroem nos espaços sociais, como na escola, no trabalho e na família.

O artigo de Maria da Conceição Calmon Arruda, além de expressar criticamente as contradições políticas e sociais engendradas pelos Decretos Federais nº 2.208/97 e 5.154/04, apontou para as possibilidades de desenvolvimento social e humano a partir da Lei nº 11.892/08, quando afirma:

é importante salientar que consideramos a expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e tecnológica uma iniciativa profícua e que potencialmente pode contribuir para o processo de democratização do ensino e de desenvolvimento local. (ARRUDA, 2010.a, p.11).

Marisa Brandão (2010, p. 84) foi enfática ao afirmar a necessidade de urgência em realizar pesquisas que acompanhem e analisem a expansão da Rede Federal de Educação Profissional:

[...] entendemos que se torna necessário o acompanhamento e análise da expressiva expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. É importante, por um lado, o

desenvolvimento de pesquisas de campo que dêem conta de analisar, quantitativa e qualitativamente, qual educação vem sendo desenvolvida nas diferentes instituições desta Rede [...] (BRANDÃO, 2010, p. 84).

Célia Regina Otranto (2010, p. 107) advertiu sobre a necessidade que há de “pesquisadores que investiguem qualificadamente e criticamente o processo real de implantação dos IF’s”, além de também chamar a atenção para a necessidade de se unir forças a partir da contribuição de pesquisadores das áreas de política de educação superior, de estado e política e trabalho e educação. (OTRANTO, 2011, p.13).

Diante do exposto verifica-se que o presente estudo não se tratou de uma simples tarefa, pois a implementação da Lei nº 11.892/08 é muito recente, o que torna as pesquisas, acerca da mesma, bastante escassas, entretanto

[...] é preciso saber como está se dando a expansão: que cursos estão sendo criados; como está sendo feita a reposição dos quadros de docentes e técnicos; se laboratórios estão sendo equipados, em suma, se as promessas feitas para a adesão à proposta estão sendo cumpridas. (OTRANTO, 2011, p. 14).

O artigo de Claudino Ortigara e Pedro Ganzeli (2011) traz um estudo sobre a histórica dualidade entre ensino propedêutico e profissional e uma análise contemporânea sobre a redução dessa dualidade no governo Lula, além de realizar uma análise crítica da alteração da LDB, por meio da Lei nº 11.741/08 e da Lei nº 11.892/08, que criou os IF’s. Assim,

ao estabelecer a necessidade de os cursos profissionalizantes de nível técnico e tecnológico serem organizados de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, diretrizes estas que haviam sido estabelecidas no governo anterior, a Lei nº 11.741/2008 manteve as possibilidades de modularização e saídas intermediárias que representam o ‘aligeiramento’ da formação profissional com vistas a atender as demandas do mercado. (ORTIGARA; GANZELI, 2011, p. 8)

Os autores procuraram ressaltar os retrocessos e progressos contidos nessas legislações, no que se refere aos projetos pedagógicos dos cursos profissionalizantes. Essas legislações, apesar de permitirem que esses cursos sejam

ofertados mantendo-se a modularização, trazem também a proposta do governo de integração entre o ensino propedêutico e o ensino profissional.

O que se observou, por meio da revisão bibliográfica, é a quase inexistência de estudos que abordem ou que procurem investigar a expansão dos IF's, no que diz respeito às perspectivas de desenvolvimento social mediante a implantação de um campus, a partir da Lei nº 11.892/08. O que encontramos durante o processo de revisão, foram estudos que enfocam, além da dualidade historicamente construída entre educação profissional e ensino médio propedêutico, concepções mais filosóficas e políticas acerca de educação profissional, trabalho, sociedade e economia.

É neste contexto de dúvidas e incertezas que emerge o desafio de investigarmos e analisarmos, o que vem ocorrendo após a promulgação da lei em estudo, neste trabalho, isto é, o que de fato vem se concretizando na sociedade em decorrência deste ordenamento legal, no que diz respeito à expansão e a interiorização dos IF's e a implantação de novos campi, particularmente o campus VNI.

Acreditamos que os discursos e os estudos relacionados à educação profissional, nos dias atuais, não podem apenas se restringir a teorias que, baseadas em legislações já revogadas, procuram diminuí-la ou desqualificá-la, classificando-a como uma ferramenta dos interesses privados e do capital.

Entendemos que essa racionalidade pessimista em torno da educação profissional sempre foi coerente com os ordenamentos legais que a regiam, na maioria das vezes contraditórios, resultando daí as críticas realizadas pelos estudiosos da questão, que muito corretamente a denominavam de educação tecnicista.

Ainda muito recentemente é perceptível no Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que em nenhum momento foram citados no documento termos como ***desenvolvimento socioeconômico e cultural, desenvolvimento de espírito crítico, emancipação do cidadão***²¹, denotando clara evidência da subordinação, sem nenhum disfarce, da educação profissional aos interesses dos setores produtivos e no adestramento dos trabalhadores ao exercício do trabalho.

²¹ Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Grifo nosso.

Assim, o momento atual exige que investiguemos as reais possibilidades de inserção da educação profissional no desenvolvimento social, por meio de pesquisas que, mesmo não se posicionando de forma negativa quanto à expansão da educação profissional, estejam ao mesmo tempo abertas e atentas à nova proposta governamental que se configurou por meio da Lei nº 11.892/08. Todavia,

[...] A luta é assegurar o direito à infância e adolescência não-vinculadas ao ideário interesseiro do mercado de trabalho. Aqui, novamente, cabe uma crítica – sem tréguas – ao projeto pedagógico dominante, que veicula a educação básica ao mercado e à pedagogia do capital, pedagogia das competências e da empregabilidade. Trata-se da pedagogia que visa à formação do *cidadão mínimo*, fácil de manipular e explorar.

Cabe, ao contrário, afirmar uma concepção de educação básica (fundamental e média) pública, laica, unitária, gratuita e universal, centrada na idéia de direito subjetivo de cada ser humano. Uma educação plurilateral, tecnológica ou politécnica, formadora de sujeitos autônomos e protagonistas da emancipação humana. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2005, p. 26. Grifo dos autores).

Bento (2009) em sua pesquisa ao tratar do processo de desenvolvimento do PROEJA no IFES, observou que o simples atendimento a uma legislação, no caso a de ofertar cursos para jovens e adultos, não significa oferecer condições de desenvolvimento social e humano, já que não se leva em consideração a realidade dos sujeitos e o lugar ao qual pertencem. Assim, são ofertados cursos, vagas, diplomas, mas os que conseguem ter acesso a essas vantagens, quando conseguem ultrapassar a barreira do processo de seleção, se deparam com a reprovação e, conseqüentemente, com a evasão.

Diante dessas considerações, e mediante o fato de que existe processo seletivo para a entrada de estudantes no Ifes e que se trata de uma instituição pública reconhecida pelo imaginário social como uma escola de qualidade²², torna-se relevante ressaltar que este cenário desenhado por Bento (ibid) faz parte do histórico educacional brasileiro, quando encontramos realçado o descaso pela classe trabalhadora e seus filhos, já que esses, raramente, tiveram acesso a uma escola pública de qualidade. Cunha (1991, p.162-163), após realizar uma análise sobre um estudo socioeconômico de um Colégio do estado de São Paulo, realizado na década de 70, concluiu que

²² Dissertação de Mendes (2009) trata sobre o assunto.

as escolas públicas almejam a manutenção de um padrão elevado de ensino e, por isso, são rigorosas na seleção dos candidatos. Os estudantes de origem operária não transpõem com facilidade a barreira da seleção, sendo, assim, os constituintes de uma demanda insatisfeita, [...].

[...] a alta qualidade de ensino pelo setor público, resulta na discriminação dos estudantes de origem operária que são levados a procurar escolas particulares onde pagam mensalidades, inexistentes nas escolas públicas, que atendem então estudantes provenientes de famílias de mais alta renda.

[...] a situação, então fica assim: os estudantes oriundos da classe trabalhadora pagam para ter ensino de pior qualidade do que o ensino público gratuito oferecido aos estudantes oriundos das camadas médias (e, mais raramente, aos oriundos das classes dominantes).

[...] o aumento vertiginoso das matrículas do ensino médio não tem favorecido a escolarização dos filhos dos trabalhadores, no interior e na área metropolitana.

Ao analisarmos esse histórico e confrontá-lo com o tempo presente, visualizamos a pertinência deste estudo, que procurou investigar se o campus implantado está comprometido com as necessidades sociais dos indivíduos e com a região, e se realmente tem condições de oferecer o que está proposto no ordenamento legal que o criou.

A preocupação que emerge desse contexto está relacionado ao fato desta política pública ser muito recente, além de possuir elementos contraditórios, assim como ocorreu no Decreto nº 5.224, de 1º de outubro de 2004, que, em seu art. 2º, associou educação profissional e desenvolvimento social a setores produtivos.

Acerca de implantação de uma política Freitag (1984, p.110) reconhece que existe uma distância entre a promulgação e a sua realização, contudo “se esperássemos, no Brasil, um quarto de século para apurar que efeitos a lei teve na realidade, estaríamos de fato fora da realidade, pois neste período várias novas leis e planos já teriam invalidado o que propusemos analisar”.

Mesmo tratando de assuntos (reforma universitária e supletivo) que não estão diretamente relacionados com o presente estudo, podemos, também, situar a importância deste em uma das suas afirmações, quando a autora diz que “precisamos, portanto, ser mais humildes em nossas intenções e procurar ver as tendências que se delineiam no momento atual na realidade educacional, à base dos dados e das informações disponíveis”. (FREITAG, 1984, p.110).

No Brasil, têm-se como exemplo as legislações que mesmo sofrendo alterações em seu conteúdo, parecem não interferir significante na histórica concepção de dualidade entre o Ensino Médio propedêutico e o profissional que acontece na realidade da escola, apenas trata de mascará-la. Assim,

No Brasil, o dualismo se enraíza em toda a sociedade através de séculos de escravismo e discriminação do trabalho manual. Na educação, apenas quase na metade do século XX, o analfabetismo se coloca como uma preocupação das elites intelectuais e a educação do povo se torna objeto de políticas de Estado. Mas seu pano de fundo é sempre a educação geral para as elites dirigentes e a preparação para o trabalho para os órfãos, os desamparados. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 32)

Dessa forma, é imprescindível que realizemos uma análise de políticas públicas direcionadas à educação profissional, como, aqui proposto, o estudo da criação dos Institutos Federais e de sua interiorização, pois se configura numa importante fonte de análise da política que a instaurou.

3.2 O método

O Ifes conforme sua identidade tem a *missão*²³ de promover educação profissional e tecnológica de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco no desenvolvimento humano sustentável e atribui seus *valores*²⁴ a qualidade e a excelência na educação profissional e tecnológica; na competência profissional dos seus servidores; na sintonia e flexibilidade para integração com todos os segmentos; na ética nas ações e nos relacionamentos; na humanização, valorizando o ser humano como foco das decisões; na responsabilidade social e sustentabilidade por meio do ensino, pesquisa e extensão.

Observa-se que tanto a missão quanto os valores assumidos pelo Ifes vão ao encontro aos objetivos da Lei nº 11.892. Restou-nos então, investigar a implementação dessa política, por meio de um estudo que verificasse como tem ocorrido o processo de implantação dos campus VNI, haja vista que esse tipo de

²³ Instituto Federal do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.ifes.edu.br/institucional/33-identidade>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

²⁴ Instituto Federal do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.ifes.edu.br/institucional/33-identidade>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

estudo é capaz de “[...] um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas [...]” (YIN, apud GIL, 1999, p. 73).

André (1995, p. 54) diz que uma das características do estudo de caso trata-se de

[...] seu potencial de contribuição aos problemas da prática educacional. Focalizando uma instância particular e iluminando suas múltiplas dimensões, assim como seu movimento natural, os estudos de caso podem fornecer informações valiosas para medidas de natureza prática e para decisões políticas [...].

Como a presente pesquisa se configura num estudo de caso, utilizamos três principais fontes de evidências, geralmente mais utilizadas: a documentação, os registros em arquivo e as entrevistas (YIN, 2005), além de questionários, que permitiram a utilização da técnica de triangulação²⁵ dos dados.

Como no estudo de caso o instrumento principal é o pesquisador, um ser humano, as observações e análises vão estar sendo filtradas pelos seus pontos de vista filosóficos, políticos, ideológicos. E não poderia ser diferente. Quando começa um trabalho de pesquisa, o pesquisador não pode deixar de lado os seus valores, as suas crenças e os seus princípios. No entanto, ele deve estar ciente deles e deve ser sensível a como eles afetam ou podem afetar os dados. Ele precisa, em primeiro lugar, saber identifica-los para revelá-los ao leitor. Ele pode, em segundo lugar, usar algumas medidas para controlá-los, usando, por exemplo, a triangulação de fontes, de informantes, de perspectivas teóricas. (ANDRÉ, 1995, p. 61-62).

As documentações (leis, atas, ofícios e fotos) necessárias ao conhecimento do processo político de implantação do campus encontravam-se arquivadas no gabinete do diretor geral do campus VNI. Os registros em arquivo utilizados foram os questionários socioeconômicos (ANEXO B), preenchidos pelos alunos no ato da matrícula que ficavam arquivados na pasta dos alunos, na Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA). As entrevistas (APÊNDICE C) foram realizadas com o diretor geral e com os coordenadores de curso do campus.

Aplicou-se ainda um questionário socioeconômico-cultural²⁶ (APÊNDICE D) aos alunos e alunas dos 3º anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

²⁵Triangulação: “fundamento lógico para utilizar fontes múltiplas de evidências”. Ver Yin (2005, p. 125).

²⁶ O questionário também é um importante método de coletas de dados nos estudos de caso. (ANDRÉ, 2005)

No que se refere às escolhas dos sujeitos para a aplicação do questionário socioeconômico-cultural, levou-se em consideração o grau de maturidade dos mesmos em relação aos alunos das séries anteriores e o maior tempo de convívio entre estes sujeitos e as atividades administrativas e pedagógicas do campus, já que fazem parte dos primeiros grupos de alunos e alunas a ingressarem no mesmo.

Quanto aos sujeitos entrevistados, esclarecemos que a principal atribuição da função do diretor geral do campus é direcionar, acompanhar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos pelas direções de ensino e administrativa do campus, enquanto a principal função de coordenador de curso é de acompanhar o processo de implementação de projeto de curso, mantendo-o atualizado, de acordo com as tendências sociais e econômicas de abrangência destes cursos.

3.3 O processo político de implantação do campus Venda Nova do Imigrante.

No Ifes, o ano de 2008 foi marcado pela expectativa de implantação de políticas públicas que deveriam desencadear o desenvolvimento da educação profissional no Brasil, o que se confirmou com a aprovação da Lei nº 11.892/08, que transformou os Cefetes em Ifes.

Ainda no referido ano fui convidada pelo Diretor da Uned Cachoeiro de Itapemirim (que é o diretor do campus VNI) e pelo Diretor Geral do Cefetes, devido a experiência adquirida na implantação da Uned supracitada, a compor o grupo que seria responsável pela implantação de novos campi, no meu caso e do Prof. Aloísio Carnielli (diretor geral), dos campi Venda Nova do Imigrante, Ibatiba e Caramuru. Os trabalhos foram direcionados à desapropriação e à preparação dos terrenos, nos quais deveriam ser construídos os campi, à contratação de empresas para a construção, o planejamento de aquisição de equipamentos e materiais necessários ao início do funcionamento dos mesmos.

Os processos de implantação dos campi ocorrem, principalmente, mediante parcerias firmadas entre os governos municipais e federais, que vão desde a desapropriação de terrenos ou prédios até a manutenção do espaço físico. A Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, também cedeu servidores tanto para trabalhar na administração (que foi o meu caso), quanto para atuarem na

manutenção da estrutura física do prédio. Além disso, durante um período, custearam as contas de energia, água e telefone, mediante convênio de colaboração técnica firmado com o Cefetes.

No caso do campus VNI esta parceria começou ainda antes da desapropriação do terreno, já que os políticos de Venda Nova do Imigrante fizeram um movimento político significativo para que a implantação do campus ocorresse. Após garantirem a implantação, desapropriaram o terreno e fizeram o serviço de terraplanagem da área a ser construída.

Em 20 de novembro de 2007, o Prefeito Municipal de Venda Nova do Imigrante, Sr. Braz Delpupo, por meio do Ofício GAB. PMVNI – Nº 287/2007, endereçado ao Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, encaminhou cópia da Portaria nº 405/2007, que nomeou a comissão de avaliação para a desapropriação do terreno onde seria construído o Cefetes de Venda Nova do Imigrante; cópia da Lei Municipal 737/2007, autorizando o município a adquirir o terreno em questão; e cópia da planta de localização do terreno adquirido pelo município, totalizando uma área de 37.423,22m² (trinta e sete mil, quatrocentos e vinte e três metros e vinte e dois centímetros).

Ainda, no documento endereçado ao Ministro da Educação, o Prefeito Municipal detalhou as características regionais, sociais e econômicas da cidade, enfatizando o ganho inestimável que o município teria com a instalação de um Centro Federal de Educação Tecnológica no Município, já que o mesmo é considerado um protagonista da educação de qualidade.

Em 3 de abril de 2008, por meio da Lei Municipal nº 755/08 o terreno, adquirido pela Prefeitura Municipal de Venda Nova foi doado ao Cefetes; e em 28 de agosto do mesmo ano, foi publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 166, a descentralização de recursos financeiros no valor de R\$ 3.103.737,34 (três milhões, cento e três mil, setecentos e trinta e sete reais e trinta e quatro centavos) para a construção da Uned de Venda Nova do Imigrante; e no D.O.U. nº 169, de 2 de setembro do mesmo ano, foi publicado o extrato de contrato nº 48/2008, no qual o Cefetes contratou uma empresa para a construção da 1ª etapa das obras, que consistiu na construção de um prédio administrativo, um prédio com salas de aula e

laboratórios e a biblioteca.

Após o início da construção do campus as nossas preocupações voltaram-se para a escolha dos cursos que seriam ofertados. Quando eu e o professor Aloísio Carnielli recebemos o convite para implantarmos o campus já nos foi colocado pelas autoridades municipais e pelo Ifes que os cursos deveriam ser na área de agroindústria e agronegócio, contudo como não tínhamos condições de realizar uma pesquisa de demanda, por meio de questionários que deveriam ser endereçados a estudantes, comerciantes, empresários, dentre outros membros da sociedade civil, realizamos apenas uma pesquisa em publicações do governo do estado que indicavam as potencialidades econômicas e sociais da região.

No final do ano de 2008 eu e o diretor do campus VNI, mesmo após termos realizado essa pesquisa para identificar o perfil socioeconômico do campus VNI, decidimos convidar alguns proprietários de agroindústrias da região e alguns líderes comunitários e de estudantes para uma conversa informal, que ocorreu nos porões da matriz da Igreja Católica de VNI. Nossa intenção foi a de realizar uma pequena audiência pública com esses representantes, sem que houvesse qualquer intervenção política do município ou do próprio Ifes. Infelizmente, houve poucos participantes, contudo as falas dos presentes foram de suma importância na escolha dos cursos.

Iniciamos esta audiência apresentando aos presentes que a pesquisa que tínhamos realizado apontava para a oferta de cursos voltados para as áreas de agroindústria e agronegócios, já que o potencial econômico, não somente do município de Venda Nova do Imigrante, mas também dos municípios vizinhos, se direcionavam para estas áreas.

Após nossa exposição solicitamos aos participantes que se manifestassem a respeito de nossa fala. Houve total concordância quanto à oferta de cursos na área de agroindústria, contudo nos alertaram que os cursos de agroindústria e o de agronegócio possuíam características muito comuns e que por isso acreditavam que um curso voltado para a área de administração seria mais vantajoso para região, já que se trata de um curso mais abrangente e que poderia atender tanto as agroindústrias quanto ao comércio. Indicaram, então, a inserção na matriz curricular

do curso técnico em administração a disciplina “gestão do agronegócio”, o que ocorreu, conforme constata-se no anexo D. Como essas falas foram unânimes, nos comprometemos a aprofundar nossas pesquisas em relação às demandas socioeconômicas da região e a encaminhar aos dirigentes do Ifes as colocações ali expostas.

Não foram localizadas documentações oficiais acerca desta audiência pública, apenas algumas fotos, como as que seguem:

Fotos 1 e 2 - Primeira audiência pública do Cefetes para criação do campus Venda Nova do Imigrante



Fonte: fotos cedidas pelo Gabinete do Diretor Geral campus Venda Nova do Imigrante

Assim, após realizarmos novos estudos e dialogarmos com alguns representantes da área de ensino do Ifes, encaminhamos ao Reitor nossa posição sobre os cursos que deveriam ser ofertados pelo campus VNI, cursos voltados para as áreas de agroindústria e administração.

Em 2009, já com um maior número de servidores envolvidos, as responsabilidades quanto às implantações dos novos campi foram divididas. Dessa forma o Prof. Aloísio Carnielli foi nomeado Diretor e eu nomeada Gerente de Ensino do futuro campus VNI, com o objetivo de consolidarmos a implantação do campus VNI. Assim, demos início ao processo de elaboração dos projetos de cursos que deveriam ser implantados.

Para a realização desses projetos, o Reitor do Ifes nomeou duas comissões. Essas comissões foram formadas por professores representantes de campus que ofertavam cursos técnicos em Agroindústria e Administração.

Em 26 de agosto de 2009, foi realizada uma grande audiência pública, no salão do Fórum municipal, com o objetivo de definir os cursos que seriam implantados no campus VNI. Essa audiência contou com a participação de autoridades municipais, com o Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, servidores do Ifes e comunidade em geral.

Conforme consta em ata dessa audiência, dois professores do Ifes, das áreas de Administração e Agroindústria deram seus pareceres acerca da implantação de dois cursos que estariam relacionados ao arranjo produtivo local regional, cursos técnicos nas áreas de Administração e Agroindústria. Diante das falas dos professores ocorreram, por parte da comunidade, diversas manifestações, que expuseram dúvidas e sugestões. Foram sugeridos pela comunidade os cursos na área de Meio Ambiente, Construção Civil, Mecânica, Eletrotécnica e Petróleo e Gás. Contudo, após o debate houve consenso em relação aos cursos que deveriam ser implantados no campus, nas mesmas áreas sugeridas, anteriormente, pelos professores.

Se considerarmos as sugestões de cursos propostos pela comunidade que participou da audiência, evidencia-se o desconhecimento dos participantes sobre a Lei que criou os Institutos, em que fica determinada que a oferta formativa dos IF's consolide e fortaleça os arranjos produtivos, sociais e culturais locais²⁷.

O campus foi sendo organizando, dividindo-se as funções administrativas e de ensino entre servidores. Em 2011, com o campus já em funcionamento desde 2010, iniciou-se a estrutura organizacional interna, na qual foi nomeado o diretor geral, a diretora de ensino (responsável apenas pela estrutura pedagógica) e o diretor de administração. No Anexo C é possível visualizar o organograma do campus.

3.4 O caso: o processo *in loco* da implantação do campus Venda Nova do Imigrante.

O campus VNI, iniciou suas atividades letivas em 8 de março de 2010, com o ingresso de 240 (duzentos e quarenta alunos), oferecendo cursos técnicos

²⁷ Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

integrados ao ensino médio, concomitantes, e PROEJA, pertencentes aos eixos tecnológicos Gestão e Negócios e Produção Alimentícia. Seguem abaixo fotos que documentam o cenário da implantação.

Fotos 3 e 4 - Aula inaugural do campus Venda Nova do Imigrante



Fonte: fotos cedida pelo Gabinete do Diretor Geral do campus Venda Nova do Imigrante

O campus iniciou seu funcionamento com três prédios: um composto por 9 (nove) salas de aula e 9 (nove) laboratórios (em fase implantação), sendo 2 (dois) laboratórios de informática, 1 (um) de biologia, 1 (um) de física, 1 (um) de química e análise de alimentos, 1 (um) de análise sensorial, 1 (um) de microbiologia e 1 (um) de processamento de alimentos; outro prédio composto pelo Gabinete do Diretor Geral do campus, por salas administrativas e um auditório com capacidade para 270 (duzentos e setenta pessoas) e uma biblioteca.

Quanto ao quadro de pessoal, o campus contava, no momento do ingresso dos primeiros alunos e alunas, além do Diretor Geral e da Diretora de Ensino, com uma Técnica em Assuntos Educacionais, um Assistente de Administração e oito professores substitutos, além de uma empresa terceirizada, contratada para realizar a manutenção. Percebe-se, então, que o campus contava com um quadro de pessoal instável e insatisfatório, já que não havia pedagogo, assistente de alunos, coordenadores de curso e professores efetivos.

À medida que o Governo Federal liberava novas vagas para a contratação de professores e técnico-administrativos, o Ifes realizava concursos públicos, para os quais eram disponibilizadas vagas para o campus. Em 2012, o campus possuía

aproximadamente 880 (oitocentos e oitenta) matrículas, conforme detalha tabela abaixo.

Quadro 6 - Cursos ofertados e quantitativos de matrículas do campus VNI (2010 – 2012)

Cursos Ofertados	Ano / Semestre										Total V. O.	Total V. P.
	2010/1		2010/2		2011/1		2011/2		2012/1			
	Nº. V.O.	Nº. V.P.	Nº. V.O.	Nº. V.P.	Nº. V.O.	Nº. V.P.	Nº. V.O.	Nº. V.P.	Nº. V.O.	Nº. V.P.		
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Administração (duração mínima de 4 anos)	80	79	----	----	80	79	----	----	80	71	240	229
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agroindústria (duração mínima de 4 anos)	80	75	----	----	80	72	----	----	80	97***	240	244
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos em Administração (duração mínima de 4 anos)	40	40	----	----	40	40	----	----	43****	43	123	123
Curso Técnico de Nível Médio Concomitante em Agroindústria (duração mínima de 4 semestres)	40	40	40	40	40	40	*	----	40	44	160	164
Curso Técnico de Nível Médio Concomitante em Administração – Bolsa Técnica** (duração mínima de 4 semestres)	----	----	40	40	----	----	----	----	----	----	40	40
Curso Técnico de Nível Médio Concomitante em Administração – Bolsa Técnica (duração mínima de 3 semestres)	----	----	----	----	----	----	48*****	45	----	----	48	45
Curso Técnico de Nível Médio Concomitante em Administração (duração mínima de 3 semestres)	----	----	----	----	----	----	----	----	40	39	40	39
Total de vagas ofertadas e total de vagas preenchidas (não estão sendo consideradas as evasões e a saída de 121 (cento e vinte e um) alunos e alunas que terminaram seus respectivos cursos).											891	884

Nº de V.O.: Número de Vagas Ofertadas / Nº de V.P.: Número de Vagas Preenchidas
 * Neste semestre não houve Processo Seletivo para a entrada de alunos. Foi ao final deste semestre que se formou a primeira turma do campus, culminando na saída de 21 (vinte e um) alunos.
 ** O Bolsa Técnica se constitui numa parceria entre o IFES e o Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria Estadual de Educação – SEDU.
 *** A princípio foram oferecidas 200 (duzentos) vagas, mas houve necessidade de ampliar esse quantitativo, devido ao grande número de reprovações, culminando na abertura de mais (1) uma turma. A turma foi composta por alunos reprovados e por suplentes do Edital.
 **** No 1º Edital foram oferecidas 42 (quarenta e dois) vagas, mas como não houve preenchimento total de vagas, abriu-se um 2º Edital de vagas remanescentes, oferecendo mais 1 (uma) vaga.
 ***** No 1º Edital foram oferecidas 40 (quarenta) vagas, mas como foi detectado um alto índice de evasão do Bolsa Técnica, abriu-se um 2º Edital de vagas remanescentes, oferecendo mais 8 (oito) vagas.
 Observação: não foram ofertadas vagas para 2012/2.

Fonte: dados fornecidos pela Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA) do campus VNI

Nota: elaborado pela autora

De acordo com informações da Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA), ao final do ano de 2012, o campus contava com o quantitativo de 555 (quinhentos e cinquenta e cinco) matrículas previstas para o ano de 2013.

Dessa forma, quando analisamos o quadro acima, verificamos que se somarmos 555 (quinhentos e cinquenta e cinco) matrículas com as 121 (cento e vinte e um) matrículas de formandos teremos um total de 676 (seiscentos e setenta e seis) matrículas entre estudantes que já terminaram seus cursos e aqueles que continuariam estudando em 2013. Concluimos, então, que houve 208 (duzentos e oito) trancamentos, evasões e ou transferências, o que corresponde a 23% do quantitativo de vagas preenchidas.

Quanto ao quadro de servidores, ao final do ano de 2012, o campus contava com 38 (trinta e oito) professores e 32 (trinta e dois) técnico-administrativos em educação. O quadro abaixo apresenta o quantitativo de servidores (docentes e técnico-administrativos) lotados no campus, com seus respectivos cargos e titulações.

Quadro 7 - Quadro de servidores (2012)

Cargo	Titulação	Quantitativo
Assistente em Administração (nível “C”)	Ensino Médio	2
Técnico de Laboratório (nível “D”)	Técnico	3
Auxiliar de Biblioteca (nível “C”)	Graduação	1
Auxiliar em Administração (nível “C”)	Graduação	1
Assistente em Administração (nível “C”)	Graduação	6
Bibliotecário/Documentalista (nível “E”)	Graduação	1

Assistente em Administração (nível “C”)	Especialização	3
Assistente de Aluno (nível “C”)	Especialização	2
Técnico em Enfermagem (nível “D”)	Especialização	2
Técnico em Contabilidade (nível “D”)	Especialização	1
Técnico de Tecnologia da Informação (nível “D”)	Especialização	2
Administrador (nível “E”)	Especialização	1
Assistente Social (nível “E”)	Especialização	1
Técnico em Assuntos Educacionais (nível “E”)	Especialização	3
Bibliotecário/Documentalista (nível “E”)	Mestrado	1
Psicólogo (nível “E”)	Mestrado	1
Técnico em Assuntos Educacionais (nível “E”)	Mestrado	1
Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico DE*	Doutorado	4
Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico DE	Mestrado	17
Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico DE	Especialização	9
Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico DE	Graduação	4
Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico - 40h	Mestrado	2
Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico - 40h	Especialização	1
Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico - 40h	Mestrado	1
Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico - 40h**	Mestrado	1

*DE - Dedicção Exclusiva

** Professor Substituto

Fonte: dados fornecidos pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas do campus VNI

Nota: quadro elaborado pela autora

Observa-se, no quadro 7, que mais de 50% dos professores possuem Mestrado, além de também possuir professores com Doutorado, e que 50% dos técnicos-administrativos possuem Especialização, independente do seu nível²⁸. Quanto ao nível de escolaridade do servidor, percebe-se um nível de titulação, consideravelmente, elevado para um campus onde se oferta apenas cursos de nível médio.

No que se refere aos laboratórios, o que se observou durante o período de 2010 a 2011, foi a estruturação dos mesmos, por meio da adequação física e da aquisição de equipamentos. As fotos constantes no APÊNDICE E demonstram a evolução da sua estrutura física e dos laboratórios do campus.

Como o campus ainda não possui um local próprio para a prática de esportes, utiliza um espaço físico emprestado pela prefeitura. Em 2013, segundo informações da

²⁸ Nível “C” – cargos que exigem Ensino Fundamental ou Ensino Médio completo

Nível “D” – cargos que exigem Ensino Médio completo

Nível “E” – cargos que exigem Ensino Superior completo

diretoria geral do campus, iniciarão as obras referentes à construção de um ginásio poliesportivo coberto, no campus.

4 A COLETA DE DADOS

Ao se optar por uma abordagem qualitativa²⁹, a coleta e a análise de dados do presente estudo tornaram-se importantes ferramentas na delimitação do objeto de investigação, permitindo delinear um recorte que facilitasse a compreensão, análise e a apresentação dos dados. Nesse sentido,

Nibett e Watts (citados por André, 2005) indicam que o desenvolvimento dos estudos de caso seguem, em geral, três fases: exploratória ou de definição dos focos de estudo; fase de coleta dos dados ou de delimitação do estudo; e fase de análise sistemática dos dados. São definidas como três fases, mas são de fato, referências para a condução dos estudos de caso, pois a pesquisa é uma atividade criativa e como tal pode requerer conjugação de duas ou mais fases em determinados momentos, ênfase maior em uma delas em outros, e superposição em muitos outros. (NIBETT; WATTS, apud, ANDRÉ, 2005, p. 67).

Como já especificado anteriormente (na seção 4), a técnica de triangulação foi utilizada como forma de coletar os dados. Dessa forma, no primeiro momento de aplicação da pesquisa, foi realizada uma busca em sites e nos arquivos do gabinete da direção geral, de acordo com Carta de Informação e Autorização (APÊNDICE A), por documentos que pudessem indicar como ocorreu o processo de implantação do campus.

Após separar a documentação pertinente foi realizado um fichamento dos dados. No segundo momento foi realizada uma busca na CRA, a fim de coletarmos dados acerca do perfil socioeconômico dos estudantes que ingressaram no campus nos anos de 2010 a 2012, por meio da análise do questionário socioeconômico-cultural (ANEXO B).

Com o objetivo de visualizarmos os principais desafios da implantação do campus e capturarmos pistas sobre suas possibilidades de atuação social entrevistamos o

²⁹ Quando se fala de pesquisa quantitativa ou qualitativa, e mesmo quando se fala de metodologia quantitativa, apesar da liberdade de linguagem consagrada pelo uso acadêmico, não se está referindo a uma modalidade de metodologia em particular. Daí ser preferível falar-se de *abordagem quantitativa*, de *abordagem qualitativa*, pois, com estas designações, cabe referir-se a conjuntos de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas. São várias metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas. (SEVERINO, 2010, p. 119, grifo do autor).

diretor geral e os coordenadores de curso, por meio de uma entrevista semiestruturada (APÊNDICE C).

Por fim, foi aplicado um questionário socioeconômico-cultural (APÊNDICE D) aos alunos e alunas dos 3^{os} anos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Administração e Agroindústria na intenção identificarmos as perspectivas, de desenvolvimento social, possíveis e pretendidas, por esses estudantes, a partir da implantação do campus.

4.1 O perfil socioeconômico dos estudantes do campus Venda Nova do Imigrante.

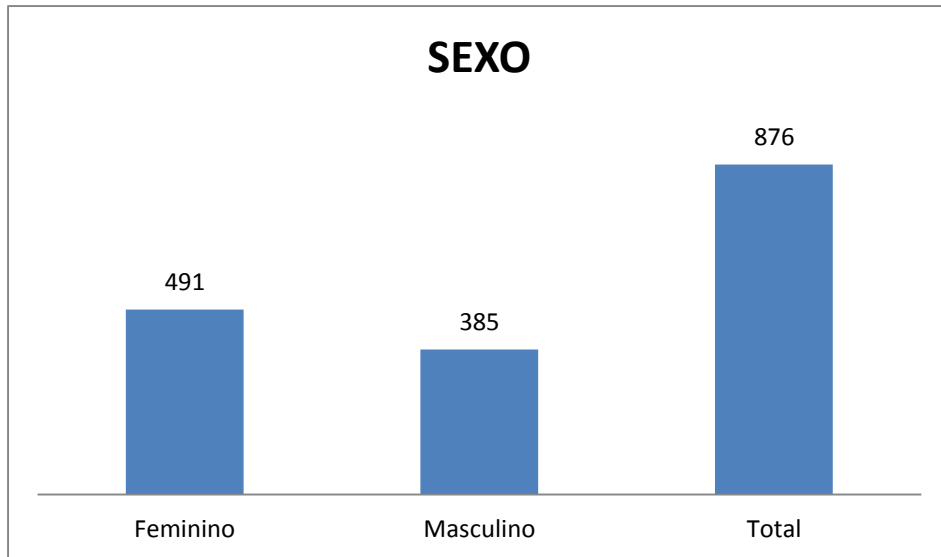
Foram analisados 876 (oitocentos e setenta e seis) questionários socioeconômicos preenchidos pelos estudantes e/ou seus responsáveis legais no ato de sua matrícula. A princípio, conforme informação da CRA do campus, esses questionários são preenchidos apenas como requisito para se efetuar a matrícula e são arquivados nas pastas individuais dos alunos.

Os questionários nos permite conhecer a realidade socioeconômica das famílias dos alunos e alunas que ingressaram no campus entre os anos de 2010 a 2012, independente do curso e turno escolhido. Nosso objetivo com este questionário foi o de conhecer o perfil social do público atendido pelo campus. Os gráficos abaixo apontam o perfil socioeconômico dos alunos e alunas do campus VNI.

- Sexo

Quanto ao gênero, presenciamos uma forte evidência da participação feminina em relação à participação masculina, já que 56% dos estudantes se auto declararam do sexo feminino.

Gráfico 2 - Gênero dos alunos e das alunas

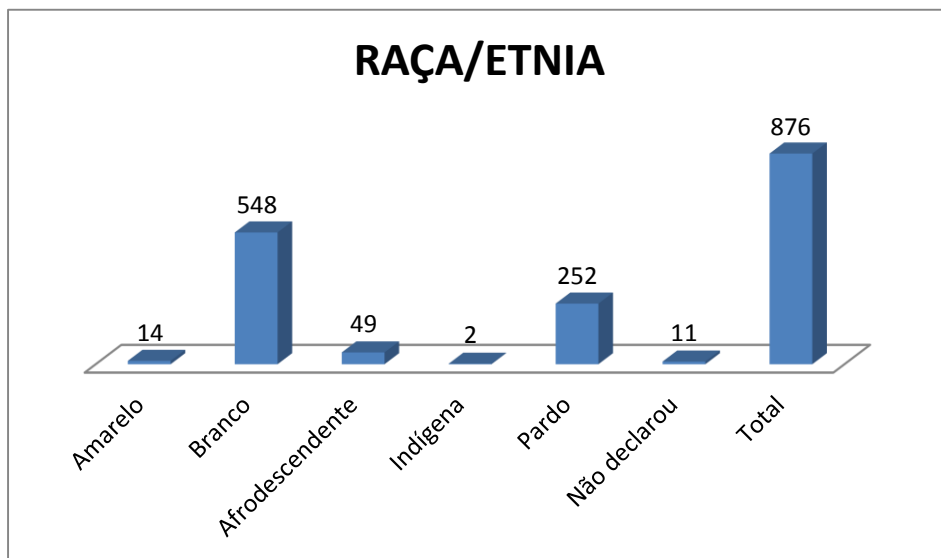


Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico (anexo B)
 Nota: elaborado pela autora

- Raça/Etnia

O gráfico aponta que a 91% dos alunos e alunas que se matricularam no campus se declararam brancos e pardos.

Gráfico 3 - Auto-declaração étnico racial

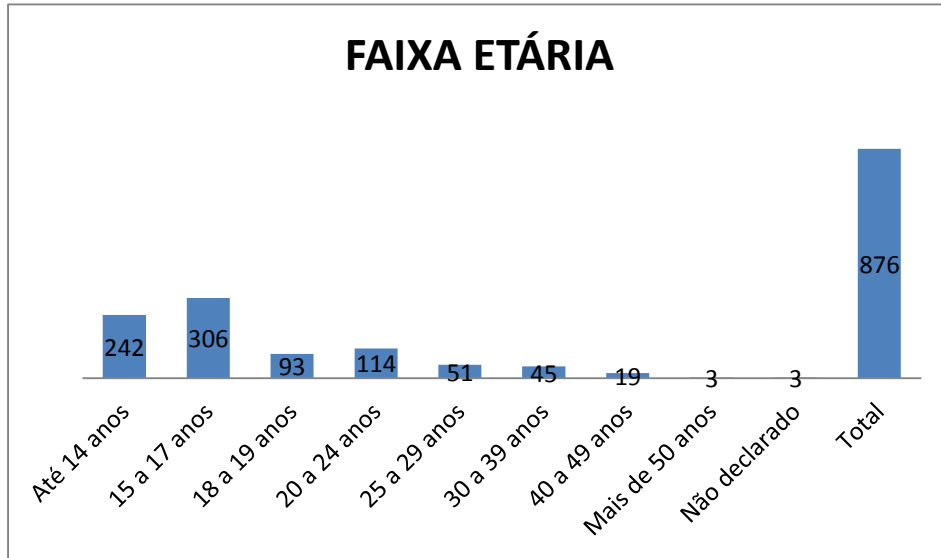


Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico (anexo B)
 Nota: elaborado pela autora

- Faixa etária

Em relação à faixa etária observa-se que 62% dos alunos e alunas matriculados possuíam entre 14 e 17 anos.

Gráfico 4 - Faixa etária



Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico (anexo B)
 Nota: elaborado pela autora

- Procedência

O gráfico apresenta que dentre os alunos e alunas matriculados no campus, em média 60% residiam na zona urbana, enquanto 36% residiam na zona rural.

Gráfico 5 - Procedência de localidade



Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico (anexo B)
 Nota: elaborado pela autora

- Procedência escolar

O quantitativo de alunos e alunas provenientes de escolas públicas foi de, em média 89%, enquanto 8% vieram de escolas particulares.

Gráfico 6 - Procedência escolar



Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico (anexo B)
Nota: elaborado pela autora

- Trabalhador

Os dados informaram que 31% dos alunos e alunas matriculados informaram que possuíam algum trabalho, enquanto 67% informaram que não trabalhavam.

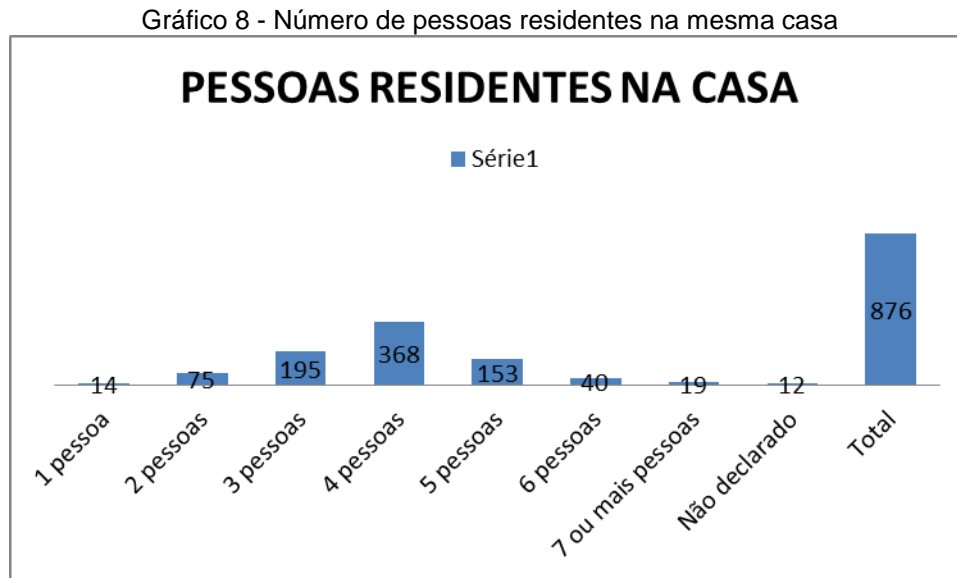
Gráfico 7 - Vínculo empregatício



Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico (anexo B)
Nota: elaborado pela autora

- Quantitativo de pessoas na mesma residência

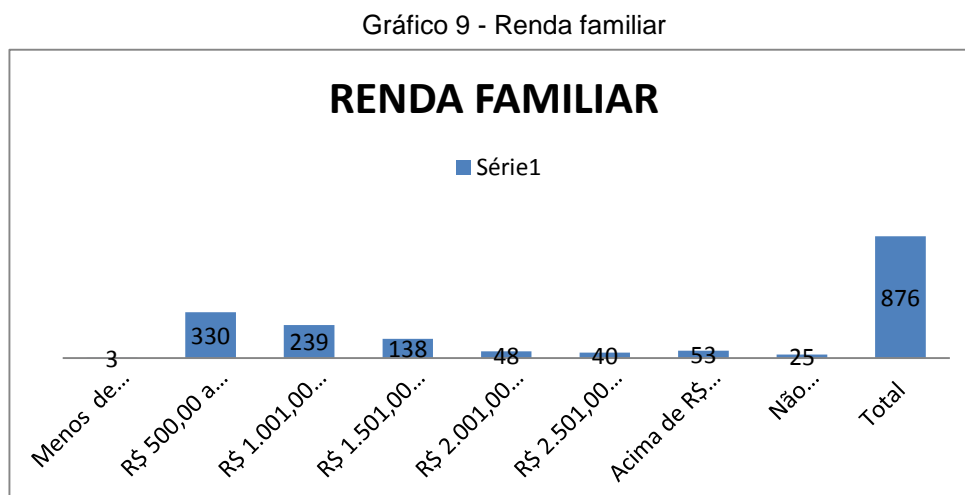
O gráfico aponta que 64% dos estudantes moram em residências compostas de 3 a 4 pessoas.



Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico (anexo B)
Nota: elaborado pela autora

- Quanto à renda familiar

Observamos no gráfico que 80% dos estudantes declararam possuir renda familiar entre R\$ 500,00 e R\$ 2.000,00.



Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico (anexo B)
Nota: elaborado pela autora

4.2 As entrevistas.

Com o objetivo de visualizarmos os principais desafios encontrados na efetivação da implantação do campus e algumas das possibilidades de desenvolvimento social humano e regional da população atingida por ele, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, conduzidas de forma espontânea, direcionadas ao diretor geral e aos coordenadores dos cursos do campus.

Por conseguinte, é muito comum que as entrevistas para o estudo de caso sejam conduzidas de forma espontânea. Dessa forma, você pode tanto indagar dos respondentes-chave tanto os dados os fatos relacionados a um assunto quanto pedir a opinião deles sobre determinados eventos. Em algumas situações, você pode até mesmo pedir que o respondente apresente suas próprias interpretações de certos acontecimentos e pode usar essas proposições como base para uma nova pesquisa. O respondente também pode sugerir outras pessoas para você entrevistar, além de outras fontes de evidências. (YIN, 2005, p. 117).

A escolha dos sujeitos deve-se ao fato dos mesmos terem atuado diretamente nas questões relativas à implantação do campus. O diretor foi o responsável pela construção e organização física e os coordenadores de curso colaboraram e mediarão as relações entre os setores administrativos do campus e as salas de aula, além de tratarem da reorganização curricular dos projetos dos cursos, para que pudessem atender as demandas e expectativas dos alunos e alunas.

Como já mencionado (subseção 4.2), os projetos de curso foram elaborados por comissões compostas por servidores de campi do Ifes que ofereciam cursos técnicos nas áreas de administração e agroindústria. Apesar da experiência destes profissionais, os mesmos não conheciam ou não participavam da realidade social da região onde o campus foi implantado, já que pertenciam a outro campus de outra região. Diferentemente dos coordenadores de curso que, ao ingressarem no campus, mudaram-se para o município e se apropriaram das questões sociais que mediavam a realidade dos alunos e alunas.

As entrevistas duraram de 40 a 60 minutos. Foram realizadas no início do segundo semestre do ano de 2012, com base em um roteiro pré-estabelecido. Com o objetivo de manter o anonimato dos entrevistados, conforme garantido no Termo de

consentimento esclarecido (APÊNDICE B), os mesmos serão referenciados, nesta pesquisa, conforme as abreviações a seguir:

- Diretor Geral do campus: **DG**
- Coordenador do Curso Técnico em Administração: **C1**
- Coordenador do Curso Técnico em Agroindústria: **C2**

Para que a análise fosse ao encontro do objetivo proposto neste trabalho, as entrevistas foram divididas em três categorias: implantação do campus VNI, desafios e possibilidades.

4.2.1 Implantação do campus VNI.

O campus VNI ainda é considerado um campus em implantação, haja vista que ainda não possui um quadro de pessoal, administrativos e docentes, completo, tampouco sua estrutura física está acabada. A previsão é que o campus esteja finalizado, fisicamente, até o final do ano de 2013 e que o quadro de servidores se complete até o final do ano de 2014.

Quanto ao processo de implantação do campus VNI, dos três entrevistados, apenas o DG teve uma participação direta e efetiva, desde os processos políticos que deram origem ao campus até o início do seu funcionamento. Como não foi evidenciada a participação dos coordenadores de cursos, a pergunta acerca do processo de implantação do campus foi direcionada apenas ao DG.

De acordo com o DG o processo de implantação do campus teve início em função de um processo de interiorização da Rede Federal, quando ainda era denominada Cefet. No caso do Cefetes, o Diretor Geral, à época, possuía a visão estratégica de interiorizar a Rede pelo estado. O grupo de dirigentes do Cefetes participou de algumas reuniões a fim de tratar das possibilidades de implantação de novas Unidades, algumas na região da Grande Vitória, outras no interior do estado, e, também, acreditavam que a região serrana comportaria uma Unidade, apenas não teriam definido exatamente onde ficaria. Ele esclareceu ainda que o processo de

interiorização do Cefetes somente teve início após a derrubada de uma Lei³⁰ que proibia a abertura de novas Unidades. Dessa forma, após a derrubada dessa Lei a expansão do Cefetes ocorreu rapidamente.

Após a Lei que criou os Ifes entrar em vigor, o primeiro passo para que se continuasse a expansão, conforme explicitou o DG, foi envolver os políticos das regiões nas quais o Ifes tinha interesse em abrir novos campi. No caso do município de VNI, como a movimentação política pela abertura de um campus foi expressiva, iniciou-se o projeto político de implantação de um campus no município.

O DG relatou uma situação muito delicada decorrente da expansão. Apesar das negociações políticas acerca da abertura do campus VNI ter sido considerada pelo governo federal, a publicação oficial que autorizava a implantação de novos campi contemplou apenas a abertura dos campi Vila Velha e Ibatiba (que não demonstrou um esforço político considerável), deixando de fora os campi VNI, Guarapari e Piúma. Essa situação causou surpresa entre os dirigentes do Ifes e os políticos que estavam envolvidos na luta pela implantação de um campus em VNI, já que *um dos critérios para se atender a expansão seria que o campus deveria estar inserido numa região Polo e a gente sabia que Ibatiba não possuía estas características.*

Conforme o DG, diante desta situação o Governo do estado, juntamente com Deputados Federais e o Senador Renato Casagrande, além de autoridades municipais, se dirigiram ao então Ministro da Educação e, juntos, conseguiram do mesmo a garantia de funcionamento dos campi VNI, Guarapari e Piúma.

Toda essa situação, de acordo com o DG, ainda provocam grandes transtornos no funcionamento do campus, tendo em vista que, devido o fato do campus não possuir as Funções Gratificadas (FG's) necessárias à gestão, como por exemplo, o próprio

³⁰A reforma da educação profissional, regulamentada pelo Decreto 2.208/97 (abril); pela Medida Provisória 1549/97 (março) e Portaria 646/97 (maio), causou profunda apreensão e forte reação dos diferentes setores sociais e, em especial da classe trabalhadora, por expressarem uma concepção estreita e de total vinculação da formação profissional às necessidades do mercado de trabalho. A desvalorização e a fragilização da educação profissional refletem a desobrigação do Estado em relação a essa modalidade da Educação Básica. Em março do corrente ano, a Medida Provisória 1549, em seu Art. 44, dava por concluída a participação da União na expansão do ensino técnico federal, além de apontar para a transferência de responsabilidade de manutenção e gestão das escolas técnicas aos Estados, Municípios, Distrito Federal e ao setor produtivo privado ou, ainda, a organizações não governamentais. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1997, p. 65).

DG que deveria ter a função de CD2 possui a função de CD3.

4.2.2 Desafios.

Quanto aos desafios elencados pelo DG destaca-se a busca pelo terreno para a construção do campus, bem como o seu processo de desapropriação. Após o município efetivar a doação do terreno ao Ifes o outro grande desafio foi o de conseguir que a prefeitura municipal ficasse responsável pelo anteprojeto, que consistia na terraplanagem do terreno e na preparação do projeto de construção do campus para que o mesmo pudesse ser licitado. Depois que o projeto foi licitado, iniciaram-se as obras. O DG calculou que o período entre a busca pelo terreno até o início das obras foi de um ano.

Outro desafio elencado pelo DG foi o de preparar os processos de aquisição dos equipamentos e mobiliários para os setores administrativos, salas de aula e laboratórios. Ele lembrou que na época da matrícula dos alunos, referentes as primeiras turmas ingressantes, o campus contava com apenas uma linha de telefone.

Durante esta etapa da entrevista o DG, por algumas vezes, enfatizou que o *planejamento* foi essencial para que se conseguisse colocar o campus em funcionamento num curto espaço de tempo. De acordo com ele, este planejamento está sendo cumprido por etapas, *haja vista que o governo não tem disponibilidade de recurso da forma que a gente gostaria que tivesse*, contudo ele esclarece que por meio do planejamento, aos poucos, se tem conseguido o que o campus necessita.

No que diz respeito à estrutura física, para que se cumpra o planejamento original, o DG informou que após o término do 2º bloco (salas de aula e laboratórios) e a aquisição de alguns materiais e equipamentos, ainda faltará a construção de um ginásio coberto. E quanto ao quadro de pessoal, ele informou que o campus conta com 33 (trinta e três) professores e 28 (vinte e oito) técnico-administrativos e que precisa chegar a um quadro de 60 (sessenta) professores e 50 (cinquenta) técnico-administrativos. Contudo, ele acredita que *o campus não deve parar por aqui, ele tem projeção para ir até, além disso, dependerá do futuro.*

Ainda, sobre a estrutura física o **C1** ressaltou que, a seu ver, a estrutura física não deixava nada a desejar, contudo quanto à estrutura humana, a falta de professor desencadeou grande dificuldade para a coordenação do curso.

O **C2**, também em relação à estrutura física e humana do campus, considera que a estrutura humana do campus é fundamental para o bom funcionamento do curso e por isso o atraso na chegada de professores e servidores foi um fator que dificultou. Quanto à estrutura física a preocupação maior era a montagem dos laboratórios, que apesar de possuir espaço físico destinado aos mesmos, ainda foi necessário adquirir os equipamentos e materiais necessários ao seu funcionamento.

O **C2** apontou, então, como principais desafios, no início do funcionamento do campus, a falta de pessoal e a dificuldade de aquisição de materiais de consumo dos laboratórios, indispensáveis às aulas práticas.

Outro grande desafio apontado pelo coordenador diz respeito à formação dos professores, que apesar da maioria possuir pós-graduação e experiência em ministrar aulas para cursos superiores, tinham pouca ou nenhuma experiência com algumas disciplinas das áreas técnicas e com suas respectivas aulas práticas, encontrando grande dificuldade em adaptar suas metodologias para cursos de nível médio.

4.2.3 Possibilidades.

Quanto às possibilidades de desenvolvimento social e humano apontadas pelo DG foi apresentada a certeza de que o campus desenvolve um trabalho que contribuirá imensamente para a ascensão social dos que frequentam o campus, já que o trabalho realizado trata-se da continuidade do que se vem sendo realizado há 100 (cem) anos. Ele esclareceu que o campus VNI mudará significativamente a vida dos alunos e de seus familiares, já que a escola se preocupa em não apenas preparar para o mercado de trabalho, mas para a vida. O DG enfatizou que esta mudança talvez não seja percebida nos primeiros anos, mas que com o passar dos tempos, ele não tem dúvida, que será perceptível.

E das possibilidades de desenvolvimento socioeconômico local e regional, o DG

chamou a atenção para a posição geográfica do campus e de suas possibilidades de atendimento às regiões vizinhas, já que os cursos ofertados pelo campus vão ao encontro às necessidades sociais e econômicas locais e regionais, haja vista que o curso de agroindústria poderá contribuir para o desenvolvimento de produtos e o curso de administração para a vocação regional de prestação de serviços. Tudo isso aliado ainda à possibilidade das pessoas se fixarem na sua região, buscando outros caminhos desenvolvimento social e econômico.

No que se refere às possibilidades de desenvolvimento do campus VNI, o DG informou sobre o trabalho de ensino verticalizado proposto pelos IF's que também deverá ser adotado pelo campus VNI. De acordo com esta proposta o campus oferecerá cursos superiores de Engenharia e Licenciatura que tenham alguma afinidade com os cursos já ofertados. De acordo com ele, foi montada uma comissão para realizar uma pesquisa de demanda a fim de verificar quais seriam os cursos que melhor atenderiam a região.

Outro projeto do campus é transformar os cursos técnicos integrados que possuem duração de quatro anos em cursos técnicos integrados em tempo integral, com duração de três anos. Além disso, ele ressaltou que há também a possibilidade do campus oferecer pós-graduação em níveis de especialização, mestrado e doutorado.

Dessa forma, o DG informou que o que lhe preocupa, não é mais a estruturação física e a formação do quadro de pessoal do campus, mas sim a consolidação da educação do campus, como os projetos pedagógicos dos cursos integrados integrais, dos cursos superiores, dos projetos de pesquisa e extensão que poderão ser desenvolvidos pelo campus. Contudo ele resalta que tudo isso dependerá do perfil de cada servidor que chegará para trabalhar no campus.

O C1 explanou que o curso que coordena pode auxiliar o aluno no desenvolvimento das atividades diárias, dentro ou fora da escola, em casa ou no trabalho, no relacionamento com os amigos ou com os colegas de trabalho. Ele citou os exemplos: *quando estou decidindo se vou desempenhar uma tarefa agora ou depois estou administrando tempo, quando estou decidindo se vou comprar ou não estou administrando recurso e se junto desta decisão ainda tenho que resolver se vou*

comprar a vista ou a prazo, isto é administração. Assim, estas situações servem não apenas para o trabalho, mas também para a vida.

O coordenador ressaltou a importância do curso para o município de VNI, no qual as atividades produtivas precisam ser administradas para serem mais bem desempenhadas, e ainda, que independente de uma atividade ser ou não produtiva, qualquer instituição, mesmo que não possua fins lucrativos está desempenhando algum trabalho que poderá ser mais facilmente desempenhado se a pessoa tiver uma formação em administração.

Baseado nisto, o C1 enfatiza que o curso Técnico em Administração poderá ser ofertado à população por bastante tempo e enfatizou que a procura pelo curso é muito boa, e que os professores que atuam no curso, por possuírem uma formação bastante ampla poderão atuar em diferentes tipos de cursos superiores.

O C2 acredita que o curso que coordena, no contexto do desenvolvimento social e humano, poderá apresentar à sociedade as possibilidades de uma vida saudável, haja vista que o curso aborda intensivamente as questões relacionadas à segurança alimentar. De acordo com ele, a conservação adequada de um alimento e uma boa alimentação estão diretamente relacionadas ao bem-estar da pessoa, e que ao conhecer os alimentos e suas propriedades o aluno poderá, além de mudar seus hábitos alimentares, incentivar a todos e todas que cercam a ter a mesma atitude. Além disso, o curso proporciona o aprender a fazer, ou seja, aprendendo sobre um produto e aprendendo a empreender pode resultar numa melhoria das condições de vida, tanto social como econômica.

O C2 também frisou que o município de VNI é famoso pelo agroturismo, que consiste na abertura das propriedades rurais e na comercialização de produtos produzidos nestes locais, contudo, é necessário que estes comerciantes estejam sempre inovando e aperfeiçoando seus produtos. Dessa forma, o curso Técnico em Agroindústria pode contribuir para um futuro promissor do município e da região, por meio da geração de pesquisas e de trabalhos de extensão, isto é, trazendo produtores da região para fazer cursos dentro do campus e encaminhando os alunos do campus para desenvolver pesquisas junto a esses produtores.

4.3 Os questionários.

Com o objetivo de conhecermos o contexto social do qual os estudantes do campus VNI pertencem, bem como suas percepções acerca dos desafios encontrados e das possibilidades de desenvolvimento social vivenciadas num campus em processo de implantação elaboramos um questionário (APÊNDICE D) estruturado com questões abertas e fechadas.

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. (GIL, 1999, p.128).

O questionário foi aplicado aos os 113 (cento e treze) alunos e alunas matriculados nos terceiros anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. A escolha desses sujeitos deveu-se ao fato dos mesmos pertencerem às primeiras turmas a ingressarem no campus e por isso possuírem um maior tempo de vivência no campus. Todos os estudantes participaram da sua aplicação. Dentre estes, 60 (sessenta) pertenciam à área de administração e 53 (cinquenta e três) à área de agroindústria, divididos em quatro turmas.

Esses estudantes ingressaram no campus em 2010 e a previsão de saída dos mesmos é o final do ano letivo de 2013, já que os cursos técnicos integrados ao ensino médio do campus VNI possuem a duração de quatro anos e funcionam no regime anual, conforme matrizes curriculares, ANEXOS D e E.

O questionário divide-se em três partes. A primeira parte (questões 1 a 14) trata da realidade social dos estudantes e de sua família. Na segunda parte (questões 15 a 21) procurou-se investigar as relações estabelecidas pelos alunos e alunas com o campus. A terceira parte é composta por apenas uma questão, que intencionou identificar as expectativas dos alunos com a conclusão dos cursos.

Logo na primeira parte do questionário serão identificadas que as questões 1, 2, 5, 6, 7, 9 e 10 são semelhantes ao questionário já apresentado (subseção 4.5). Esclarecemos que houve uma intencionalidade nesta repetição, haja vista que houve um aproveitamento desta importante ferramenta de coleta de dados para confirmar

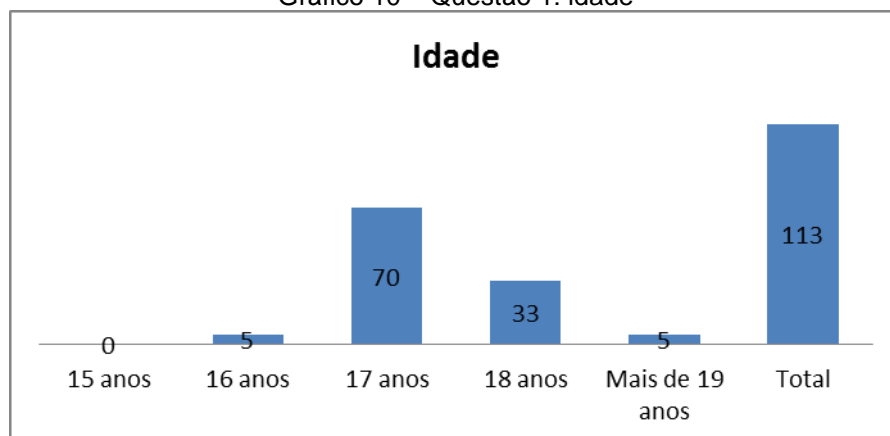
os dados extraídos do questionário socioeconômico preenchido pelos alunos e alunas no ato da matrícula.

Yin (2005, p.116) chama a atenção do pesquisador para que o mesmo investigue as condições nas quais os dados foram produzidos, para avaliar o seu grau de precisão. No caso dos questionários preenchidos no ato da matrícula, presencia-se, conforme informações do CRA, entre os alunos e seus familiares uma pouca importância ou receio em relação à veracidade no seu preenchimento. Dessa forma, optou-se pela repetição de algumas questões a fim de comprovar os dados já coletados e informados (subseção 4.5).

Para a exposição dos dados coletados utilizaremos gráficos para as questões de número um a quinze, seguidos de análise e para as questões abertas de dezesseis a vinte e dois apresentamos nossa interpretação acerca das respostas.

Por meio do questionário procuramos identificar o perfil socioeconômico das famílias dos estudantes na tentativa de identificar desafios e possibilidades de desenvolvimento social a partir da implantação do campus, bem como conhecer o tempo presente e as perspectivas de futuro dos alunos e alunas que farão parte da primeira turma de formandos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.

Gráfico 10 – Questão 1: idade

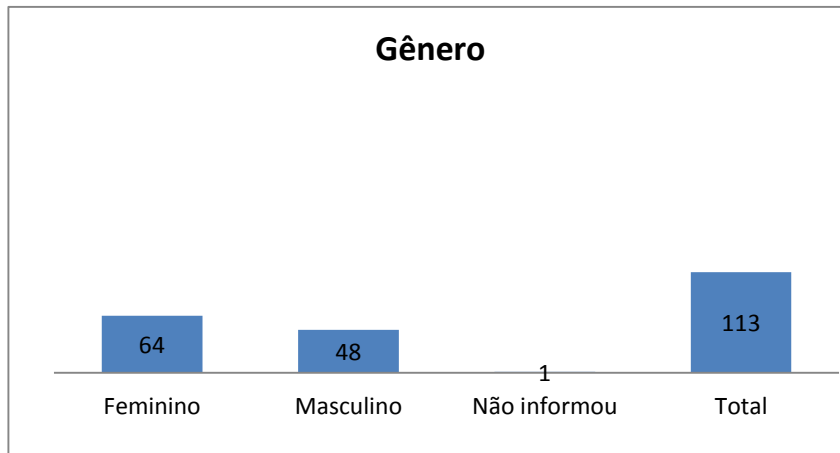


Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico-cultural (apêndice D)
Nota: elaborado pela autora

Mesmo considerando que alguns dos estudantes pesquisados repetiram o primeiro ano do Ensino Médio para que pudessem ingressar no campus e que os cursos técnicos integrados ao ensino médio do campus possuem 04 (quatro) anos de

duração, o gráfico 10 demonstra que 100% dos alunos e alunas pesquisados pertencem a faixa etária correspondente ao ensino médio regular.

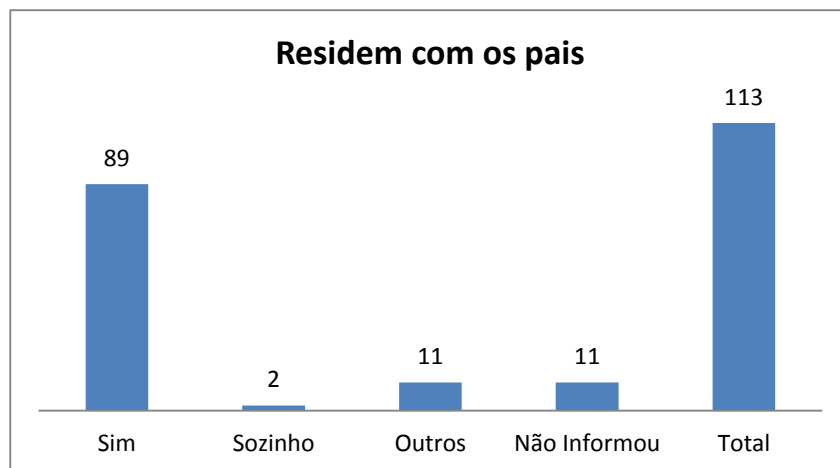
Gráfico 11 – Questão 2: gênero



Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico-cultural (apêndice D)
Nota: elaborado pela autora

Em relação ao gênero evidenciamos que a presença feminina é superior à masculina, em média, 14%.

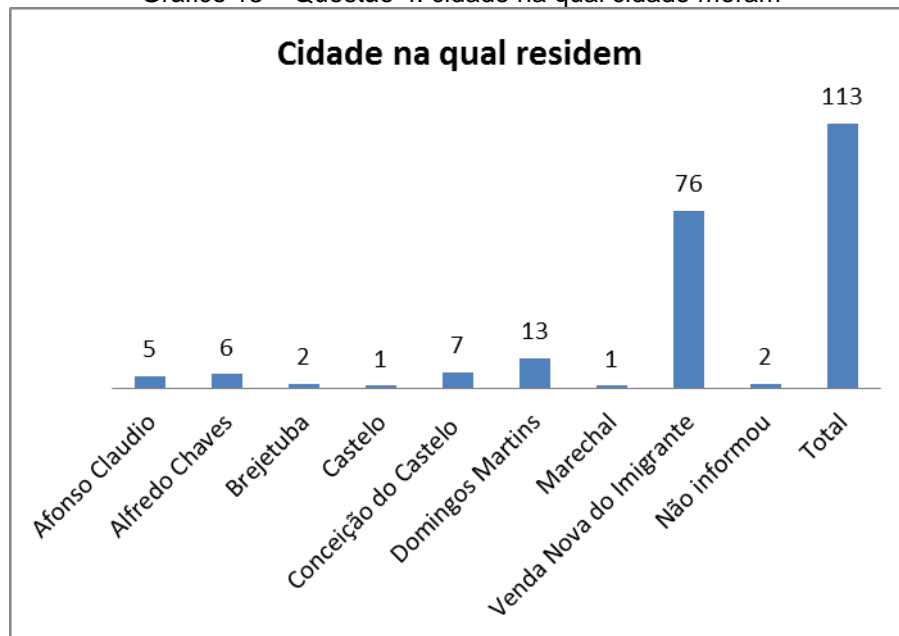
Gráfico 12 – Questão 3: residem com os pais



Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico-cultural (apêndice D)
Nota: elaborado pela autora

De acordo com os dados identificamos que a grande maioria dos estudantes mora com seus respectivos pais. Os alunos que não residem com seus pais informaram morar em repúblicas ou com parentes.

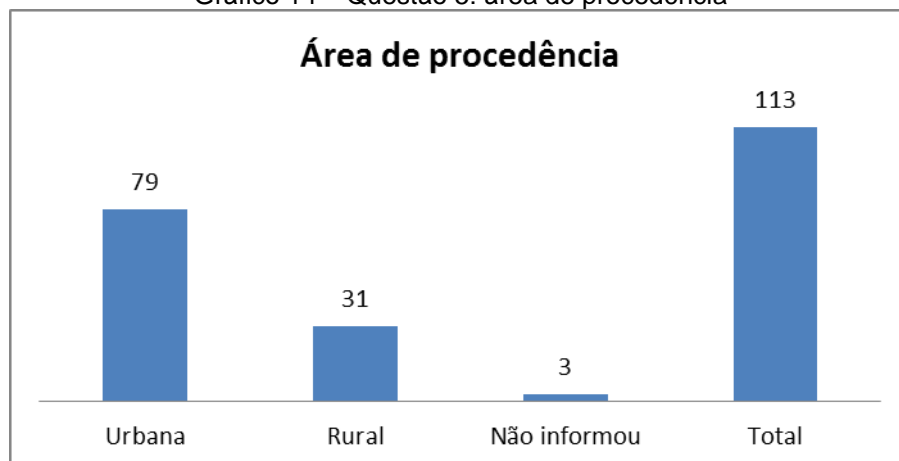
Gráfico 13 – Questão 4: cidade na qual moram



Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico-cultural (apêndice D)
Nota: elaborado pela autora

O gráfico 13 apresenta as regiões atendidas pelo campus. Observamos que o mesmo recebe estudantes de diversos municípios, inclusive de outras microrregiões, além da microrregião Sudoeste Serrana, como o Município de Castelo, que pertence à microrregião Polo Cachoeiro e o município de Alfredo Chaves, pertencente à microrregião Metrópole Expandida Sul. Contudo, percebemos que nenhum estudante informou residir no município de Laranja da Terra, que também pertence à microrregião Sudoeste Serrana.

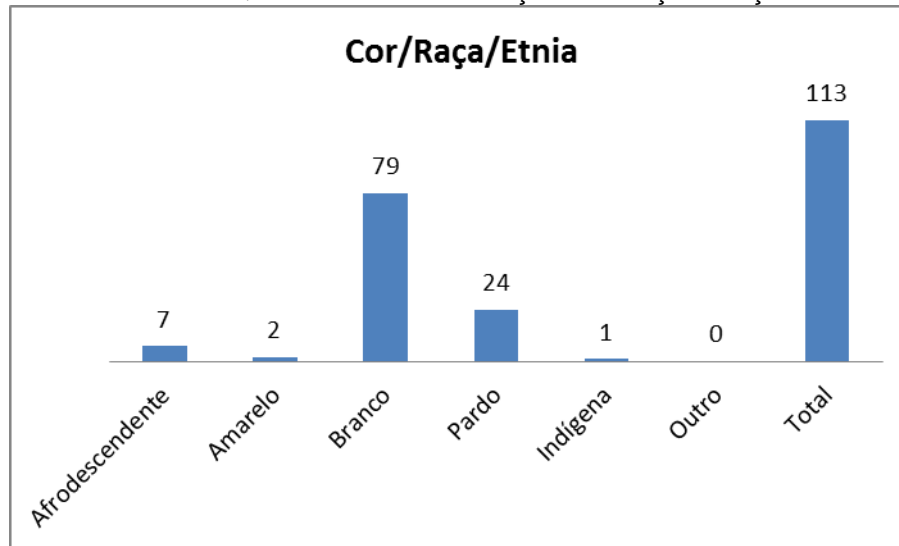
Gráfico 14 – Questão 5: área de procedência



Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico-cultural (apêndice D)
Nota: elaborado pela autora

Quanto à área de procedência evidenciamos que, entre os estudantes pesquisados, possui um significativo quantitativo de alunos e alunas pertencentes à área rural, apesar de 78% dos mesmos procederem da área urbana.

Gráfico 15 – Questão 6: auto-declaração em relação à raça/etnia

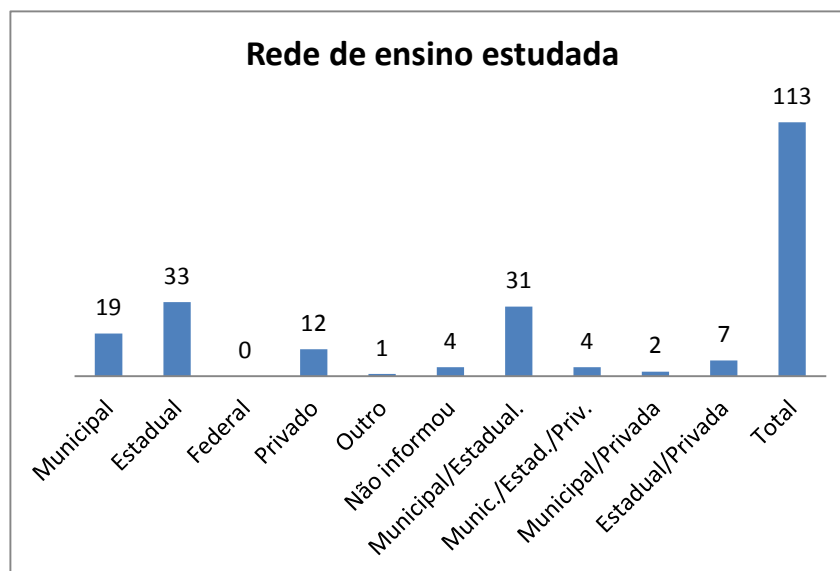


Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico-cultural (apêndice D)

Nota: elaborado pela autora

Em relação à cor/raça/etnia observa-se que, em média, 70% dos estudantes pesquisados se auto declararam brancos.

Gráfico 16 – Questão 7: rede de ensino estudada

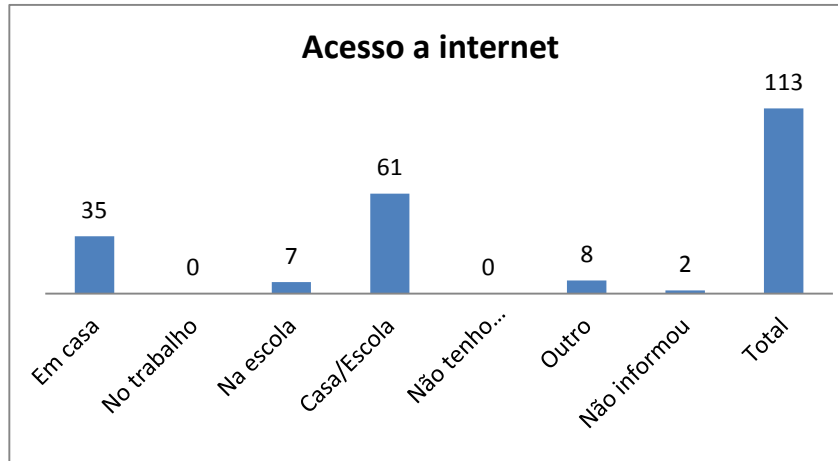


Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico-cultural (apêndice D)

Nota: elaborado pela autora

No que se refere ao sistema de ensino estudado antes de ingressarem no campus VNI, 73% dos estudantes pesquisados, informaram ter estudado, exclusivamente, em escolas públicas.

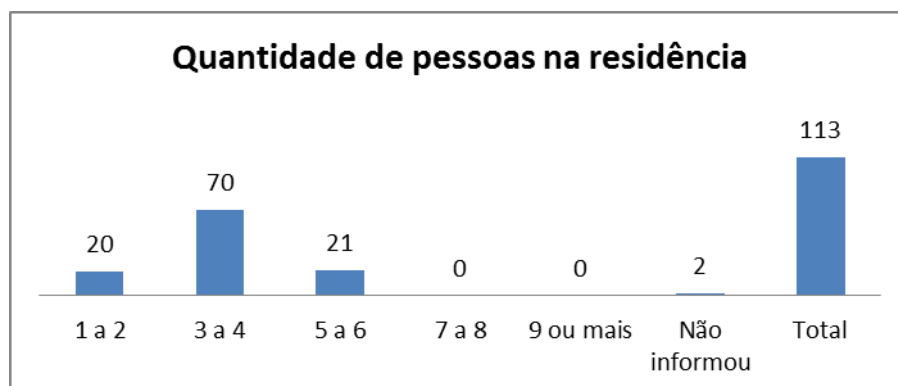
Gráfico 17 – Questão 8: acesso a Internet



Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico-cultural (apêndice D)
Nota: elaborado pela autora

O gráfico 17 demonstra que 99% dos alunos e alunas pesquisados possuem acesso a internet, seja na escola, em casa ou em outro local.

Gráfico 18 – Questão 9: quantidade de pessoas na residência

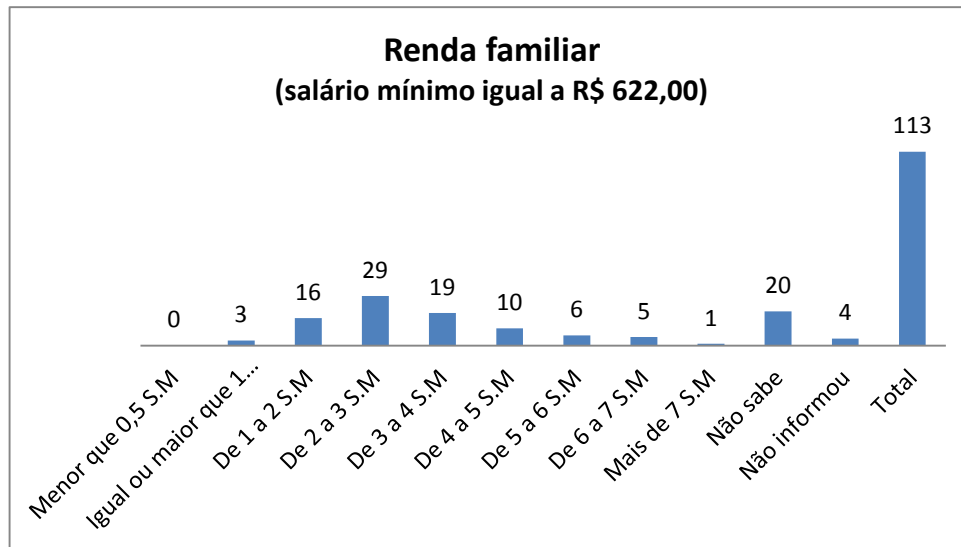


Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico-cultural (apêndice D)
Nota: elaborado pela autora

Conforme os dados apresentam verificamos que, em média, 18% dos alunos e alunas pesquisados moram em residências que possuem entre 1 e 2 pessoas; 62% em residências que possuem entre 3 a 4 pessoas na mesma residência e 19%

moram em residências que possuem entre 5 a 6 pessoas.

Gráfico 19 – Questão 10: renda familiar

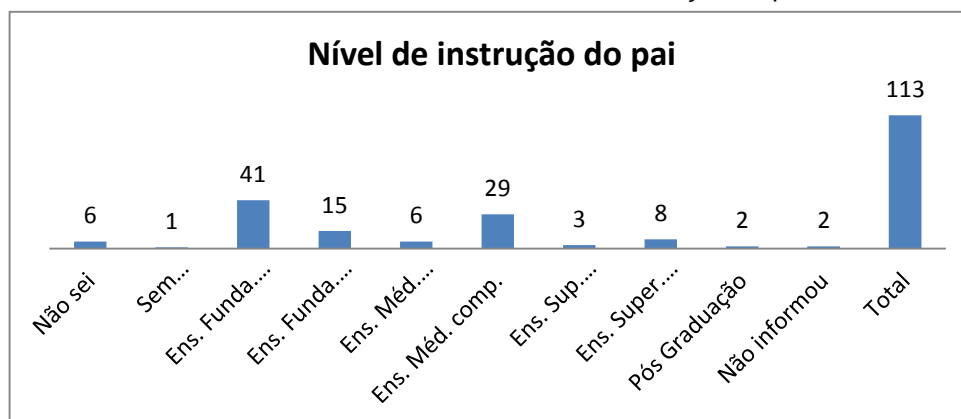


Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico-cultural (apêndice D)

Nota: elaborado pela autora

A renda familiar dos estudantes pesquisados é bem diversificada. Se considerarmos o quadro 8 ,que trata da renda familiar das classes sociais da população capixaba e nos basearmos no valor do salário mínimo do ano de 2012, apresentado na subseção 5.1, verificaremos que existem estudantes de diferentes classes sociais, com predomínio da classe da classe média, já que, em média, 56% afirmaram ter uma renda familiar superior R\$ a 1.187,80 e inferior a R\$ 5.120,64.

Gráfico 20 – Questão 11: nível de instrução do pai

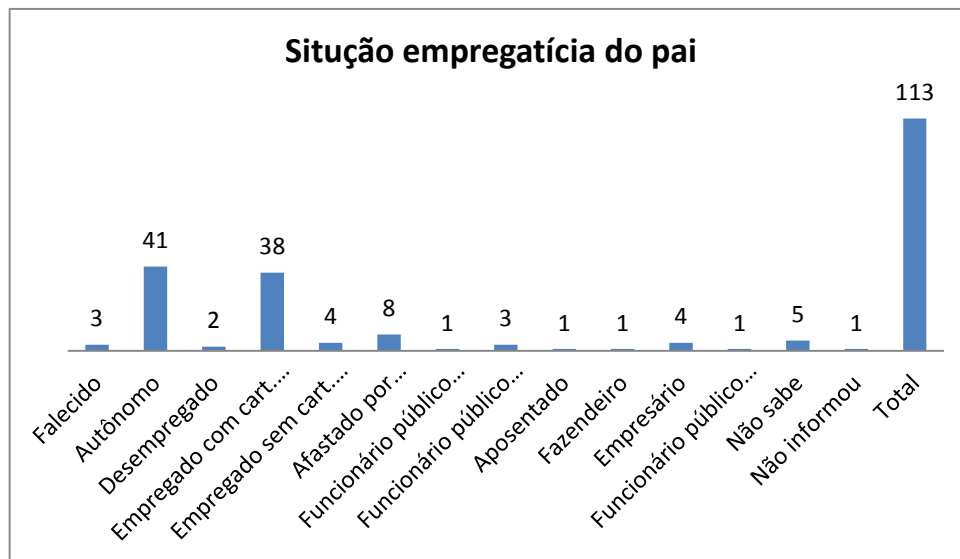


Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico-cultural (apêndice D)

Nota: elaborado pela autora

Quanto ao nível de escolaridade dos pais, observa-se que 25% possuem ensino médio e que 11% já frequentaram um curso superior e/ou fizeram pós-graduação.

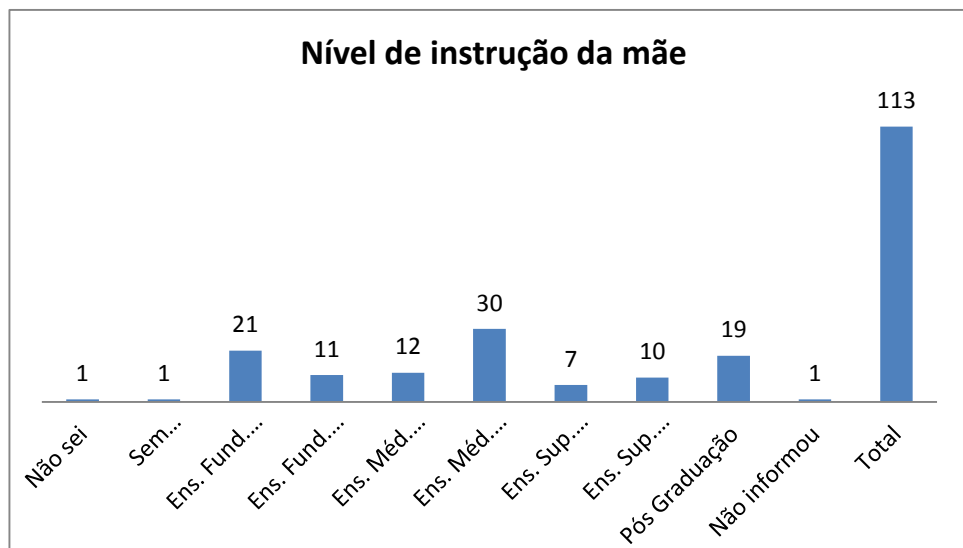
Gráfico 21 – Questão 12: situação empregatícia do pai



Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico-cultural (apêndice D)
Nota: elaborado pela autora

Conforme demonstra o gráfico, em média, 38% dos pais dos estudantes trabalhavam de forma assalariada, 2% se encontravam desempregados, 4% trabalhavam sem carteira assinada e 37% deles trabalhavam de forma autônoma.

Gráfico 22 – Questão 13: nível de instrução da mãe



Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico-cultural (apêndice D)
Nota: elaborado pela autora

Quanto ao nível de instrução das mães dos estudantes, observa-se que 26% delas possuíam ensino médio completo e 32% já frequentaram um curso superior e/ou fizeram pós-graduação.

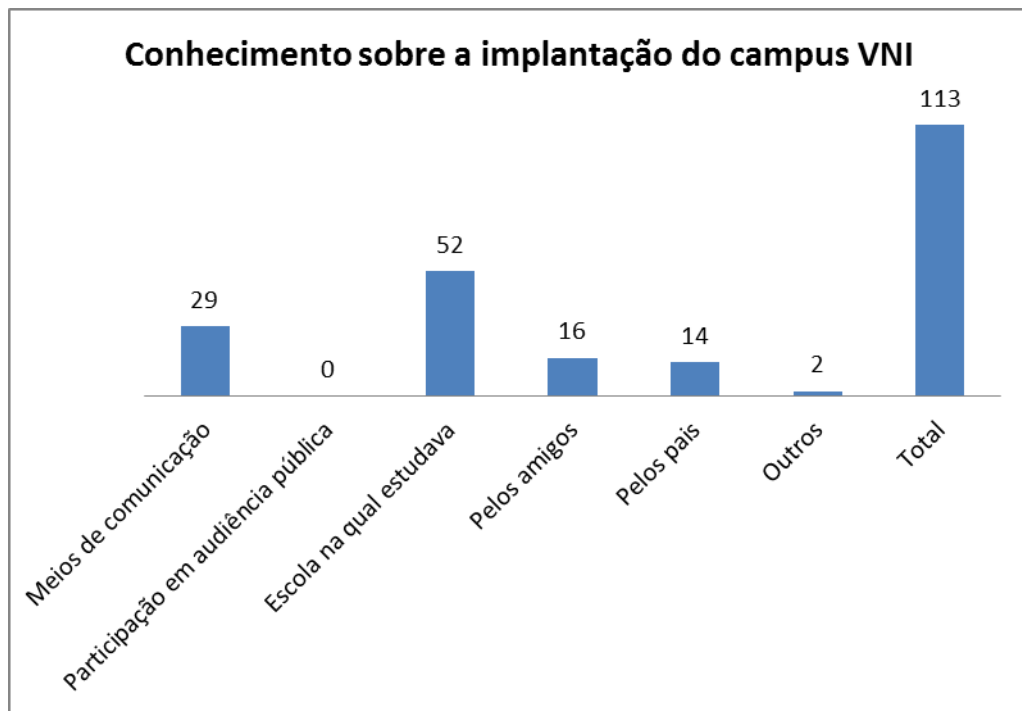
Gráfico 23 – Questão 14: situação empregatícia da mãe



Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico-cultural (apêndice D)
Nota: elaborado pela autora

O gráfico aponta que, em média, 49% das mães dos estudantes pesquisados trabalhavam de forma assalariada, 11% estavam desempregadas, 8% trabalhavam sem carteira assinada e, em média, 26% delas trabalhavam de forma autônoma.

Gráfico 24 – Questão 15: como ficou sabendo sobre a implantação do campus



Fonte: dados retirados do questionário socioeconômico-cultural (apêndice D)
 Nota: elaborado pela autora

Dentre os alunos e alunas pesquisados, 46% declararam que receberam a informação acerca da implantação do campus VNI por meio da escola na qual estudavam, 25% pelos meios de comunicação, 14% por meio dos amigos e 12% por meio dos pais.

Questão 16: motivo pelo qual escolheu o campus

Dos 113 (cento e treze) alunos e alunas pesquisados 26 (vinte e seis) informaram que o motivo pelo qual escolheram o campus foi por acreditarem na qualidade do ensino oferecido; 15 (quinze) pelo fato de morarem no município de VNI; 13 (treze) por ser uma escola reconhecida 12 (doze) por acreditarem na qualidade do ensino e por também morarem no município; 7 (sete) pelo diploma de ensino técnico e por também terem moradia na cidade; por ser uma escola federal e por isso acreditar que se tenha uma melhor qualidade de ensino. Quanto aos outros 33 (trinta e três) estudantes as respostas dividiram-se entre pela oportunidade de acesso; pela proximidade da escola em relação à moradia, porque precisa fazer o ensino médio, pela baixa concorrência no ingresso, pelo maior número de vagas, pela influência

familiar; pela oportunidade de qualificação profissional, pela credibilidade da instituição; pela estrutura da escola, pelo ensino médio integrado.

Questão 17: opinião da família quanto à escolha

Dos 113 (cento e treze) alunos e alunas pesquisados 36 (trinta e seis) afirmaram que a família simplesmente apoia; 31 (trinta e um) que além da família apoiar também incentiva; 18 (dezoito) que a família além de apoiar acredita na qualidade do ensino oferecido pelo campus; 14 (quatorze) que seus filhos e filhas fizeram uma boa escolha. As outras 14 (quatorze) respostas informavam que as famílias acreditavam que além de seus filhos e filhas terem feito uma ótima escolha, que era o melhor para o futuro deles, que a escolar era bem estruturada e possuía qualidade no ensino, que não teriam despesas com escolas particulares, que seria importante para o futuro profissional; que deveriam fazer algo a mais que o ensino médio.

Questão 18: motivo pelo qual escolheu o curso

Dos 60 (sessenta alunos) alunos e alunas matriculados no curso de Administração, 13 (treze) acreditam que o curso terá mais aplicação no dia-a-dia, para o futuro; 13 (treze) por acreditarem que o curso aumenta as possibilidades de emprego por possuir várias áreas de atuação; 11(onze) pela falta de opção; 11(onze) por identificarem-se com o curso; enquanto as respostas dos outros 12 (doze) estudantes dividiram-se entre: o pai ser proprietário de empresa ou atuar no ramo da administração, pela vontade de conhecer o curso, para dar continuidade aos negócios da família ou pelo simples fato de não conhecerem o campo de atuação do curso técnico em agroindústria.

Dos 53 (cinquenta e três) alunos e alunas matriculados no curso de Agroindústria 11(onze) responderam que ingressaram no curso pelo fato de terem ficado com suplentes do curso de Administração; 10 (dez) por falta de opção; 6 (seis) por se identificarem com o curso; 5 (cinco) por estarem envolvidos com as atividades relacionadas ao curso; 5 (cinco) pelas atividades econômicas da região serem diretamente relacionadas ao curso; 4 (quatro) pelo curso estar relacionado ao curso superior que pretendem. Quanto aos outros 12 (doze) dos estudantes repostas

apontam para os diferentes interesses que possuem em relação às diversas áreas de atuação do curso.

Questão 19: dificuldade em relação ao processo de ensino-aprendizagem

Dos 113 (cento e treze) alunos e alunas pesquisados 51 (cinquenta e um) informaram que não possuíam qualquer tipo de dificuldade em relação ao processo de ensino aprendizagem do campus; 17 (dezesete) falaram sobre os problemas de aprendizado advindos, ainda, do ensino fundamental; as respostas referentes aos outros 45 (quarenta e cinco) estudantes apontaram para as dificuldades de aprendizagem relacionadas às disciplinas da área de exatas, da constante troca de professores e da cobrança excessiva dos professores em relação às suas disciplinas.

Questão 20: estrutura física do campus

Dos 113 (cento e treze) alunos e alunas pesquisados 67 (sessenta e sete) informaram que a estrutura física do campus atende plenamente as suas necessidades; 11 (onze) informaram que não atende plenamente, contudo não explicou; 11 (onze) alertaram sobre a falta de um refeitório; outros 24 (vinte e quatro) estudantes elencaram outros problemas relacionados à estrutura física do campus como, falta de materiais nos laboratórios; de livros na biblioteca; de computadores, de equipamentos diversos, do atendimento precário da cantina, pouca disponibilidade de internet, ausência de ginásio, de cobertura nas rampas e nas escadas.

Questão 21: serviços ofertados pelo campus

Dos 113 (cento e treze) alunos e alunas pesquisados 77 (setenta e sete) informaram que os serviços ofertados pelo campus atendem plenamente; 6 (seis) não informaram; 6 (seis) informaram que os serviços oferecidos atendem parcialmente, mas não especificaram; 15 (quinze) relataram que a biblioteca não possui livros e computadores; os outros 9 (nove) alunos escreveram sobre a falta de livros, do

atendimento insuficiente do serviço social que não consegue atender a todos, do serviço psicológico ser insuficiente e da burocracia do atendimento.

Questão 22: expectativas

Dos 113 (cento e treze) alunos e alunas pesquisados 17 (dezessete) informaram que irão ingressar no mercado de trabalho, 21 ainda não optaram por um curso superior, 3 (três) ingressariam no mercado de trabalho e simultaneamente fariam um curso superior e 4 (quatro) não assinalaram. Os cursos superiores mais citados, ou que tiveram de seis a quatro afirmativas foram Biologia, Engenharia Florestal, Engenharia Civil, Engenharia Química, Medicina ou Odontologia e Direito. Os cursos que tiveram entre três afirmações e uma afirmação foram os cursos superiores de Arquitetura, Psicologia, História, Geologia, Filosofia, Engenharias (Ambiental, Elétrica, Mecânica, Produção, de Computação) Nutrição, Medicina Veterinária, Enfermagem, Administração, Geografia, Educação Física, Comunicação Social, Relações Públicas e Jornalismo. Conforme informaram os estudantes, os interesses pelos cursos apontam para a identificação com o curso pretendido, interesse do mercado de trabalho por uma determinada área, boa remuneração, interesse familiar e por interesse próprio.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme a Lei 11.892/08 os IF's, resumidamente, deverão ofertar educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades, visando o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; atendendo as demandas sociais e peculiaridades regionais; beneficiando os arranjos produtivos, sociais e culturais locais; capacitando, aperfeiçoando, especializando e atualizando os cidadãos.

Dessa forma, nossa intenção neste capítulo é discutir, com base na lei supracitada, por meio dos dados coletados, o perfil social dos estudantes que ingressaram no campus VNI; a visão de servidores que participaram do processo de implantação do campus, acerca dos principais desafios e possibilidades de desenvolvimento social inerentes dessa implantação; bem como conhecermos o tempo presente e as perspectivas de futuro de alunos e alunas pesquisados.

A análise dos questionários socioeconômicos permitiu-nos verificar que o campus em estudo oferece cursos técnicos de nível médio, nas modalidades concomitantes, integrados ao ensino médio e PROEJA, abarcando estudantes de diferentes faixas etárias, classes sociais e de diferentes localidades, que apesar da maioria destes pertencerem à área urbana também há uma significativa quantidade de estudantes advindos da área rural.

O perfil socioeconômico extraído dos questionários dos alunos e alunas que foram matriculados entre os anos de 2010 a 2012, apresentado na subseção 5.1, quanto à questão de gênero, observou-se que as matrículas do sexo feminino foram maiores que as do sexo masculino. Este dado evidencia uma mudança no perfil de ingresso do Ifes, que é de conhecimento comum, na história da instituição, que a mesma fora criada exclusivamente para atender o sexo masculino. Esse cenário pode significar o resultado da determinação feminina em ascender-se socialmente, vencendo os desafios impostos por uma sociedade historicamente machista que durante décadas privou as mulheres de terem acesso ao conhecimento.

De acordo com o MEC³¹, o número de matrículas de estudantes do sexo feminino

³¹ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2000>

tem crescido em todos os níveis de ensino no Brasil.

No que se refere à etnia, observamos que houve uma predominância de alunos e alunas que se autodeclararam brancos e pardos. No tocante ao campus VNI, acreditamos que este resultado deve-se ao fato do município ter sido povoado por imigrantes italianos.

O gráfico 4 demonstra que o campus tem atendido às diferentes faixas etárias, oportunizando também a participação dos cidadãos que não estão em idade regular quando se refere ao ensino médio. Ressalta-se o fato de que até o ano de 2012 o campus não ofertou nenhuma modalidade de curso superior, significando assim que todos os questionários analisados pertencem aos alunos e alunas matriculados em cursos técnicos de nível médio. Dessa forma, o campus parece ter oferecido uma oportunidade de desenvolvimento social, tão necessária à transformação da sociedade, como define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio:

É preciso reconhecer que a escola se constitui no principal espaço de acesso ao conhecimento sistematizado, tal como ele foi produzido pela humanidade ao longo dos anos. Assegurar essa possibilidade, garantindo a oferta de educação de qualidade para toda a população é crucial para que a possibilidade da transformação social seja concretizada. (BRASIL, 2012, p. 25).

Quanto à procedência dos alunos e alunas verificou-se que, apesar de a maioria destes residirem em área urbana, o campus possui um expressivo quantitativo de alunos procedentes da área rural, o que demonstra a abrangência do atendimento do campus à população da região.

O gráfico que aponta a procedência escolar dos estudantes possibilita o reconhecimento do alcance da atuação social do campus em relação a sua oferta de vagas, já que a maior parte foi ocupada por alunos e alunas oriundos de escola pública. Este fato contrasta com a realidade dos campi que se localizam na região da Grande Vitória, nos quais a maior parcela dos estudantes é proveniente de escolas particulares.

Como, dos 876 (oitocentos e setenta e seis) questionários analisados, 464 (quatrocentos e sessenta e quatro) pertenciam a estudantes dos cursos técnicos

integrados diurnos e 412 (quatrocentos e doze) questionários aos alunos dos cursos noturnos, presume-se que a maioria dos 591 (quinhentos e noventa e um) alunos e alunas que informaram não trabalhar poderia pertencer aos cursos técnicos diurnos e aos cursos técnicos concomitantes ao ensino médio, no turno noturno, para os quais havia 162 (cento e sessenta e dois) alunos e também poderiam estar fazendo o ensino médio durante o dia, o que teoricamente os impediria de trabalhar.

Quanto ao número de pessoas que moram na mesma residência dos estudantes do campus, observou-se que a grande maioria reside em moradias com 3 a 5 pessoas, correspondendo à média estadual de 3.38 moradores por domicílio, conforme dados do IBGE, contagem da população 2007 (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2011).

Conforme o IJSN (2011, p. 5),³² apud, IBGE-PNAD (2001-2009) as classes sociais são definidas de acordo com seus extratos de renda. No Espírito Santo, em 2009, as classes sociais foram determinadas conforme quadro abaixo:

Quadro 8 - Renda familiar das classes sociais da população capixaba

Classes	Renda domiciliar total
Elite	Mais de R\$ 5.120,64
Classe média	De R\$ 1.187,80 a R\$ 5.122,40
Remediados	De R\$ 630,24 a R\$ 1.187,80
Pobres	Menos de R\$ 630,00

Fonte: dados obtidos no site do Instituto Jones dos Santos Neves
<<http://www.ijsn.es.gov.br>>

Nota: elaborado pela autora

Ao tratarmos da renda familiar, observa-se que a maioria dos alunos e alunas matriculados informou que possuía renda familiar entre R\$ 500,00 a R\$ 2.000,00, sugerindo que os estudantes do campus enquadram-se entre os remediados e a classe média.

Como já apontado na subseção 4.3, a implantação de um campus ocorre,

³² Disponível em:

<http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=826:nt-17-desigualdade-de-renda-pobreza-e-classes-sociais&catid=265:economia-do-bem-estar-e-do-setor-publico&Itemid=159>

geralmente, por meio de parcerias firmadas entre os governos municipais e federais. Com o campus VNI, a situação não foi diferente, pois evidenciamos por meio das entrevistas como ocorreu esse processo de implantação do campus, os principais desafios provenientes dessa implantação e apontadas algumas possibilidades de desenvolvimento social.

Conforme a fala do Diretor Geral do campus, o processo de implantação do mesmo já vinha sendo pensado antes da transformação do Cefetes em Ifes. Dessa forma, acreditamos que ideia inicial da implantação do campus em estudo tenha surgido em 2007, já que foi neste ano que o Governo Federal, por meio do Decreto Federal nº 6.095, de 24 de abril de 2007, estabeleceu as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos IFET e publicou a Chamada Pública MEC/SETEC nº 002, de 12 de dezembro de 2007³³, que iniciou a formatação da composição dos IFET, que a criação e a expansão dos IFET's se tornariam realidade.

De acordo com esse contexto, percebemos que do início da movimentação para a implantação do campus VNI até o início do seu funcionamento, em 2010, passaram-se apenas três anos, os quais foram destinados à desapropriação do terreno pelo município e sua doação para o Ifes, obras, compra de equipamentos e mobiliários, contratação de pessoal, dentre outros.

Apesar do curto espaço de tempo desde a sua concepção ao seu funcionamento, observamos que essa implantação somente foi possível graças a um movimento político, o que significa a implantação de um campus não depende apenas de uma necessidade real de uma região, que se faz necessário um interesse e empenho político.

Quanto aos desafios apontados, os entrevistados enfatizaram que os processos de aquisição de equipamentos, mobiliários e materiais, além da escassez de recursos humanos foram os principais entraves da implantação.

Já, a partir do funcionamento, a falta de professores com experiência em algumas disciplinas das áreas técnicas, enseja que a qualidade da educação ofertada, pelo

³³ Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007. Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET.

campus, pelo menos no início do seu funcionamento pode ter sido comprometida.

No que concerne às possibilidades de desenvolvimento social e humano, os entrevistados acreditam que o campus será capaz de possibilitar uma mudança de vida dos estudantes e da sociedade atendida pelo mesmo, já que os cursos ofertados podem contribuir tanto para o desenvolvimento da vocação regional, quanto para o desenvolvimento pessoal. Para completar, o campus possui projetos como educação em tempo integral e educação superior.

Procuramos por meio do questionário socioeconômico-cultural conhecer a realidade social, com mais profundidade, dos estudantes e de suas famílias; identificar as relações estabelecidas entre os estudantes e o campus e apontar as possibilidades e perspectivas dos alunos e alunas dos terceiros anos com o término dos cursos.

No que se refere a gênero, a área de procedência, etnia, rede de ensino e renda familiar, o questionário socioeconômico-cultural aplicado aos alunos dos terceiros anos permitiu-nos confirmar os dados coletados no questionário socioeconômico aplicado aos alunos ingressantes do campus. Contudo, o questionário socioeconômico-cultural trouxe-nos também outros dados sociais e culturais, tais como idade regular ao ensino médio, formação da residência, capacidade de abrangência territorial do campus, acesso a internet, nível de instrução e situação empregatícia dos pais.

Evidenciamos que, a maioria dos estudantes pesquisados residem na cidade de Venda Nova do Imigrante e por isso moram com seus pais, apesar do campus também receber alunos e alunas de diferentes municípios vizinhos, o que propiciou o surgimento de algumas repúblicas.

Dentre os estudantes pesquisados concluímos que os mesmos estão cursando o ensino médio na idade regular e que em sua totalidade possuem acesso a internet, podendo significar um indicativo de uma condição social, no mínimo, confortável.

Quanto ao nível de instrução dos pais, percebemos que há um maior quantitativo de mães com mais anos de escolaridade em relação a dos pais, pois há uma maior parte de mães que ingressaram no ensino superior, contudo o índice de desemprego e de trabalho sem carteira assinada é superior a dos pais. Barros (2011, p.303)

aponta a relação entre escolaridade de pais e filhos:

Há diversos trabalhos empíricos que mostram que há uma relação positiva entre o nível de instrução dos pais e dos filhos, apesar de não haver consenso sobre a magnitude desse impacto, até mesmo para os Estados Unidos, provavelmente o país para o qual essa relação é mais estudada. Quanto mais tempo os pais passam na escola, maior o tempo que os filhos tendem a passar também. Essa relação é encontrada tanto no Brasil como em outros países. Ela é muitas vezes vista como um indicador de mobilidade social no país.

À época da implantação do campus, foram realizadas audiências públicas, contudo dentre os estudantes pesquisados nenhum afirmou ter conhecimento acerca da implantação por meio das mesmas, o que nos faz refletir sobre a real necessidade destas, já que a opção de estudar no campus dependeu das informações recebidas pela sua rede social e de comunicação.

Os motivos da escolha dos estudantes pelo campus, conforme os dados, deveu-se principalmente, pelo reconhecimento social do campus e pelo apoio e influência familiar, haja vista que alguns reconheceram que os cursos ofertados poderiam contribuir no dia-a-dia em sociedade, na possibilidade de um futuro melhor, na garantia da continuação dos negócios familiares, já que, segundo eles, os cursos estão relacionados com as atividades econômicas da região e com os cursos superiores que pretendem.

A possibilidade do campus contribuir no desenvolvimento social local e regional pode ser considerado um investimento social, que se concretiza por meio do desejo de indivíduos em promover as potencialidades produtivas de sua região, por meios endógenos, como explicita Amaral Filho (2011, p.47):

O desenvolvimento local envolve uma estratégia cujo objetivo é procurar, por meios endógenos, uma integração vantajosa ou uma inserção no desenvolvimento econômico regional, estadual, nacional e, se possível, internacional [...].

A estratégia calcada em atividades produtivas, por seu lado, adapta-se às localidades para as quais existem potencialidades econômicas reais e reveladas. Neste caso, procura-se estruturar ou fortalecer a função de produção agregada para a localidade ou para a região de maneira que ela passa a mobilizar os recursos e fatores sociais.

No que se refere ao processo de ensino-aprendizagem, 40 % dos estudantes

pesquisados afirmaram ter tido dificuldade relacionadas às disciplinas das áreas de exatas, além de ressaltarem que a troca constante de professores e a intensa cobrança dos professores por melhores resultados nas suas respectivas disciplinas também foi muito prejudicial.

Quanto à estrutura física do campus, apesar de 60% dos estudantes terem informado que a estrutura física do campus atendem plenamente, os outros estudantes informaram que a estrutura física do campus não atendia plenamente, já que faltava materiais, livros, computadores, ginásio esporte, além da pouca disponibilidade de internet, dentre outros.

O campus VNI oferece serviço de pedagogia, psicologia, enfermagem, assistência social e biblioteca, a fim evitar evasões de estudantes, por falta de recursos financeiros e para atendê-los nas necessidades diárias relacionadas ao processo de ensino-aprendizado, porém alguns destes estudantes informaram não estarem satisfeitos com alguns desses serviços, já que os consideram insuficientes e de difícil acesso.

De acordo com os dados coletados, por meio das entrevistas e dos questionários, presume-se que essa insatisfação poderia estar diretamente relacionada ao insuficiente quantitativo de pedagogos em trabalho no campus, a falta de livros e de bibliotecários na Biblioteca e na necessidade de documentações comprobatórias para que se receba algum benefício da assistência social do campus.

Quanto às expectativas dos alunos e alunas pesquisados, em relação às perspectivas de futuro, as respostas foram bastante diversificadas, demonstrando que não há um consenso no ingresso em um curso superior. Os que demonstraram interesse em ingressar num curso superior assinalaram as mais diferentes possibilidades e não apenas relacionadas diretamente aos cursos ofertados pelo campus.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que os estudos relacionados à expansão da Rede Federal são poucos explorados, buscamos estudar e analisar o processo de implantação do campus VNI, que ocorreu a partir da interiorização do Ifes.

Ao investigarmos esse processo de implantação verificamos desafios a serem vencidos pelo poder público e possibilidades de desenvolvimento social a partir da interação que os cursos ofertados possuem com a realidade social e econômica local e regional.

Não se pretendeu com este trabalho afirmar que a implantação do campus será responsável pelo desenvolvimento socioeconômico local e ou regional, pois isso significaria dizer que a educação proposta pelo campus estaria direcionada a educação voltada, exclusivamente, para o trabalho, para que o indivíduo, por meio da educação profissional alcançasse melhores posições econômicas e sociais.

Buscou-se, neste estudo, conhecer se o campus possui condições físicas e humanas para proporcionar aos indivíduos a oportunidade de adquirirem conhecimentos necessários ao seu desenvolvimento humano, no sentido amplo do termo.

Dessa forma, procurou-se nesta investigação identificar os principais desafios e possibilidades de desenvolvimento social, decorrentes da expansão, propostos a partir da Lei 11. 892/08, por meio de um estudo de caso que propiciou verificarmos se os cursos ofertados atendem as demandas regionais e se as condições físicas e humanas do campus são adequadas e suficientes para garantir a qualidade do processo de ensino-aprendizado, conforme enfatiza Otranto (2010, p.106):

[...], não se pode deixar de registrar que é necessário acompanhar a expansão, investigando se os novos cursos são realmente os mais necessários àquela sociedade; se eles vêm associados à equivalente ampliação do quadro de docentes e técnicos; se a estrutura física está adequada; se os laboratórios estão equipados, etc. Em última análise, é necessário investigar se as promessas estão sendo cumpridas, para que se possa avaliar se, realmente, a atual política tem condições de contribuir para a expansão, com qualidade socialmente referenciada, da educação profissional brasileira.

Nesse contexto, este estudo trouxe elementos que serviram para analisar tanto de forma quantitativa quanto qualitativa as atividades desenvolvidas no campus desde o início de sua implantação.

Evidenciamos que ainda existem, no Brasil e no estado do Espírito Santo, milhares de jovens que não frequentam o ensino médio. Sendo assim, o aumento das vagas para o ensino médio é fundamental para reduzir desigualdades sociais e neste sentido torna-se nítida a importante contribuição do Ifes por meio da sua interiorização.

Contudo, o aumento do número de vagas para o ensino médio não se configura na única resposta ao enfrentamento das desigualdades sociais, pois também é necessário que se garanta a qualidade da educação ofertada, a fim de assegurar e consolidar uma educação capaz de promover o desenvolvimento social dos indivíduos.

Diante desse cenário

é preciso considerar as condições em que o trabalho pedagógico está sendo realizado e as possibilidades, por parte das crianças e jovens, de experiências educativas realmente fecundas e, ainda, levar em consideração as tendências históricas do avanço na escolarização. (LEHER, 2010, p.406)

Para além das possibilidades das escolas em contribuírem para a superação da estrutura social desigual brasileira, mediante a oferta de uma educação de qualidade, torna-se necessário que as políticas de governo vinculem a educação profissional a projetos sociais amplos, como as políticas de desenvolvimento econômico locais, regionais e nacional e as políticas de geração de emprego, trabalho e renda.

Verificamos que o início das atividades do campus foi acompanhado de problemas como falta de professores e de servidores técnico-administrativos, de laboratórios, de equipamentos, materiais, de livros, dentre outros. Contudo, também evidenciamos uma preocupação política e/ou institucional em ofertar uma educação de qualidade para jovens e adultos, já que o campus, aos poucos foi contratando docentes e servidores técnico-administrativos capacitados, adquirindo livros e

materiais e equipando seus laboratórios.

Mesmo diante desse contexto, torna-se necessário considerar a insatisfação dos primeiros alunos das primeiras turmas que tiveram perdas e sofreram com falta de estrutura física e de pessoal.

E, ainda, conforme com o PDI 2009-2013 do Ifes, o campus Venda Nova do Imigrante deveria ter ofertado, em 2012, 40 (quarenta) vagas para licenciatura em Matemática e a mesma quantidade para bacharelado em Engenharia de Produção, contudo, evidenciamos que até o final do ano de 2012, o que havia era apenas a perspectiva dessas ofertas.

Frente a essa realidade complexa, torna-se cada vez mais necessário investigarmos e analisarmos criticamente sobre as condições de trabalho e capacitação dos professores e servidores técnico-administrativos, o índice de aprovação, reprovação ou evasão nos Institutos Federais, a manutenção dos laboratórios e de toda a estrutura das escolas, haja vista que:

[...] O Estado que regulamenta, dirige e empreende a educação é o mesmo Estado que regulamenta, dirige (em parte, pelo planejamento) e empreende (em parte, através das empresas públicas e dos aportes de capital) a ordem econômica. (CUNHA, 1991, p.60)

Finalmente, o desafio que emerge deste estudo é o de proporcionarmos ferramentas a pesquisadores que tenham interesse em investigar com profundidade como tem ocorrido o processo de implantação dos campi dos Institutos Federais, bem como a qualidade da educação que está sendo ofertada, a fim de evidenciar se essas instituições estão sendo capazes de contribuir para a superação da desigualdade brasileira, atendendo demandas culturais e sociais, conforme determina seu ordenamento legal.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. do. Globalização, transformações estruturais, desenvolvimento local e regional, um olhar sobre o nordeste brasileiro. In: AMARAL FILHO, J. do; CARRILLO, J. (Coord.). **Trajetórias de desenvolvimento local e regional**: uma comparação entre a região nordeste do Brasil e a Baixa Califórnia, México. Rio de Janeiro: E-Papers, 2011.

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia na prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

_____. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liberlivro, 2005.

ARRUDA, M. C. C. Escolas Técnicas Federais: escolas de elites ou instituições que formam para o trabalho?. **Revista Retta**, Seropédica, v. 1, n. 1, p. 125-141, jan./jun. 2010.

_____. Políticas de educação profissional de nível médio: limites e possibilidades. In: Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (SENEPT), 2., 2010a, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: CEFET-MG, 2010.

Disponível em:

<<http://www.senept.cefetmg.br/site/AnaisSENEPT/anaisIIsenept.html>>. Acesso em: 6 set. 2010.

BARROS, A. R. **Desigualdades regionais no Brasil**: natureza, causas, origens e soluções. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BELCHIOR, M. A.; HADDAD, F. **Exposição de Motivos - EM Interministerial nº 00178/2011/MP/MEC**. Brasília: Ministério de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Educação, 2011. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/ExpMotiv/EMI/2011/178-MP%20MEC.htm>. Acesso em: 20 ago. 2011.

BENTO, J. A. R. **O Ifes e a implementação de políticas públicas de inclusão social**: o caso da educação de jovens e adultos. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009. Disponível em:

<<http://www.ppge.ufes.br/dissertacoes/2009/JAMILDA.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2011.

BRANDÃO, M. O governo Lula e a chamada educação profissional tecnológica. **Revista Retta**, Seropédica, ano 1, n. 1, p. 61-87, jan./jun. 2010.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 4 abr. 2011.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 10 mar. 2011.

_____. Decreto nº 5.224, de 1 de outubro de 2004. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1 out. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5224.htm>. Acesso em: 2 mar. 2011.

_____. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Créa nas capitais dos Estados das Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2012.

_____. Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959. Aprova o regulamento do ensino industrial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 out. 1959. Seção 1, p. 22593. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-47038-16-outubro-1959-386194-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2 mar. 2011.

_____. Decreto-lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 jan. 1942. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1942/4073.htm>>. Acesso em: 4 mar. 2012.

_____. Decreto-lei nº 4.124, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 fev. 1942. Disponível em: <www6.senado.gov.br>. Acesso em: 8 fev. 2011.

_____. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/1996.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

_____. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 jan. 1937. Coluna 1, p. 1210. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L378.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2012.

_____. Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 fev. 1959. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1959/3552.htm>>. Acesso em: 2. mar. 2011.

_____. Lei no 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 8 dez. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm>. Acesso em: 2 mar. 2011.

_____. Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 27 maio 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9649cons.htm>. Acesso em: 3 mar. 2011.

_____. Lei nº 11.741, de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 16 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 4 mar. 2012.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 2 mar. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=)>. Acesso em: 30 out. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Educação profissional legislação básica**. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/LegisBasica.pdf>>. Acesso em: 4. mar. 2011.

_____. **Educação profissional e tecnológica: legislação básica**. Brasília: MEC, 2005.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Alves, 1991.

_____. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: UNESP; Brasília: Flacso, 2000.

_____. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 89-107, maio/ago. 2000a. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/numeros_rbe/revbrased14.htm>. Acesso em: 10 jan. 2011.

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2., 1997. Belo Horizonte. Plano

Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira. Belo Horizonte: [s.n.], 1997.

Espírito Santo 2025: plano de desenvolvimento. Vitória: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, 2006. Disponível em: <http://www.planejamento.es.gov.br/Arquivos/PDF/Plano_2025/Plano%20de%20Desenvolvimento%20ES%202025.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2011.

FRANKLIN, R. S. P. Desigualdades regionais e distribuição fundiária no Espírito Santo: uma abordagem estruturalista. Encontro de Economia do Espírito Santo, 2., 2011, Vila Velha. **[Trabalhos Apresentados]**. Vila Velha: ANPEC, 2011. Disponível em: <<http://anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/000-95d4f027909d09a46e28b130c43581fb.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2012.

FREITAG, B. **Estado, escola e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1984.

FRIGOTTO, G. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, Maria (Org.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura-social capitalista. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n.100, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

_____. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. In: CIAVATTA, M. (Org.). **Gaudêncio Frigotto**: um intelectual crítico nos pequenos e nos grandes embates. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005b.

_____. Vocational Education and Development. In: MACLEAN, Rupert; WILSON, David N. (Org.). **International Handbook of Education for the Changing World o Work**. Bonn: Springer, 2009. p. 1307-1318. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=vWyJYI9xVrwC&lpg=PR4&dq=Rupert%20Maclean%3B%20David%20N.%20Wilson.%20\(Org.\).%20International%20Handbook%20of%20Education%20for%20the%20Changing%20World%20o%20Work&hl=pt-BR&pg=PA1307#v=onepage&q&f=true](http://books.google.com.br/books?id=vWyJYI9xVrwC&lpg=PR4&dq=Rupert%20Maclean%3B%20David%20N.%20Wilson.%20(Org.).%20International%20Handbook%20of%20Education%20for%20the%20Changing%20World%20o%20Work&hl=pt-BR&pg=PA1307#v=onepage&q&f=true)>. Acesso em: 30 jan. 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Perfil regional sudoeste serrana**: microrregião administrativa 4. Vitória, 2009.

_____. **Demografia e urbanização**: o Espírito Santo no censo 2010. Vitória, 2011.

KUENZER, A. Z. **Educação e trabalho no Brasil**: o estado da questão. Brasília:

Inep, 1991.

LEHER, R. Educação no Governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: OS ANOS Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 369-412.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDES, E. L. B. **Qualidade de ensino**: um estudo sobre as representações sociais dos alunos e alunas do Cefetes. 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009. Disponível em: <<http://www.ppge.ufes.br/dissertacoes/2009/JAMILDA.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2011.

MOURA, D. H. A relação entre a educação profissional e a educação básica na CONAE 2010: possibilidades e limites para a construção do novo Plano Nacional de Educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n.12, p.875-894, jul./set. 2010.

ORTIGARA, C.; GANZELII, P. **Regulação nas políticas para a educação profissional nos governos FHC e LULA**: trabalho e cidadania. São Paulo: Biblioteca ANPAE, 2011.

OTRANTO, C. R. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia–IFETs. **Revista Retta**, Seropédica, v. 1, n. 1, p. 89-108, jan./jun. 2010.

_____. A política de educação profissional do governo Lula: novos caminhos da educação superior. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Educação, 34, 2011, Natal. **Anais GT 11 Política de Educação Superior...** Natal: Associação Nacional de Pesquisa em Educação, 2011. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/34anped.htm>>. Acesso em: 2 fev. 2011.

PACHECO, E. (Org.). **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Fundação Santillana, 2011.

PEREIRA, L. L.; RIBEIRO, A. C. A aglomeração produtiva de agroturismo em Venda Nova do Imigrante: estrutura e impactos na geração de riqueza local. **RACE** - Revista de Administração, Contabilidade e Economia, v. 10, n. 1, p. 75-90, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/797>>.

RODRIGUES, N. **Estado, educação e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Cortez, 1987.

RUZ PEREZ, J. R. Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente?. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1179-1193, out./dez. 2010.

SANTOS, M. W. B. dos. In: REZENDE, C. J. (Org.) **Institutos Federais**: Lei 11.892/08 comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

SANTOS, V. L. dos. **Políticas do governo federal para o ensino profissionalizante no Espírito Santo**: a transformação da ETFES em Cefetes e as mudanças na prioridade de atendimento ao jovem e adulto. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009. Disponível em: <<http://www.ppge.ufes.br/dissertacoes/2009/JAMILDA.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2011.

SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2003, Brasília. **Anais**: educação profissional: concepções, experiências, problemas e propostas. Brasília: MEC, SEMTEC, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVESTRE, A. L. **A influência da educação profissional na trajetória pessoal e profissional dos egressos do curso técnico em agropecuária**: um estudo de caso do Ifsuldeminas - campus Machado. 2010. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SOUZA, S. C. L. de. **A contribuição da educação profissional para a inserção dos alunos no mercado de trabalho da microrregião do extremo sul catarinense**: caso IFET campus Sombrio. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

STEFANINI, D. M. **As relações entre educação e trabalho nas trajetórias de alunos de uma escola técnica**: uma análise a partir de Bourdieu. 2008. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008. Disponível em: <<http://www.ppge.ufes.br/dissertacoes/2009/JAMILDA.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2011.

TONIAL, Sônia Maria. **A trajetória profissional dos alunos egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul campus Sertão**. 2010. 66 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola)–Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Carta de Informação e Autorização

1 - Identificação e Proposta: Patricia de Almeida Feitosa, aluna do curso mestrado em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), da linha História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais, visa realizar um estudo intitulado “A Interiorização dos Institutos Federais: um estudo de caso sobre a implantação do campus Venda Nova do Imigrante”.

2 - Objetivos e procedimentos: O estudo tem como objetivo realizar um estudo de caso do processo de implantação do campus Venda Nova do Imigrante, analisando suas possibilidades de participação no desenvolvimento social humano e regional.

Para a realização da pesquisa serão utilizados os seguintes procedimentos: análise documental e bibliográfica e entrevistas ao Diretor Geral e aos Coordenadores de Curso do campus.

3 - Aspectos éticos: A direção e as coordenadorias do campus serão informados sobre os objetivos do estudo. Neste documento, informamos à direção geral do campus e à coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e, solicitamos a autorização para realização do estudo.

As entrevistas serão realizadas de forma que não prejudiquem as atividades dos envolvidos e acontecerão mediante a apresentação de Termo de Consentimento Esclarecido, no qual explicitamos o anonimato dos sujeitos e a finalidade estritamente acadêmica do estudo.

Data: ____/____/____.

Prof. Aloísio Carnielli

Diretor Geral do campus Venda Nova do Imigrante

Prof^ª. Dr^ª. Cleonara Maria Schwartz
Coordenadora do PPGE

Patricia de Almeida Feitosa
Estudante do PPGE

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Esclarecido

Patricia de Almeida Feitosa é aluna do curso mestrado em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Na condição de pesquisadora, com interesse em coletar dados sobre o processo de implantação do campus Venda Nova do Imigrante e investigar sua atuação no desenvolvimento humano e social da região de atuação do campus, realizará pesquisa e análise de documentos pertencentes ao campus e entrevistas ao Diretor Geral e aos Coordenadores de Curso do campus.

Sua participação na pesquisa é voluntária, havendo liberdade para não responder perguntas e desistir da entrevista a qualquer momento. A entrevista terá duração média de 40 minutos, será gravada em áudio e a pesquisadora seguirá um roteiro, ouvindo, anotando e gravando respostas. Suas respostas poderão ser utilizadas na publicação dos resultados da pesquisa, mas sua identificação será mantida em absoluto sigilo.

Os dados serão guardados e utilizados estritamente para fins educacionais. Sua participação contribuirá para o conhecimento sobre a implantação de campus pertencentes ao projeto do Governo Federal de interiorização dos Institutos Federais.

A sua autorização neste Termo será concedida mediante o preenchimento de seu nome e de sua assinatura.

Eu, _____,
concordo em participar voluntariamente da pesquisa de Patricia de Almeida Feitosa. Declaro que li e entendi todas as informações referentes ao estudo e que todas as minhas dúvidas e perguntas foram adequadamente respondidas.

Data: ____/____/____.

Assinatura: _____

APÊNDICE C - Questões para as entrevistas

1. Questões para entrevista: Diretor Geral do campus VNI

- a) Qual foi a participação do Senhor no processo de implantação do campus Venda Nova do Imigrante? Poderia, ainda, relatar como se deu política e estrategicamente esse processo?
- b) Quais os principais desafios enfrentados pelo Senhor na efetivação da implantação do campus?
- c) Quanto aos alunos que ingressaram no campus, como o Senhor elencaria as reais possibilidades de desenvolvimento social humano ao concluírem qualquer um dos cursos ofertados?
- d) Como o Senhor visualiza as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico local e regional a partir da implantação do campus?
- e) Como o Senhor projeta o futuro deste campus, quanto ao quantitativo de alunos que poderá atender com a atual estrutura e quanto às possibilidades de ampliação de cursos?

2. Questões para entrevista: Coordenador do curso Técnico em Administração do campus VNI

- a) A estrutura organizacional humana e física do campus corrobora para o bom funcionamento do curso Técnico em Administração?
- b) Quais os principais desafios enfrentados pelo Senhor na coordenação de um curso, no contexto de um campus em implantação?
- c) Quais são as possibilidades de desenvolvimento social humano que podem ser proporcionadas pelo curso Técnico em Administração do campus, no contexto local e regional?
- d) Como o Senhor visualiza as possibilidades de contribuição do curso Técnico em Administração para o desenvolvimento local e regional?
- e) Qual a visão de futuro que o Senhor possui para o curso Técnico em Administração?

3. Questões para entrevista: Coordenador do curso Técnico em Agroindústria do campus VNI

- a) A estrutura organizacional humana e física do campus corrobora para o bom funcionamento do curso Técnico em Agroindústria?
- b) Quais os principais desafios enfrentados pelo Senhor na coordenação de um curso, no contexto de um campus em implantação?
- c) Quais são as possibilidades de desenvolvimento social humano que podem ser proporcionadas pelo curso Técnico em Agroindústria do campus, no contexto local e regional?
- d) Como o Senhor visualiza as possibilidades de contribuição do curso técnico em Agroindústria para o desenvolvimento local e regional?
- e) Qual a visão de futuro que o Senhor possui para o curso técnico em Agroindústria?

APÊNDICE D - Questionários socioeconômico-cultural

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO-CULTURAL

**ALUNOS DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO DE NÍVEL MÉDIO EM
ADMINISTRAÇÃO**

Esta é uma pesquisa realizada pela mestranda Patricia de Almeida Feitosa do Programa de Mestrado em Educação e orientada pela professora Dra. Gilda Cardoso de Araújo do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da UFES. Nosso objetivo é conhecer as expectativas sociais relacionadas à inserção de alunos no Ifes, campus Venda Nova do Imigrante. Solicitamos que respondam ao questionário e garantimos que todas as informações individuais serão mantidas em sigilo e que somente serão analisadas as informações como um todo.

1. Idade

- 1.1 () 15 anos 1.3 () 17 anos 1.5 () mais de 19 anos
1.2 () 16 anos 1.4 () 18 anos

2. Gênero: 2.1 () Masculino 2.2 () Feminino

3. Você mora com os seus pais? 3.1 () Sim 3.2 () Não

3.3 () Outros: _____

4. Em qual cidade você mora? _____

5. Qual é sua área de procedência? 5.1 () Urbana 5.2 () Rural

6. Como você se define quanto sua cor/ raça/ etnia?

- 6.1 () Afrodescendente 6.3 () Branco 6.5 () Indígena
6.2 () Amarelo () 6.4 () Pardo 6.6 () Outra _____

7. Em que sistema de ensino você estudou?

- 7.1 () Municipal 7.3 () Federal 7.5 () Outro _____
7.2 () Estadual 7.4 () Privado

8. Você acessa a Internet:

- 8.1 () Em casa 8.3 () Na escola 8.5 () Outro _____
8.2 () No trabalho 8.4 () Não tenho acesso

9. Quantas pessoas moram na mesma casa com você?

- 9.1 () 1 a 2 9.3 () 5 a 6 9.5 () 9 ou mais
 9.2 () 3 a 4 9.4 () 7 a 8

10. Qual a renda de seu grupo familiar? (some todos os salários brutos dos membros de sua família que trabalham e esteja morando na mesma casa em que você mora. Salário mínimo: R\$ 622,00)

- 10.1 () menor que 0,5 salário mínimo 10.6 () de 4 a 5 salários mínimos
 10.2 () igual ou maior que 1 salário mínimo 10.7 () de 5 a 6 salários mínimos
 10.3 () de 1 a 2 salários mínimos 10.8 () de 6 a 7 salários mínimos
 10.4 () de 2 a 3 salários mínimos 10.9 () mais de 7 salários mínimos
 10.5 () de 3 a 4 salários mínimos 10.10 () não sei

11. Qual o nível de instrução de seu pai?

- 11.1 () Não sei 11.6 () Ensino médio completo
 11.2 () Sem escolaridade 11.7 () Ensino superior incompleto
 11.3 () Ensino fundamental incompleto 11.8 () Ensino superior completo
 11.4 () Ensino fundamental completo 11.9 () Pós-graduação
 11.5 () Ensino médio incompleto

12. Qual a situação empregatícia de seu pai?

- 12.1 () Falecido 12.6 () Afastado por motivo de doença/ acidente
 12.2 () Autônomo 12.7 () Funcionário público federal
 12.3 () Desempregado 12.8 () Funcionário público estadual
 12.4 () Empregado com carteira assinada 12.9 () Funcionário público municipal
 12.5 () Empregado sem carteira assinada 12.10 () Não sei

13. Qual o nível de instrução de sua mãe?

- 13.1 () Não sei 13.6 () Ensino médio completo
 13.2 () Sem escolaridade 13.7 () Ensino superior incompleto
 13.3 () Ensino fundamental incompleto 13.8 () Ensino superior completo
 13.4 () Ensino fundamental completo 13.9 () Pós-graduação
 13.5 () Ensino médio incompleto

14. Qual a situação empregatícia de sua mãe?

- 14.1 () Falecida 14.6 () Afastada por motivo de doença/ acidente
 14.2 () Autônoma 14.7 () Funcionária pública federal
 14.3 () Desempregada 14.8 () Funcionária pública estadual
 14.4 () Empregada com carteira assinada 14.9 () Funcionária pública municipal
 14.5 () Empregada sem carteira assinada 14.10 () Não sei

15. Como você ficou sabendo sobre a implantação do campus VNI?

- 15.1 () Pelos meios de comunicação 15.4 () Por meio dos seus amigos
 15.2 () Participação em Audiência Pública 15.5 () Por meio dos seus pais
 15.3 () Por meio da escola na qual estudava 15.6 () Outros: _____

16. Qual (ais) o (s) motivo (s) de sua escolha pelo campus VNI?

17. Qual a opinião da sua família quanto a sua escolha?

18. Por que você escolheu o curso Técnico em Administração?

19. Hoje você se encontra no 3º ano do curso. Você encontrou alguma dificuldade em relação ao processo de ensino-aprendizagem?

19.1 () Não

19.2 () Sim: qual (ais)? _____

20. A estrutura física do campus VNI atende suas necessidades de aluno?

20.1 () Atende plenamente 20.2 () Atende parcialmente 20.3 () Não atende

Caso você assinale o item 20.2 ou o item 20.3 explique: _____

21. Os serviços ofertados pelo campus VNI (ensino, assistência social, serviço de psicologia, serviço de enfermagem, biblioteca) atendem suas necessidades de aluno?

21.1 () Atende plenamente 21.2 () Atende parcialmente 21.3 () Não atende

Caso você assinale o item 21.2 ou o item 21.3 explique: _____

22. Tendo como base a sua vivência na instituição, quais são as suas expectativas?

22.1 () Ingressar no mercado de trabalho

22.2 () Ingressar no ensino superior

Caso você assinale o item 22.2 informe qual seria a sua opção de curso e explique o motivo: _____

Agradecemos por sua colaboração.

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO-CULTURAL

**ALUNOS DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO DE NÍVEL MÉDIO EM
AGROINDÚSTRIA**

Esta é uma pesquisa realizada pela mestrandia Patricia de Almeida Feitosa do Programa de Mestrado em Educação e orientada pela professora Dra. Gilda Cardoso de Araújo do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da UFES. Nosso objetivo é conhecer as expectativas sociais relacionadas à inserção de alunos no Ifes, campus Venda Nova do Imigrante. Solicitamos que respondam ao questionário e garantimos que todas as informações individuais serão mantidas em sigilo e que somente serão analisadas as informações como um todo.

1. Idade

- 1.1 () 15 anos 1.3 () 17 anos 1.5 () mais de 19 anos
1.2 () 16 anos 1.4 () 18 anos

2. Gênero: 2.1 () Masculino 2.2 () Feminino

3. Você mora com os seus pais? 3.1 () Sim 3.2 () Não
3.3 () Outros: _____

4. Em qual cidade você mora? _____

5. Qual é sua área de procedência? 5.1 () Urbana 5.2 () Rural

6. Como você se define quanto sua cor/ raça/ etnia?

- 6.1 () Afrodescendente 6.3 () Branco 6.5 () Indígena
6.2 () Amarelo () 6.4 () Pardo 6.6 () Outra _____

7. Em que sistema de ensino você estudou?

- 7.1 () Municipal 7.3 () Federal 7.5 () Outro _____
7.2 () Estadual 7.4 () Privado

8. Você acessa a Internet:

- 8.1 () Em casa 8.3 () Na escola 8.5 () Outro _____
8.2 () No trabalho 8.4 () Não tenho acesso

9. Quantas pessoas moram na mesma casa com você?

- 9.1 () 1 a 2 9.3 () 5 a 6 9.5 () 9 ou mais
9.2 () 3 a 4 9.4 () 7 a 8

10. Qual a renda de seu grupo familiar? (some todos os salários brutos dos membros de sua família que trabalham e estejam morando na mesma casa em que você mora. Salário mínimo: R\$ 622,00)

- | | |
|--|-------------------------------------|
| 10.1 () menor que 0,5 salário mínimo | 10.6 () de 4 a 5 salários mínimos |
| 10.2 () igual ou maior que 1 salário mínimo | 10.7 () de 5 a 6 salários mínimos |
| 10.3 () de 1 a 2 salários mínimos | 10.8 () de 6 a 7 salários mínimos |
| 10.4 () de 2 a 3 salários mínimos | 10.9 () mais de 7 salários mínimos |
| 10.5 () de 3 a 4 salários mínimos | 10.10 () não sei |

11. Qual o nível de instrução de seu pai?

- | | |
|--|-------------------------------------|
| 11.1 () Não sei | 11.6 () Ensino médio completo |
| 11.2 () Sem escolaridade | 11.7 () Ensino superior incompleto |
| 11.3 () Ensino fundamental incompleto | 11.8 () Ensino superior completo |
| 11.4 () Ensino fundamental completo | 11.9 () Pós-graduação |
| 11.5 () Ensino médio incompleto | |

12. Qual a situação empregatícia de seu pai?

- | | |
|--|--|
| 12.1 () Falecido | 12.6 () Afastado por motivo de doença/ acidente |
| 12.2 () Autônomo | 12.7 () Funcionário público federal |
| 12.3 () Desempregado | 12.8 () Funcionário público estadual |
| 12.4 () Empregado com carteira assinada | 12.9 () Funcionário público municipal |
| 12.5 () Empregado sem carteira assinada | 12.10 () Não sei |

13. Qual o nível de instrução de sua mãe?

- | | |
|--|-------------------------------------|
| 13.1 () Não sei | 13.6 () Ensino médio completo |
| 13.2 () Sem escolaridade | 13.7 () Ensino superior incompleto |
| 13.3 () Ensino fundamental incompleto | 13.8 () Ensino superior completo |
| 13.4 () Ensino fundamental completo | 13.9 () Pós-graduação |
| 13.5 () Ensino médio incompleto | |

14. Qual a situação empregatícia de sua mãe?

- | | |
|--|--|
| 14.1 () Falecida | 14.6 () Afastada por motivo de doença/ acidente |
| 14.2 () Autônoma | 14.7 () Funcionária pública federal |
| 14.3 () Desempregada | 14.8 () Funcionária pública estadual |
| 14.4 () Empregada com carteira assinada | 14.9 () Funcionária pública municipal |
| 14.5 () Empregada sem carteira assinada | 14.10 () Não sei |

15. Como você ficou sabendo sobre a implantação do campus VNI?

- | | |
|--|-----------------------------------|
| 15.1 () Pelos meios de comunicação | 15.4 () Por meio dos seus amigos |
| 15.2 () Participação em Audiência Pública | 15.5 () Por meio dos seus pais |
| 15.3 () Por meio da escola na qual estudava | 15.6 () Outros: _____ |

16. Qual (ais) o (s) motivo (s) de sua escolha pelo campus VNI?

17. Qual a opinião da sua família quanto a sua escolha?

18. Por que você escolheu o curso Técnico em Agroindústria?

19. Hoje você se encontra no 3º ano do curso. Você encontrou alguma dificuldade em relação ao processo de ensino-aprendizagem?

19.1 () Não

19.2 () Sim: qual (ais)? _____

20. A estrutura física do campus VNI atende suas necessidades de aluno?

20.1 () Atende plenamente 20.2 () Atende parcialmente 20.3 () Não atende

Caso você assinale o item 20.2 ou o item 20.3 explique: _____

21. Os serviços ofertados pelo campus VNI (ensino, assistência social, serviço de psicologia, serviço de enfermagem, biblioteca) atendem suas necessidades de aluno?

21.1 () Atende plenamente 21.2 () Atende parcialmente 21.3 () Não atende

Caso você assinale o item 21.2 ou o item 21.3 explique: _____

22. Tendo como base a sua vivência na instituição, quais são as suas expectativas?

22.1 () Ingressar no mercado de trabalho

22.2 () Ingressar no ensino superior

Caso você assinale o item 22.2 informe qual seria a sua opção de curso e explique o motivo: _____

Agradecemos por sua colaboração.

APÊNDICE E – Fotos da estrutura física e dos laboratórios do campus VNI

Foto 5 – Construção da primeira etapa das obras do campus Venda Nova do Imigrante



Fonte: foto cedida pelo Gabinete do Diretor Geral campus Venda Nova do Imigrante

Foto 6 – Prédio em construção referente a 2ª fase das obras do campus VNI



Fonte: foto cedida pelo Gabinete do Diretor Geral do campus VNI

Foto 7 – Prédio finalizado referente à 2ª fase das obras do campus VNI



Fonte: foto cedida pelo Gabinete do Diretor Geral do campus VNI

Foto 8 – Visão panorâmica do campus VNI após conclusão das obras



Fonte: foto cedida pelo Gabinete do Diretor Geral do campus VNI

Foto 9 – Prédio administrativo do campus Venda Nova do Imigrante



Fonte: foto cedida pelo Gabinete do Diretor Geral do campus Venda Nova do Imigrante

Foto 10 – Prédio das salas de aula e laboratórios do campus Venda Nova do Imigrante



Fonte: foto cedida pelo Gabinete do Diretor Geral do campus Venda Nova do Imigrante

Foto 11 – Biblioteca do campus VNI



Fonte: foto cedida pelo Gabinete do Diretor Geral do campus VNI.

Foto 12 – Laboratório de Biologia



Fonte: foto cedida pela Coordenadoria do Curso Técnico em Agroindústria

Foto 13 – Laboratório de Física



Fonte: foto cedida pela Coordenadoria do Curso Técnico em Agroindústria

Foto 14 – Laboratório de Análise Sensorial



Fonte: foto cedida pela Coordenadoria do Curso Técnico em Agroindústria

Foto 15 – Laboratório de Informática I

Foto 16 – Laboratório de Informática II



Fonte: fotos cedidas pela Coordenadoria do Curso Técnico em Agroindústria

Foto 17 – Laboratório de Microbiologia



Fonte: foto cedida pela Coordenadoria do Curso Técnico em Agroindústria

Foto 18 – Laboratório de Processamento de Alimentos



Fonte: foto cedida pela Coordenadoria do Curso Técnico em Agroindústria

Foto 19 – Laboratório de Química e Análise de Alimentos



Fonte: foto cedida pela Coordenadoria do Curso Técnico em Agroindústria

Fotos 20 e 21 – Sala de Preparação



Fonte: fotos cedidas pela Coordenadoria do Curso Técnico em Agroindústria

ANEXOS

ANEXO A - LEI Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.

Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

- I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;
- II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;
- III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;
- ~~IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.~~
- IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e [\(Redação dada pela Lei nº 12.677, de 2012\)](#)
- V - Colégio Pedro II. [\(Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012\)](#)

~~Parágrafo único. As instituições mencionadas nos incisos I, II e III do caput deste artigo possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.~~

Parágrafo único. As instituições mencionadas nos incisos I, II, III e V do caput possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa,

patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. ([Redação dada pela Lei nº 12.677, de 2012](#))

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

§ 2º No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.

§ 3º Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

Art. 3º A UTFPR configura-se como universidade especializada, nos termos do parágrafo único do [art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), regendo-se pelos princípios, finalidades e objetivos constantes da [Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005](#).

~~Art. 4º As Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais são estabelecimentos de ensino pertencentes à estrutura organizacional das universidades federais, dedicando-se, precipuamente, à oferta de formação profissional técnica de nível médio, em suas respectivas áreas de atuação.~~

Art. 4º-A. O Colégio Pedro II é instituição federal de ensino, pluricurricular e multicampi, vinculada ao Ministério da Educação e especializada na oferta de educação básica e de licenciaturas. ([Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012](#))

Parágrafo único. O Colégio Pedro II é equiparado aos institutos federais para efeito de incidência das disposições que regem a autonomia e a utilização dos instrumentos de gestão do quadro de pessoal e de ações de regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação profissional e superior. ([Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012](#))

CAPÍTULO II

DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Seção I

Da Criação dos Institutos Federais

Art. 5º Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

I - Instituto Federal do Acre, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Acre;

II - Instituto Federal de Alagoas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba;

III - Instituto Federal do Amapá, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Amapá;

IV - Instituto Federal do Amazonas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira;

V - Instituto Federal da Bahia, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia;

VI - Instituto Federal Baiano, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antonio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim;

VII - Instituto Federal de Brasília, mediante transformação da Escola Técnica Federal de Brasília;

VIII - Instituto Federal do Ceará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu;

IX - Instituto Federal do Espírito Santo, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e das Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa;

X - Instituto Federal de Goiás, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás;

XI - Instituto Federal Goiano, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Rio Verde e de Urutaí, e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres;

XII - Instituto Federal do Maranhão, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras;

XIII - Instituto Federal de Minas Gerais, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Ouro Preto e de Bambuí, e da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista;

XIV - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas;

XV - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba e da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena;

XVI - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, de Machado e de Muzambinho;

XVII - Instituto Federal do Triângulo Mineiro, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia;

XVIII - Instituto Federal de Mato Grosso, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Mato Grosso e de Cuiabá, e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres;

XIX - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, mediante integração da Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina;

XX - Instituto Federal do Pará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá;

XXI - Instituto Federal da Paraíba, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa;

XXII - Instituto Federal de Pernambuco, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e das Escolas Agrotécnicas Federais de Barreiros, de Belo Jardim e de Vitória de Santo Antão;

XXIII - Instituto Federal do Sertão Pernambucano, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina;

XXIV - Instituto Federal do Piauí, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí;

XXV - Instituto Federal do Paraná, mediante transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná;

XXVI - Instituto Federal do Rio de Janeiro, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis;

XXVII - Instituto Federal Fluminense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos;

XXVIII - Instituto Federal do Rio Grande do Norte, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte;

XXIX - Instituto Federal do Rio Grande do Sul, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão;

XXX - Instituto Federal Farroupilha, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete;

XXXI - Instituto Federal Sul-rio-grandense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas;

XXXII - Instituto Federal de Rondônia, mediante integração da Escola Técnica Federal de Rondônia e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;

XXXIII - Instituto Federal de Roraima, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima;

XXXIV - Instituto Federal de Santa Catarina, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina;

XXXV - Instituto Federal Catarinense, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, de Rio do Sul e de Sombrio;

XXXVI - Instituto Federal de São Paulo, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo;

XXXVII - Instituto Federal de Sergipe, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão; e

XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins.

§ 1º As localidades onde serão constituídas as reitorias dos Institutos Federais constam do Anexo I desta Lei.

§ 2º A unidade de ensino que compõe a estrutura organizacional de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal passa de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de campus da nova instituição.

§ 3º A relação de Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades Federais que passam a integrar os Institutos Federais consta do Anexo II desta Lei.

§ 4º As Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais não mencionadas na composição dos Institutos Federais, conforme relação constante do Anexo III desta Lei, poderão, mediante aprovação do Conselho Superior de sua respectiva universidade federal, propor ao Ministério da Educação a adesão ao Instituto Federal que esteja constituído na mesma base territorial.

§ 5º A relação dos campi que integrarão cada um dos Institutos Federais criados nos termos desta Lei será estabelecida em ato do Ministro de Estado da Educação.

Seção II

Das Finalidades e Características dos Institutos Federais

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Seção III

Dos Objetivos dos Institutos Federais

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º.

§ 1º O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá observar o conceito de aluno-equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação.

§ 2º Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei.

Seção IV

Da Estrutura Organizacional dos Institutos Federais

Art. 9º Cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

Art. 10. A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.

§ 1º As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do Instituto Federal.

§ 2º O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, será composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal.

§ 3º O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto

por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

§ 4º O estatuto do Instituto Federal disporá sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior.

Art. 11. Os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores.

~~§ 1º Poderão ser nomeados Pró-Reitores os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica.~~

§ 1º Poderão ser nomeados Pró-Reitores os servidores ocupantes de cargo efetivo da Carreira docente ou de cargo efetivo com nível superior da Carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica. [\(Redação dada pela Lei nº 12.772, de 2012\)](#)

§ 2º A reitoria, como órgão de administração central, poderá ser instalada em espaço físico distinto de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal, desde que previsto em seu estatuto e aprovado pelo Ministério da Educação.

Art. 12. Os Reitores serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

§ 1º Poderão candidatar-se ao cargo de Reitor os docentes pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que atendam a, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

I - possuir o título de doutor; ou

II - estar posicionado nas Classes DIV ou DV da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, ou na Classe de Professor Associado da Carreira do Magistério Superior.

§ 2º O mandato de Reitor extingue-se pelo decurso do prazo ou, antes desse prazo, pela aposentadoria, voluntária ou compulsória, pela renúncia e pela destituição ou vacância do cargo.

§ 3º Os Pró-Reitores são nomeados pelo Reitor do Instituto Federal, nos termos

da legislação aplicável à nomeação de cargos de direção.

Art. 13. Os campi serão dirigidos por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade do respectivo campus, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

§ 1º Poderão candidatar-se ao cargo de Diretor-Geral do campus os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que se enquadrem em pelo menos uma das seguintes situações:

I - preencher os requisitos exigidos para a candidatura ao cargo de Reitor do Instituto Federal;

II - possuir o mínimo de 2 (dois) anos de exercício em cargo ou função de gestão na instituição; ou

III - ter concluído, com aproveitamento, curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública.

§ 2º O Ministério da Educação expedirá normas complementares dispendo sobre o reconhecimento, a validação e a oferta regular dos cursos de que trata o inciso III do § 1º deste artigo.

CAPÍTULO II-A

[\(Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012\)](#)

DO COLÉGIO PEDRO II

Art. 13-A. O Colégio Pedro II terá a mesma estrutura e organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. [\(Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012\)](#)

Art. 13-B. As unidades escolares que atualmente compõem a estrutura organizacional do Colégio Pedro II passam de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de campi da instituição. [\(Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012\)](#)

Parágrafo único. A criação de novos campi fica condicionada à expedição de autorização específica do Ministério da Educação. [\(Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012\)](#)

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. O Diretor-Geral de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal nomeado para o cargo de Reitor da nova instituição exercerá esse cargo até o final de seu mandato em curso e em caráter pro tempore, com a incumbência de

promover, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a elaboração e encaminhamento ao Ministério da Educação da proposta de estatuto e de plano de desenvolvimento institucional do Instituto Federal, assegurada a participação da comunidade acadêmica na construção dos referidos instrumentos.

§ 1º Os Diretores-Gerais das instituições transformadas em campus de Instituto Federal exercerão, até o final de seu mandato e em caráter pro tempore, o cargo de Diretor-Geral do respectivo campus.

§ 2º Nos campi em processo de implantação, os cargos de Diretor-Geral serão providos em caráter pro tempore, por nomeação do Reitor do Instituto Federal, até que seja possível identificar candidatos que atendam aos requisitos previstos no § 1º do art. 13 desta Lei.

§ 3º O Diretor-Geral nomeado para o cargo de Reitor Pro-Tempore do Instituto Federal, ou de Diretor-Geral Pro-Tempore do Campus, não poderá candidatar-se a um novo mandato, desde que já se encontre no exercício do segundo mandato, em observância ao limite máximo de investidura permitida, que são de 2 (dois) mandatos consecutivos.

Art. 15. A criação de novas instituições federais de educação profissional e tecnológica, bem como a expansão das instituições já existentes, levará em conta o modelo de Instituto Federal, observando ainda os parâmetros e as normas definidas pelo Ministério da Educação.

Art. 16. Ficam redistribuídos para os Institutos Federais criados nos termos desta Lei todos os cargos e funções, ocupados e vagos, pertencentes aos quadros de pessoal das respectivas instituições que os integram.

§ 1º Todos os servidores e funcionários serão mantidos em sua lotação atual, exceto aqueles que forem designados pela administração superior de cada Instituto Federal para integrar o quadro de pessoal da Reitoria.

§ 2º A mudança de lotação de servidores entre diferentes campi de um mesmo Instituto Federal deverá observar o instituto da remoção, nos termos do [art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#).

Art. 17. O patrimônio de cada um dos novos Institutos Federais será constituído:

I - pelos bens e direitos que compõem o patrimônio de cada uma das instituições que o integram, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, ao novo ente;

II - pelos bens e direitos que vier a adquirir;

III - pelas doações ou legados que receber; e

IV - por incorporações que resultem de serviços por ele realizado.

Parágrafo único. Os bens e direitos do Instituto Federal serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos em lei.

Art. 18. Os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG, não inseridos no reordenamento de que trata o art. 5º desta Lei, permanecem como entidades autárquicas vinculadas ao Ministério da Educação, configurando-se como instituições de ensino superior pluricurriculares, especializadas na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica, na forma da legislação.

Art. 19. Os arts. 1º, 2º, 4º e 5º da Lei nº 11.740, de 16 de julho de 2008, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição a instituições federais de educação profissional e tecnológica:

..... ” (NR)

“Art. 2º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para alocação a instituições federais de educação profissional e tecnológica, os seguintes cargos em comissão e as seguintes funções gratificadas:

I - 38 (trinta e oito) cargos de direção - CD-1;

.....

IV - 508 (quinhentos e oito) cargos de direção - CD-4;

.....

VI - 2.139 (duas mil, cento e trinta e nove) Funções Gratificadas - FG-2.

..... ” (NR)

“Art. 4º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição a instituições federais de ensino superior, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação, os seguintes cargos:

..... ” (NR)

“Art. 5º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para alocação a instituições federais de ensino superior, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação, os seguintes Cargos de Direção - CD e Funções Gratificadas - FG:

..... ” (NR)

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de dezembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Paulo Bernardo Silva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.12.2008

ANEXO I

Localidades onde serão constituídas as Reitorias dos novos Institutos Federais

Instituição	Sede da Reitoria
Instituto Federal do Acre	Rio Branco
Instituto Federal de Alagoas	Maceió
Instituto Federal do Amapá	Macapá
Instituto Federal do Amazonas	Manaus
Instituto Federal da Bahia	Salvador
Instituto Federal Baiano	Salvador
Instituto Federal de Brasília	Brasília
Instituto Federal do Ceará	Fortaleza
Instituto Federal do Espírito Santo	Vitória
Instituto Federal de Goiás	Goiânia
Instituto Federal Goiano	Goiânia
Instituto Federal do Maranhão	São Luís
Instituto Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	Montes Claros
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	Juiz de Fora
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	Pouso Alegre
Instituto Federal do Triângulo Mineiro	Uberaba
Instituto Federal de Mato Grosso	Cuiabá
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	Campo Grande
Instituto Federal do Pará	Belém
Instituto Federal da Paraíba	João Pessoa
Instituto Federal de Pernambuco	Recife
Instituto Federal do Sertão Pernambucano	Petrolina
Instituto Federal do Piauí	Teresina
Instituto Federal do Paraná	Curitiba
Instituto Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Instituto Federal Fluminense	Campos dos Goytacazes
Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Natal
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	Bento Gonçalves
Instituto Federal Farroupilha	Santa Maria
Instituto Federal Sul-rio-grandense	Pelotas
Instituto Federal de Rondônia	Porto Velho
Instituto Federal de Roraima	Boa Vista
Instituto Federal de Santa Catarina	Florianópolis
Instituto Federal Catarinense	Blumenau
Instituto Federal de São Paulo	São Paulo
Instituto Federal de Sergipe	Aracaju
Instituto Federal do Tocantins	Palmas

ANEXO II

Escolas Técnicas Vinculadas que passam a integrar os Institutos Federais

Escola Técnica Vinculada	Instituto Federal
Colégio Técnico Universitário – UFJF	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Colégio Agrícola Nilo Peçanha – UFF	Instituto Federal do Rio de Janeiro
Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges - UFF	Instituto Federal Fluminense
Escola Técnica – UFPR	Instituto Federal do Paraná
Escola Técnica – UFRGS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati – FURG	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Colégio Agrícola de Camboriú – UFSC	Instituto Federal Catarinense
Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes – UFSC	Instituto Federal Catarinense

ANEXO III

Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais

Escola Técnica Vinculada	Universidade Federal
Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima - UFRR	Universidade Federal de Roraima
Colégio Universitário da UFMA	Universidade Federal do Maranhão
Escola Técnica de Artes da UFAL	Universidade Federal de Alagoas
Colégio Técnico da UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
Centro de Formação Especial em Saúde da UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Escola Técnica de Saúde da UFU	Universidade Federal de Uberlândia
Centro de Ensino e Desenvolvimento Agrário da UFV	Universidade Federal de Viçosa
Escola de Música da UFP	Universidade Federal do Pará
Escola de Teatro e Dança da UFP	Universidade Federal do Pará
Colégio Agrícola Vidal de Negreiros da UFPB	Universidade Federal da Paraíba
Escola Técnica de Saúde da UFPB	Universidade Federal da Paraíba
Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras da UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas da UFRP	Universidade Federal Rural de Pernambuco
Colégio Agrícola de Floriano da UFPI	Universidade Federal do Piauí
Colégio Agrícola de Teresina da UFPI	Universidade Federal do Piauí
Colégio Agrícola de Bom Jesus da UFPI	Universidade Federal do Piauí
Colégio Técnico da UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Escola Agrícola de Jundiá da UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Escola de Enfermagem de Natal da UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Escola de Música da UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça da UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
Colégio Agrícola de Frederico Westphalen da UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria	Universidade Federal de Santa Maria
Colégio Técnico Industrial da Universidade Federal de Santa Maria	Universidade Federal de Santa Maria

ANEXO B - Questionário socioeconômico



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE

Rua Elizabeth Minna Perin, S/Nº - 22075-000 - Venda Nova do Imigrante - ES

25 3545-1818

COORDENADORIA DE REGISTROS ACADÊMICOS

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

Nome: _____

Sexo: Masculino Feminino

Curso

- | | | |
|---|--------------------------------|----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Técnico Integrado em Agroindústria | <input type="radio"/> Matutino | <input type="radio"/> Vespertino |
| <input type="checkbox"/> Técnico Integrado em Administração | <input type="radio"/> Matutino | <input type="radio"/> Vespertino |
| <input type="checkbox"/> Técnico em Agroindústria | <input type="radio"/> Noturno | |
| <input type="checkbox"/> Técnico Proeja em Administração | <input type="radio"/> Noturno | |
| <input type="checkbox"/> Técnico em Administração | <input type="radio"/> Noturno | |

Raça/Etnia:

- | | | |
|----------------------------------|--|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Amarelo | <input type="checkbox"/> Afrodescendente | <input type="checkbox"/> Pardo |
| <input type="checkbox"/> Branco | <input type="checkbox"/> Indígena | |

Faixa Etária:

- | | | | | | | |
|--------------------------------------|--|--|--|--|--|--|
| <input type="checkbox"/> Até 14 anos | <input type="checkbox"/> De 15 a 19 anos | <input type="checkbox"/> De 20 a 24 anos | <input type="checkbox"/> De 25 a 29 anos | <input type="checkbox"/> De 30 a 39 anos | <input type="checkbox"/> De 40 a 49 anos | <input type="checkbox"/> A partir de 50 anos |
|--------------------------------------|--|--|--|--|--|--|

Procedência: Rural UrbanaProcedência Escolar: Escola pública Escola particularTrabalhador: Sim Não

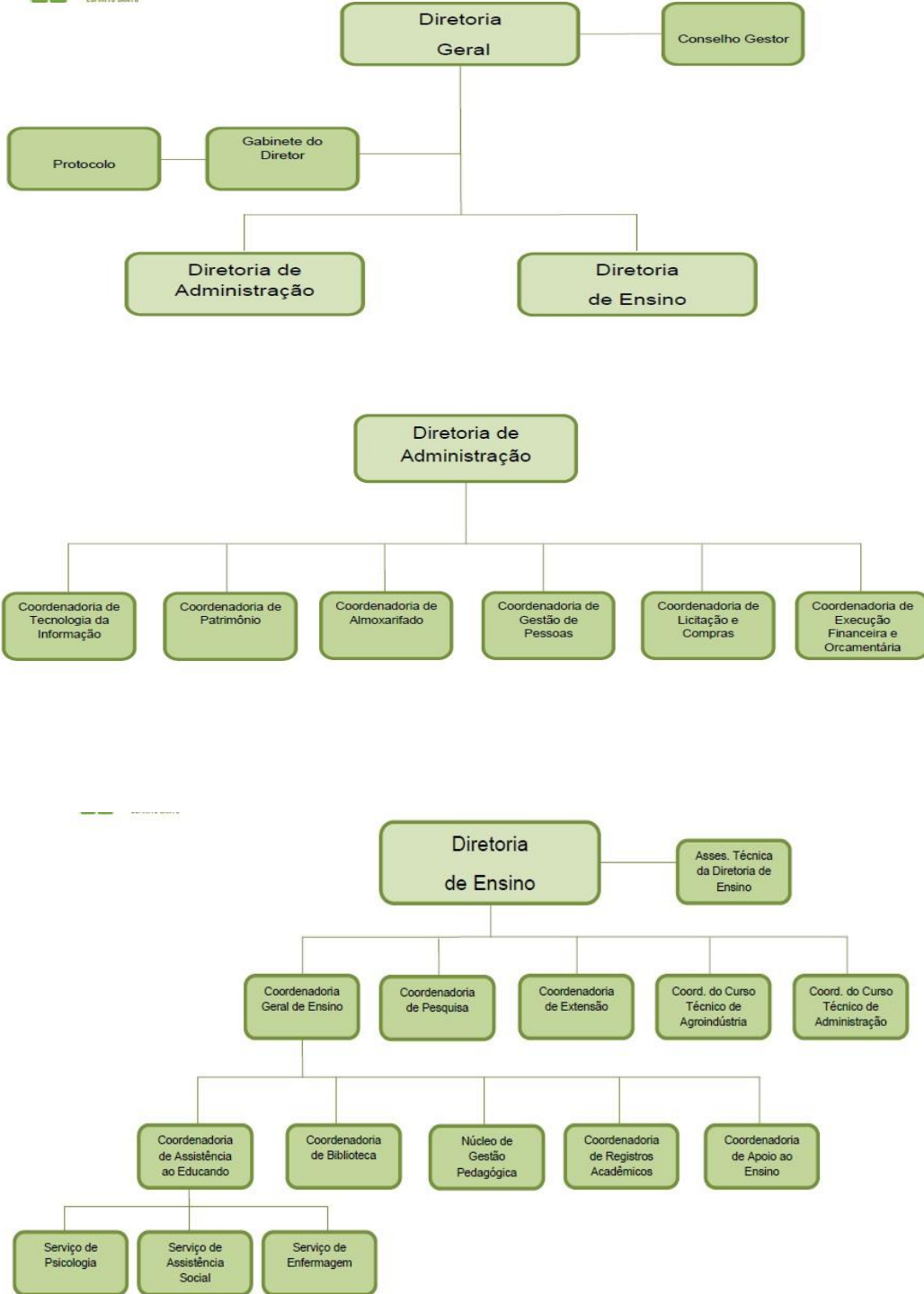
Qual é a renda mensal de sua família? _____

Quantas pessoas residem na sua casa, incluindo você? _____

Qual é a renda familiar por pessoa?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> menor que 0,5 salário mínimo | <input type="checkbox"/> entre 1,5 salários mínimos e 2,5 salários mínimos |
| <input type="checkbox"/> entre 0,5 salário mínimo e 1 salário mínimo | <input type="checkbox"/> entre 2,5 salários mínimos e 3 salários mínimos |
| <input type="checkbox"/> entre 1 salário mínimo e 1,5 salários mínimos | <input type="checkbox"/> maior que 3 salários mínimos |

ANEXO C - Organograma do campus Venda Nova do Imigrante - 2012



ANEXO D - Matriz Curricular do Curso Técnico Integrado em Agroindústria

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
IFES - Campus Venda Nova do Imigrante

Tabela 1. Matriz Curricular do Curso Técnico Integrado em Agroindústria.

Curso Técnico Integrado em Agroindústria						
Regime: Integrado Anual - MATRIZ 2010						
CH dimensionada para 36 semanas, sendo garantido os 200 dias letivos.						
Duração das aulas: 50 minutos						
	Disciplina	Ano				Totais (horas)
		1º	2º	3º	4º	
Base Nacional Comum	Língua Portuguesa e Lit. Brasileira	3	3	2	2	300
	Matemática	3	3	2	2	300
	Física	3	3	2		240
	Química	2	3	3		240
	Biologia	3	2	3		240
	História	2	2	2		180
	Geografia		2	2	2	180
	Educação Física		3	2		150
	Filosofia	0,5	0,5	0,5	1	75
	Sociologia	0,5	0,5	0,5	1	75
	Arte			2		60
Total da Base Nacional Comum						2040
Núcleo Diversificado	Informática Aplicada	2				60
	Empreendedorismo		2			60
	Segurança, Meio Ambiente e Saúde		2			60
	Comunicação Empresarial e Redação Técnica				2	60
	Língua Estrangeira (Inglês)				4	120
						360
Total aulas/semana (Base Comum + Diversificado)		19	26	21	14	2400
Núcleo Profissional	Fundamentos da Agroindústria	2				60
	Tecnologia das Matérias Primas Agropecuárias	2				60
	Microbiologia Geral	2				60
	Higiene e Legislação de Alimentos		2			60
	Instalações e Equipamentos Agroindustriais		2			60
	Microbiologia de Alimentos			2		60
	Princípios de Bioquímica e Nutrição			2		60
	Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal			4		120
	Análise de Alimentos				4	120
	Fabricação de Produtos Não Alimentares				2	60
	Gestão do Agronegócio				2	60
	Tecnologia de Bebidas				2	60
Tecnologia de Produtos de Origem Animal				4	120	
Total aulas/semana (Núcleo Profissional)		6	4	8	14	960
Total Geral aulas/semana		25	30	29	28	
Total da Etapa Escolar no Curso						3360
Estágio (Não Obrigatório)						400
Carga Horária Total do Curso (Etapa Escolar + Estágio)						3760
Nº total de Componentes no ano		12	14	14	12	
Componente Optativo - Extra Curricular						
	Língua Estrangeira (Espanhol)				4	120

ANEXO E - Matriz Curricular do Curso Técnico Integrado em Administração

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

PROJETO DE CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

5.1.4 Matriz

Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio						
Regime: Integrado Anual						
CH dimensionada para 36 semanas, sendo garantidos os 200 dias letivos.						
Disciplina	ANO				Totais (horas)	
	1°	2°	3°	4°		
Base Nacional Comum	Língua Port.e Lit. Brasileira	3	3	2	2	300
	Matemática	3	3	2	2	300
	Física	3	3	2		240
	Biologia	3	2	3		240
	Química	2	3	3		240
	História	2	2	2		180
	Educação Física	2	2	1		150
	Filosofia	0,5	0,5	0,5	1	75
	Sociologia	0,5	0,5	0,5	1	75
	Geografia		2	2	2	180
Artes				2	60	
Total da Base Nacional Comum		19	21	20	8	2040
Núcleo Diversificado	Informática Aplicada	2				60
	Comunicação Empresarial e Redação Técnica		2			60
	Língua Estrangeira (Inglês)				4	120
	Empreendedorismo	2				60
	Segurança Meio Ambiente e Saúde				2	60
Total Diversificado		4	2	0	6	360
Total Base Comum + Diversificado		23	23	20	14	2400
Núcleo Profissional	Contabilidade e Custos				4	120
	Finanças			2		60
	Licitações e Processos Públicos				2	60
	Logística e Produção				2	60
	Marketing		3			90
	Matemática Financeira		2			60
	Métodos Quantitativos	2				60
	Plano de Negócios				2	60
	Práticas de Comércio				2	60
	Recursos Humanos			4		120
Teoria Organizacional	2				60	
Total Núcleo Profissional		4	3	6	14	810
Total Geral		27	26	26	28	3210
Estágio (obrigatório ou não)					400	
Carga Horária Total do Curso (Etapa Escolar + Estágio)					3610	
Núcleo Complementar - Extra Curricular (optativas)	Língua Estrangeira (Espanhol)				4	120
	Total Complementar					120